



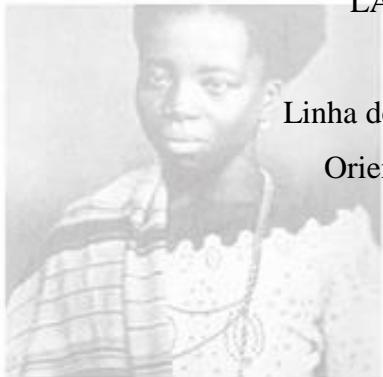
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA**

**MULHERES CATIVAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: Tráfico Interno
e Conquista da Liberdade (1850-1888)**



LARISSA BAGANO DOURADO

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades
Orientadora: Solange Pereira da Rocha



**JOÃO PESSOA
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA**

**MULHERES CATIVAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: Tráfico Interno
e Conquista da Liberdade (1850-1888)**

Trabalho submetido à banca do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

LARISSA BAGANO DOURADO

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades
Orientadora: Dra. Solange Pereira da Rocha

JOÃO PESSOA
2017

D739m Dourado, Larissa Bagano.

Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade, 1850-1888 / Larissa Bagano Dourado.- João Pessoa, 2017.

145 f. : il.-

Orientadora: Solange Pereira da Rocha.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Escravidão – Paraíba do Norte. 2. Tráfico Interno.
3. Mulheres Escravizadas. 4. Fugas. 5. Província da Paraíba.
I. Título

UFPB/BC

CDU – 326(813.3)(043)

LARISSA BAGANO DOURADO

**MULHERES CATIVAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: Tráfico
Interno e Conquista da Liberdade, 1850-1888**

Trabalho final defendido no dia 23/02/2017 com o conceito: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Solange Pereira da Rocha
Professora Dra. Solange Pereira da Rocha (Orientadora/PPHG-UFPB)

Cláudia Engler Cury
Professora Dra. Cláudia Engler Cury (Membro interno/PPGH-UFPB)

Mauricéia Ananias
Professora Dra. Mauricéia Ananias (Membro externo/ PPGE-UFPB)

Maria da Vitória B. Lima
Professora Dra. Maria da Vitória Barbosa Lima (Membro externo/ NEABI-UFPB)

JOÃO PESSOA

2017

AGRADECIMENTOS

Quando penso que por algum equívoco da juventude eu quase fui uma engenheira de alimentos, me entrego ao riso misturado ao alívio. Mas você será professora? Vai virar hippie? Vai morrer de fome? É....me fizeram perguntas como essas. Muitas pessoas me questionaram, mas muitas mais foram as que ficaram do meu lado, me oferecendo todo apoio que eu precisava para seguir pelo caminho que escolhi. Ao entrar no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba, meu pensamento era de terminar o curso o mais rápido possível para retornar para minha cidade, Irecê/BA, mal sabia eu que em breve me apaixonaria pela pesquisa acadêmica.

Quando conheci a professora Dra. Solange Rocha, minha orientadora da graduação ao mestrado, queria pesquisar sobre D. Pedro I, creio que ela nem saiba dessa minha pretensão. Talvez, porque essa ideia tenha se desfeito rapidamente após meia dúzia de palavras trocadas com ela. Afinal, como conversar cinco minutos com Solange Rocha e não se interessar sobre a história da população negra na Paraíba? Acho que foi amor à primeira leitura. Orientadora em artigos, em quase dois anos de PIBIC, na monografia, e agora na dissertação do mestrado. Obrigada, querida Solange!

O século XIX foi um período bastante complexo na nossa história, e para comprehendê-lo, felizmente tive o auxílio de muitas pessoas queridas no *Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*, coordenado pelas profas. Dras. Solange Rocha e Serioja Mariano. Agradeço principalmente a profa. Serioja, com quem também realizei meu estágio docente durante o mestrado, no qual dei uma “escapulida” do século XIX e tive o prazer de estar ao seu lado nas melhores aulas sobre História Antiga que alguém pode ter. Agradeço também aos outros colegas do grupo de pesquisa, como Lucian Silva, que me auxiliou no projeto de dissertação.

Durante as disciplinas do mestrado alguns professores e algumas professoras foram fundamentais para elaboração desse trabalho. Por isso, agradeço ao prof. Dr. Raimundo Barroso pelos ensinamentos acerca da Teoria da História e à profa. Dra. Cláudia Cury pela viagem aos jornais do século XIX. Jornada essa que foi importante na minha escolha em trabalhar com anúncios de fuga das escravizadas nesse estudo.

Não posso deixar de agradecer à profa. Dra. Vitória Lima, que desde o início do mestrado, aliás, até antes dele, na elaboração do projeto, sempre esteve disposta a ajudar, mesmo com a agenda cheia. Se não bastasse a atenção, ainda me forneceu cópias e transcrições

de muitos documentos acerca da população escravizada da Paraíba, essenciais para construção desse trabalho. Muito obrigada, Vitória.

O *Arquivo Privado Maurilio de Almeida* foi fundamental para elaboração dessa pesquisa, pois nele constam os Livros de Meia Sisa, e outras fontes essenciais para pesquisa sobre o tráfico interno na província da Paraíba. Meu primeiro contato com o arquivo se deu através da minha orientadora, Solange Rocha, mas também da profa. Monique Cittadino e Vitória Lima. No arquivo obtive auxílio do sempre prestativo, Sávio Silva. Agradeço a todos os envolvidos no projeto de organização do Arquivo Maurílio de Almeida. Também passei por outros arquivos, como o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que mesmo com problemas estruturais no dia de minha visita, em que a documentação não podia ser movida para o prédio de pesquisa, me auxiliaram e me deram total suporte para que eu realizasse meus estudos da melhor maneira possível.

Não posso deixar de agradecer também ao programa *CAPES*, que me forneceu a bolsa de pesquisa nesses dois anos de mestrado, sem a qual, não seria possível participar de eventos ou fazer pesquisas no Rio de Janeiro.

Da graduação à fase da seleção do mestrado, da seleção à defesa da dissertação, e da História para vida! Obrigada aos meus amigos: Dayanny Santana, Janyne Barbosa, Luiz Mário Burity, Juliana Dantas, Thayná Peixoto, Myraí Segal e Carla de Almeida. Em vocês encontrei apoio, ajuda, opinião, diversão e amizade. Meus dias de estudo, pesquisa e lazer, sem dúvida, eram os melhores por ter vocês por perto. Muito obrigada por tudo.

A Paraíba me trouxe mesmo grandes amizades, por isso também agradeço às minhas amigas engenheiras, Aline Fernandes e Aline Karla. Minha amiga Tâmara Almeida e Brisa Dourado. Tê-las como amigas não tem explicação. Obrigada sempre estarem torcendo pelo meu sucesso.

Agradeço à minha base, meu alicerce. Tudo que sou, tudo que já conquistei e que posso conquistar, eu devo a vocês: minha mainha e meu painho. Yolanda Bagano A. Dourado e Gilmário da Silva Dourado, obrigada por todo apoio, por sempre acreditarem no meu sucesso. Obrigada minha tia-irmã, Daniela Bagano e minha afilhada Lanna, que de longe sempre me mandavam pensamentos positivos. Obrigada aos meus irmãos queridos, Eugênia e Rodolfo, os melhores que alguém pode ter. Obrigada a pessoinha que me fazia levantar com bom humor todos os dias ao ver os seus vídeos de bom dia! Júlia, minha sobrinha de pouco mais de 1 ano me deu inúmeras alegrias e deixou minha vida muito mais leve e feliz, obrigada minha jujuba! Não poderia deixar de agradecer também a Micael Rosendo. Obrigada pelo amor, carinho e atenção durante esses dois anos de mestrado. Obrigada família, amo vocês!

Para finalizar, o que seria de um(a) historiador(a) se não pudesse expressar questões do presente para gerações futuras? Afinal, como afirma Hobsbawm,

O elo com o presente também é óbvio, pois o processo de compreendê-lo tem muito em comum com o processo de compreender o passado, não obstante o fato de que compreender como o passado se converteu no presente nos ajuda a compreender o presente, e provavelmente algo do futuro (HOBSBAWM, 1998, p. 230).

Por essas e outras: Fora TEMER! Diretas já!

Fevereiro, 2017.

As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo, as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas no cativeiro
(CHALHOUB, 1989, p. 377).

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado na Linha de Pesquisa de História e Regionalidades, tendo como objetivo examinar as experiências históricas das cativas na província da Paraíba do Norte, visibilizando a presença feminina no comércio de compra e venda de pessoas escravizadas na província, e suas ações para alcançar a liberdade, principalmente, por meio da fuga, entre os anos de 1850 (fim efetivo do tráfico Atlântico) e 1888 (abolição da escravidão do Brasil). Além disso, buscou-se compreender como se dava o processo de comercialização de pessoas cativas na província paraibana, observando os valores dos impostos, os regulamentos, quem participava desse comércio, o lugar para qual o(a) cativo(a) era transferido, entre outras questões. Embasado na História Social Inglesa, o estudo foi realizado a partir de análises quantitativas e qualitativas, e cruzamento de fontes. Para isto, analisou-se registros como: Livros de Meia Sisa (impostos) de pessoas escravizadas comercializadas dentro e fora da província da Paraíba, Relatórios de Presidente de Província e jornais paraibanos. As últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações sociopolíticas que possibilitaram a visibilidade social da mulher e da população negra, e também a incorporação dos mesmos como temas na produção historiográfica, principalmente, a partir da década de 1980. No entanto, ainda existem muitas lacunas na historiografia brasileira acerca das experiências e vivências das mulheres negras e escravizadas. Tornaram-se imprescindíveis estudos e pesquisas para a recuperação histórica da participação e importância das mulheres negras na sociedade brasileira, visto isso, é tentando preencher uma dessas lacunas que o presente trabalho foi construído.

Palavras-chave: Tráfico Interno; Mulheres Escravizadas; Fugas; Província da Paraíba.

ABSTRACT

This paper had been made in the research topic of regional history. There was as objective to examine the historical experiences of the captive women from Paraíba province. Also, making women's presence in the trade of enslaved people in the province and their actions to achieve freedom, mainly through escape, between 1850(effective end of the Atlantic traffic) and 1888 (abolition of slavery in Brazil). Besides that, we tried to understand how was the process of commercialization of captives in the province was carried out by observing the values of taxes, regulations, who participated in this trade, the place where the captive was transferred, among other issues. In this way, based on pertinent historiography, quantitative and qualitative analyzes, this work was also based on English Social History. For this, we analyze sources such as: Half-Sized Books (taxes) of enslaved people marketed inside and outside the province of Paraíba, Reports of Province President and Paraíba newspapers. The last decades of the twentieth century were known by an intense sociopolitical transformations that allowed the social visibility of women and the black population, and the incorporation of them as themes in the historiographic production, mainly, from the 1980s. In view of this, studies and researches were indispensable for the historical recovery of importance and participation of black women in Brazilian society.

Keywords: Internal Traffic; Enslaved; Leakage; Province of Paraíba.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Uma vendedora de bananas com criança	51
Figura 2: Mulheres no mercado.....	52
Figura 3: Escravizadas e escravizados em terreiro de uma fazenda de café Vale do Paraíba, c. 1882.....	93
Figura 4 Página com anúncios do Jornal <i>O Publicador</i> (1864)	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da província da Paraíba do Norte no século XIX (1872)	33
Mapa 2: Localização da <i>festa negra</i> na Cidade da Paraíba (séc. XIX)	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Posicionamento político dos periódicos paraibanos do século XIX.....	28
Quadro 2: População escravizada na província da Paraíba do Norte em relação ao sexo (1872) -----	35
Quadro 3: Divisão eclesiástica da província da Paraíba do Norte no século XIX.....	38
Quadro 4: Sexo dos(as) escravizados (as) vendidos(as) na província da Paraíba (1857-1882).....	70
Quadro 5: Idade dos escravizados(as) comercializados (as) na província da Paraíba (1857-1882)	72
Quadro 6: Idade das escravizadas comercializadas na província da Paraíba.....	77
Quadro 7: Origem racial/cor das escravizadas comercializadas (1857-1882)	80
Quadro 8: Sexo dos compradores de escravizados (as) na província da Paraíba.....	82
Quadro 9: Sexo dos vendedores de escravizados(as) na província da Paraíba.....	83
Quadro 10: Sexo das pessoas escravizadas comercializadas por mulheres na província da Paraíba.....	85
Quadro 11: Impostos de meia sisa de despacho de escravizados(as) para fora da província da Paraíba na segunda metade do século XIX	88
Quadro 12: Valores dos rendimentos da província da Paraíba em 1850.....	90
Quadro 13: Valor do imposto de cada escravizado(a) despachado para fora da província da Paraíba (1857-1882)	91
Quadro 14: Destino dos(as) escravizados(as) comercializados para fora da província da Paraíba (1857-1882)	96
Quadro 15:Idade dos(as) escravizados(as) comercializados para fora da província da Paraíba (1857-1882)	97
Quadro 16: Sexo dos(as) comercializados(as) comercializados para fora da província da Paraíba (1857-1882)	99
Quadro 17: Origem étnico-racial/cor das escravizadas comercializadas na província da Paraíba (1857-1882)	102
Quadro 18: Idade das escravizadas comercializadas na província da Paraíba na metade do século XIX.....	103

SUMÁRIO

1 NAS TRILHAS DA PESQUISA: considerações teórico-metodológicas.....	15
2 MULHERES NEGRAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA: contextos sociais, econômicos e culturais.....	32
2.1 ESPAÇOS NEGROS: o cotidiano de mulheres negras na província da Paraíba.....	36
2.2 TRABALHO E OPRESSÃO NA PARAÍBA OITOCENTISTA: sobrevivência na sociedade escravista	45
2.3 DAMIANA, ARCHANJA E LUIZA: três cativas da paraíba do norte comercializadas na corte do império.....	60
3 COMÉRCIO INTRA E INTERPROVINCIAL: a presença feminina no tráfico interno.....	70
3.1 AS MULHERES ESCRAVIZADAS COMERCIALIZADAS NO TRÁFICO INTRAPROVINCIAL	70
3.1.1 Perfil das cativas no tráfico intraprovincial da província da paraíba	76
3.1.2 Compradoras e vendedoras: a participação das mulheres proprietárias no comércio de escravizados(as).....	81
3.2 IMPOSTOS DE MEIA SISA X IMPOSTOS DE CATIVOS(AS) DESPACHADOS PARA OUTRA PROVÍNCIA.....	86
3.3“PARA FORA DA PROVÍNCIA”: MERCADO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVIZADOS (AS)	93
3.3.1 Perfil das cativas traficadas para fora da província da paraíba do norte.....	101
4 MULHERES CATIVAS RESISTINDO À ESCRAVIDÃO NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1860-1888): fugas em busca da liberdade e outras experiências sociais .	106
4.1 CAMINHOS DA LIBERDADE: as possibilidades de se tornar liberta.....	107
4.2 “[...] ESCRAVA FUGIDA, QUALQUER PESSOA QUE A APREHENDER E LEVAL- A SEU SENHOR SERÁ GENEROSAMENTE, GRATIFICADO”	113
4.3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: as cativas fugitivas na província da Paraíba.....	121
4.4 À PROCURA DE UM COMPRADOR: o caso de Rozalina.....	129

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139

1 NAS TRILHAS DA PESQUISA: considerações teórico-metodológicas

Seis de Dezembro de 1865. Gezuina, 20 anos de idade, foi vendida por João Francisco de Albuquerque Maranhão para Fernando Lourenço de Almeida, pelo valor de 1:400\$000¹. Tal comercialização se deu dentro da província da Paraíba, no entanto, provavelmente para freguesias diferentes, uma vez que, João Francisco de Albuquerque Maranhão era morador da Freguesia de Santa Rita, pois foi nomeado como eleitor suplente da referida região em 1869², se não era em 1865, pelo menos se mudou anos mais tarde. Já o comprador de Gezuina, Fernando Lourenço de Almeida, era da Cidade da Parahyba, como consta no jornal *O Publicador*, morador da Rua da Cadeia, n. 61³. Assim, pode-se constatar que Gezuina foi transferida para uma região diferente da sua, mas que ainda pertencia a mesma província.

Quinze anos após o fim efetivo do tráfico de cativos encareceu-se a mão de obra escrava e intensificou-se o tráfico interno de escravizados e escravizadas no Império brasileiro. Na província da Paraíba do Norte não foi diferente. O perigo iminente de serem vendidos para outros senhores, cidades e províncias, rondava a população escravizada. Notícias de que pessoas, familiar ou amigo integrante de suas redes de sociabilidade ou solidariedade estavam sendo vendidas para o sul⁴ do país, certamente, chegavam ao seu conhecimento. Poucos dias depois da venda de Gezuina, eis que mais uma escravizada fora vendida, mas dessa vez para província do Rio de Janeiro. Era o décimo terceiro dia do mês de dezembro quando a cativa Felicidade, parda, foi despachada por D. Antonia Constantina da Silva para a província fluminense⁵.

Tráfico intensificado pela conjuntura econômica e política, o comércio intraprovincial, realizado dentro da mesma província, e comércio interprovincial, realizado de uma província para outra, impulsionaram cada vez mais a população escravizada a buscarem diversas e distintas maneiras de não apenas melhorarem seu cotidiano e garantirem sua sobrevivência na sociedade escravista e patriarcal, na qual estavam inseridos, mas também lutarem para conquistar sua liberdade, sendo esta por meio legal, como em batalhas judiciais e conquistas de liberdade, ou pelo meio ilegal, com a realização de fugas, por exemplo.

¹ Livro de Meia Sisa – 1861. Arquivo Privado Maurílio de Almeida- APMA.

² *O Publicador*, 22 de setembro de 1869, p1. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 03 abril 2016.

³ *O Publicador*, 11 de abril de 1864, p. 4. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 03 abril 2016.

⁴ Optamos por chamar as regiões do Brasil conforme os termos da época: norte e sul.

⁵ Livro de escravos despachados- 1861. APMA.

Nesse sentido, destaco o caso de Vicência. Um dia após a venda da parda Felicidade para o Rio de Janeiro, o jornal publicado na Paraíba, *O Tempo*, anuncia a fuga da referida cativa. Com 22 anos de idade, a dita escravizada que fugiu do cativeiro de Antonio Vicente Magalhães, na Cidade da Paraíba, capital da província, pode ter permanecido na mesma localidade, ou ter seguido para Campina Grande, onde era natural e tinha parentes⁶. Anúncios de fuga como o de Vicência, permite perceber que as mulheres escravizadas resistiam às condições impostas as mesmas. Seja pelo medo de uma futura venda, pelos castigos sofridos, ou pela “simples” vontade de ser livre, as cativas buscavam condições melhores de vida. Criavam e recriavam espaços dentro da sociedade escravista, como em irmandades religiosas, se destacavam em determinados tipos de trabalho, resistiam por meios diversos como assassinato e suicídio, fugiam do seu cativeiro, mesmo que sendo à procura de um novo dono. A compra e venda de seus familiares e amigos(as) poderia parecer ser uma coisa corriqueira para sociedade oitocentista, mas isso não quer dizer que escravizados e escravizadas assistissem apáticos a essa conjuntura (REIS; SILVA, 1989; CHALHOUB, 1990; SLENES, 1999).

A possibilidade de “dar nomes” aos sujeitos vendidos no mesmo município ou para outro município (tráfico intraprovincial), ou para fora da província (tráfico interprovincial), advieio da coleta de informações históricas retiradas dos livros de meia sisa da Paraíba do Norte. A meia sisa foi o imposto cobrado por cada escravizado(a) vendido(a). Só foi possível realizar a pesquisa em tal fonte, em razão do recente acesso ao Arquivo Privado Maurílio de Almeida (APMA)⁷. É válido destacar que os livros de Meia Sisa foram fonte de pesquisa apenas para os estudos de Diana Galliza, na década de 1970, nos quais, tais fontes foram analisadas de maneira quantitativa. Ao analisar os estudos de Galliza, sobretudo, no capítulo no qual a autora utilizou os Livros de Meia Sisa para investigar a negociação de cativos(as), surgiram algumas indagações. Como se organizava o comércio de venda de pessoas escravizadas, no período que compreende o fim do tráfico Atlântico (1850) e a Abolição da escravidão (1888)? Qual sexo seria mais negociado? Com quais províncias, os senhores/escravizadores paraibanos estabeleciam contato para realizar as vendas de seus cativos e de suas cativas? Como eram as vivências e experiências das mulheres cativas nessa conjuntura? Quais as resistências praticadas?

⁶ *O Tempo*, 14 de dezembro de 1865, p. 4. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

⁷ O arquivo privado está sendo organizado através do projeto “Documentos, Memória e História: organização do Arquivo Privado de Maurílio Almeida, caminhos para a pesquisa da história da Paraíba – século XIX”, coordenado pelas Professoras Solange Rocha, Vitória Lima e Monique Cittadino.

Como bem salienta Ginzburg (2006, p. 09) “no passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim”. Foi interesse da pesquisa saber quem eram os sujeitos que aparecem nas fontes, e por trás delas. Assim, tem-se como objetivo examinar as experiências históricas das cativas na província da Paraíba do Norte, visibilizando a presença feminina no tráfico interno e suas ações para alcançar a liberdade. Procurou-se responder algumas questões, como por exemplo: Como viviam e sobreviviam as escravizadas na província da Paraíba? Como se deu a comercialização no tráfico Interprovincial e Intraprovincial? Qual o perfil das escravizadas traficadas? Como as mulheres escravizadas resistiam ao sistema escravista? Assim, o presente trabalho foi construído com intuito de perceber, de forma geral, como ocorreu o tráfico interno de cativos na província da Paraíba do Norte, destacando, em particular, a participação das mulheres escravizadas nesse processo. Além disso, investigaram-se as formas de resistência realizadas pelas mesmas, com ênfase nas fugas, com base nos jornais oitocentistas.

Inicialmente, foi preciso frisar que para realização desse trabalho e para responder aos questionamentos referentes à população negra fundamentou-se, primeiramente, na História Social Inglesa, sobretudo, nos conceitos elaborados por Thompson, como *experiência* e *cultura*, que adiante será comentado. Foi importante observar que a aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão no Brasil é teórica e política, e não temática, conforme destacado por Lara (1995, p. 49). Assim, salientou-se que se tenha cunhados por Thompson em suas obras, como *experiência* e *cultura*, influenciaram pesquisadores(as) a pensar em escravizados e escravizadas enquanto seres humanos que construíam e reconstruíam suas relações, suas formas de viver e seus direitos. A história “vista de baixo” foi elaborada com intuito de descortinar experiências de sujeitos até então excluídos da história. No Brasil, Reis e Silva (1989) destacaram a presença da população cativa enquanto sujeitos históricos, apontando como a história é feita a partir das relações entre vários sujeitos, num movimento que vai da negociação ao conflito.

Ressaltou-se também a importância da aproximação da Antropologia com a História, cuja articulação possibilitou abordagens socioculturais que corroboram com pesquisas e estudos sobre a temática relativa às mulheres negras por meio da História Social e História Cultural. As novas propostas teórico-metodológicas da História Social Inglesa apontaram a necessidade de analisar os indivíduos que não fazem parte da elite política e/ou intelectual da sociedade. Assim, a História Social forneceu o aporte necessário para a utilização das fontes de maneira que a experiência histórica seja contada “de baixo para cima”, e no caso desse referente estudo, visibilizar as trajetórias de homens e mulheres negros, observando suas redes de

sociabilidade⁸, relações familiares e de trabalho, buscando compreender o comportamento, as escolhas e as atitudes da população negra na sociedade oitocentista, em especial às mulheres que viviam em cativeiro.

Na obra *A Formação da Classe Operária*, de 1963, Thompson procurou separar a análise tradicional da sociedade inglesa do século XVII, e passou a perceber a história por meio dos “excluídos”. No prefácio do seu livro, Thompson (2011, [1963]) expõe uma das principais premissas de seus estudos, na qual diz,

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor [...], dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade [...] Suas aspirações eram válidas nos termos da sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (p. 14).

Percebeu-se que Thompson buscava analisar as experiências do “pobre tecelão, do luddita, do artesão”, ou seja, das pessoas comuns. Além disso, a pesquisa está em concordância com Sharpe (2011) quando afirma que Thompson “percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência” (SHARPE, 2011, p. 42).

Ao propor uma indagação relativa à construção de identidade, Thompson influenciou (e influencia), discussões teóricas e sociológicas dos movimentos sociais. De acordo com Hebe Mattos (2012, p. 98):

[...] a categoria “movimentos sociais” remete a uma abordagem mais específica, de inspiração marcadamente sociológica. Os temas da identidade coletiva, da agência política e da transformação social estão implícitos na categoria que diz respeito a **um tipo de ação coletiva na qual, “grosso modo”, grandes grupos informais de indivíduos ou organizações, voltados para objetivos específicos, resistem ou propõe uma mudança social.** (Grifos nossos).

Assim, com objetivo de alcançar mudanças sociais e de construir uma identidade coletiva, desde a década de 1970, os Movimentos Sociais, especialmente o movimento negro e feminino, diversos países questionaram a historiografia existente. No Brasil, não foi diferente, os movimentos sociais tiveram suma importância para a inclusão desse “pensamento social” nas universidades, que passaram a produzir cada vez mais obras relacionadas à escravidão e a

⁸ Compreendemos como redes de sociabilidades a “representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais” (MARTINS, 2007, p.432).

história da mulher. Referente aos Movimentos Sociais Negros, Mattos ainda afirma que “foi intenso e nem sempre pacífico o intercâmbio entre historiadores da escravidão e ativistas do movimento negro, mas pode-se dizer que se influenciaram mutuamente” (MATTOS, 2012, p. 102).

Em relação à História das Mulheres destaca-se que, desde a década de 1960, vem ocorrendo uma ampliação de estudos sobre as mulheres. Antes, o discurso da identidade coletiva e do “sujeito universal” era dominante. Os historiadores anteriores dos *Annales*⁹ foram constantemente criticados pelas feministas,¹⁰ pois excluíam as mulheres da história. Acreditavam que quando falavam dos homens, as mulheres estariam igualmente representadas, o que não ocorria. Além disso, o homem retratado também não era diverso, se tratava no homem branco do ocidental. De acordo com Soihet e Pedro (2007), a história “genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio do público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284). Já na terceira geração dos *Annales* “a crítica torna-se cada vez mais improcedente. Georges Duby e Michele Perrot, por exemplo, se empenharam em organizar uma história da mulher em vários volumes” (BURKE, 1997, p. 80). Assim, o discurso do “sujeito universal” foi substituído gradualmente pelo destaque às diferenças e a multiplicidade do feminino.

Nas décadas seguintes, a discussão e a produção historiográficas avançaram para além da história das mulheres, ganhando destaque os estudos acerca das relações de gênero, cujas investigações passaram a investigar as desigualdades entre mulheres e homens; as diferenças para se acessar espaços de poder, as identidade de gênero, entre outras. Nesse estudo, contudo, apesar de ter agregado contribuições valiosas nesse sentido, vamos nos dedicar a colaborar com os estudos sobre a história das mulheres, buscando dar visibilidade as mulheres negras que vivenciaram a condição de escravizadas e as que se libertaram nos anos finais da vigência do sistema escravista.

Estudos específicos sobre as mulheres negras só tiveram destaque a partir dos 1980, a exemplo do estudo de Maria Odila da Silva Dias, em 1984, que publicou *Quotidiano e poder*

⁹ A primeira geração dos *Annales* foi demarcada pela criação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929, que acabou por denominar o movimento. A segunda geração também foi atribuída a partir da revista, quando esta mudou de nome em 1946. Em 1968 por motivos internos e externos (a saída de Braudel e o movimento de maio de 1968), é demarcada a 3º geração dos *Annales*, para mais detalhes consultar: Cury; Flores; Cordeiro Júnior (2010).

¹⁰ As feministas tiveram papel fundamental na emergência da História das mulheres. As transformações historiográficas, articuladas à “explosão” do feminismo em fins da década de 1960, possibilitaram que a mulher se tornasse objeto e sujeito da História (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

em São Paulo no século XIX, no qual apresentou aspectos da sobrevivência de mulheres brancas pobres e de negras (“escravas” e forras) na capital paulista, enfatizando a atuação delas no comércio informal. Outra obra importante foi lançada em 1988, trata-se de *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão* de Maria Lucia Mott. Na referida obra, Mott demonstra como a sociedade era extremamente patriarcal no século XIX, na qual até as mulheres brancas ricas sofriam arbitrariedades e violências cotidianas, questionando assim: se a situação das mulheres brancas era difícil, como era a situação das mulheres negras, e escravas? Ao longo da obra, Mott identifica a presença das mulheres na luta contra a escravidão, destacando temas como formação de quilombos e a presença feminina nas ações abolicionistas.

Nessa “busca” pelo passado, para responder questões do presente, essa pesquisa esteve de acordo com Eric Hobsbawm, quando afirma que “Muita coisa acerca do comportamento das pessoas de *todas as classes* hoje é, de fato, tão desconhecida e não documentada quanto o foi grande parte das vidas das pessoas comuns do passado” (HOBSBAWM, 1998, p. 230). Dito isto, e relacionando ao objeto deste estudo, percebeu-se que muitas décadas separam o século XIX do XXI. Nelas, foi possível observar um avanço em relação à situação das mulheres no Brasil. Elas ocuparam novas posições no mundo do trabalho, obtiveram direito ao voto, elevaram sua instrução acadêmica, entre outras conquistas. No entanto, as mudanças sociais não atingiram todas as trajetórias femininas, ao longo dessas décadas, as mulheres negras continuam marcadas por permanências do passado escravista. De acordo com Soihet e Pedro (2007), na História das Mulheres, apesar de, inicialmente, se acreditar numa identidade coletiva e única, o enfoque firmou-se na certeza da existência de múltiplas identidades. As mulheres são diversas em sua condição social, raça, crenças, religiões, etnias, ou seja, suas vidas são marcadas por inúmeras diferenças, de modo que, a maneira e o ritmo de sua trajetória até o século XXI, partiram de patamares desiguais. Por isso, ressaltou-se a importância da construção de trabalhos que enfoquem tal multiplicidade ou mesmo enfatize sujeitos invisibilizados historicamente, como é o caso das mulheres negras que viveram em sociedade escravista.

Percebeu-se que o(a) historiador(a) se vê, não rara vez, com dificuldade de penetrar no passado das mulheres, uma vez que a sua presença é reduzida nos documentos encontrados nos arquivos públicos. De modo que o(a) pesquisador(a) então tem que buscar pistas para visibilizar o que ficou a tanto tempo deixado de lado. Para isto, deveu-se recorrer a renovação de métodos e técnicas para que se possa nos debruçar sobre as fontes, mas também ao aporte teórico que nos possibilite superar a dicotomia entre as imagens que atribuem as mulheres a vítimas ou a rebeldes, buscando visualizar a complexidade de sua atuação. Assim, para trabalhar com mulheres negras, a escravidão e as relações entre os(as) escravizados(as) com seus

senhores e pessoas livres pobres, recorremos a Thompson para salientar que as relações históricas são constituídas por homens e mulheres num movimento constante, por intermédio de suas experiências de lutas, resistências, relações de sociabilidade e cultura (LARA, 1995, p. 46). Concordou-se também com Castro (1997), quando afirma que a História Social é “uma forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos-sociais – na explicação histórica” (CASTRO, 1997, p. 54).

Percebeu-se que vários estudos focaram nas experiências da população negra no Brasil durante o período de escravidão por meio de fontes mais distintas e variadas. Como dito anteriormente, a partir da década de 1980, algumas obras se destacaram sob essa nova perspectiva teórica e metodológica da História Social da Escravidão¹¹. No presente trabalho, além de ter-se dialogado com tais obras, também se ressaltou a importância dos estudos realizados referente a população negra na Paraíba oitocentista¹². Os estudos sobre a História das Mulheres Negras do mesmo modo tiveram extrema importância para construção desse trabalho¹³.

O trabalho de Solange Rocha, *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888*, dissertação de mestrado defendida em 2001, teve significativa importância e inspiração para realização do presente trabalho. A autora levantou temas acerca de distintos tipos de trabalho realizados pelas cativas, nos diferentes espaços da província paraibana, opressão, violência e resistência, através de ações de liberdade, alforrias, fugas, família e parentesco, e outros. Pioneiro estudo sobre as mulheres escravizadas na província da Paraíba do Norte, Solange Rocha buscou tratar de variados temas num período considerado, atualmente, longo, de 1828 até 1888, ou seja, 60 anos, justamente pelas lacunas históricas que existia e ainda existe na historiografia paraibana acerca das mulheres negras. No trabalho que lhes apresentamos, assim como o de Solange Rocha, buscamos apontar as condições de vida, vivências e experiências de mulheres cativas na província da Paraíba.

No entanto, tomou-se como eixo central a conjuntura da intensificação do tráfico interno logo após o fim efetivo do tráfico Atlântico, como mencionado, constituindo, portanto, uma nova abordagem acerca das experiências históricas das mulheres cativas, trabalho inédito na historiografia paraibana. Além disso, o presente estudo buscou evidenciar as resistências das

¹¹ Ver dentre outros, os trabalhos de: Costa (1982), Dias (1984), Mattoso (1982), Chalhoub (1990).

¹² Entre os estudos referentes a população negra na Paraíba oitocentista destacamos: Sá (2005), Rocha (2007), Lima (2010) e Dias (2013).

¹³ Ver Mott (1988); Rocha (2001); Farias; Gomes; Xavier (2012).

mulheres escravizadas com foco nas fugas, pois acreditou-se que ao analisar variados anúncios de cativas fugitivas, pôde-se perceber melhor suas estratégias para alcançar melhores condições de vida ou, no mínimo, conseguiram minimizar a opressão em suas vidas e seus filhos e suas filhas.

Para se ampliar o conhecimento sobre o tema proposto, também foi necessário um estudo sobre o “negócio” no Atlântico, além da tentativa de perceber como se dava o tráfico interno em outras regiões do Brasil¹⁴. Entre as obras sobre o tráfico Atlântico e o interprovincial destacou-se, em nível estadual, o já referido estudo de Diana Galizza (1976¹⁵) sobre o “declínio da escravidão na Paraíba”, cuja autora apresenta um capítulo sobre o comércio interprovincial e o problema de mão de obra na província paraibana.

Apesar da importância desse trabalho, foi preciso ressaltar que se trata de uma obra datada, na qual a História não se preocupava em perceber os sujeitos por trás dos dados estatísticos, dando ênfase aos números econômicos. Além disso, se percebeu também que a autora só se preocupou em mostrar aspectos gerais, e quando tentou demonstrar alguma especificidade, apresentou as referências de escravizados do sexo masculino. Mais uma vez evidenciamos a importância do nosso trabalho, uma vez que até onde se sabe, nenhum outro estudo foi realizado visando investigar o Tráfico interno na província da Paraíba, principalmente, visibilizando as pessoas escravizadas enquanto sujeitos históricos e com ênfase em mulheres cativas. Diante do exposto, algumas indagações metodológicas podem surgir ao se tomar como referencial a História Social Inglesa e a História das Mulheres. Por exemplo: que fontes podemos utilizar para “dar voz” às pessoas comuns, uma vez que poucos são os registros feitos por elas próprias?

Para responder tal questão, é importante destacar que desde as décadas de 1960 e 1970, a Demografia Histórica, utilizada como método pela História Social, proporciona nova dimensão à história da família. Já em 1990, a micro-história influenciou amplamente as pesquisas em História Social, assim, muitos historiadores utilizaram trajetórias de sujeitos para explicar a sociedade como um todo, ou seja, do micro para o macro (MATTOS, 2012, p. 100). Desta forma, pôde-se apontar diversas fontes das quais podemos trabalhar com intuito de visibilizar os(as) escravizados (as) enquanto sujeitos históricos, no nosso caso, as mulheres escravizadas no Oitocentos, tais como: alforrias, processos criminais, ações de liberdade e a

¹⁴ Ver Conrad (1985), Graham (2002), Flausino (2006), Pires (2009), Carvalho (2010), Motta (2012) e Guimarães (2015).

¹⁵ O ano de 1976 foi o da defesa da dissertação de Diana Galliza, no PPGH da UFPE. No ano de 1979, seu estudo foi publicado em livro.

disciplina baseada, no que Hobsbawm chama de “próspera da demografia histórica”, os registros paroquiais.

De acordo com Hobsbawm (1998, p. 220), “quando os historiadores sociais passaram a procurar os registros paroquiais, e se desenvolveram técnicas para analisá-los, verificou-se que incríveis descobertas poderiam ser feitas” (Grifos nossos). Além disso, vale ressaltar que do período Colonial à Proclamação da República (1889), o Registro Paroquial tornou-se fonte de pesquisa essencial para análises sobre a sociedade dessa época, ou seja, por meio dessa fonte, foi possível compreender mais sobre a história social, econômica e política, com ressalva ao cotidiano, a vivência, os hábitos e costumes da população (BASSANEZI, 2011).

Ademais, os Registros Paroquiais podem ser cruzados com outras fontes, no nosso caso, principalmente, com jornais e livros de meia sisa de pessoas escravizadas. Assim, a partir do método de “ligação nominativa” de fontes, é possível construir um estudo na perspectiva da microanálise para elaborar uma recomposição das trajetórias individuais. Conforme salientado por Faria (1998, p. 253),

Esse entrecruzamentos de fontes demografia primárias é também importante para a compreensão das histórias de vida e as trajetórias da população, bem como para compreender um mesmo tema por meio de outro enfoque, tornando assim a reconstituição e explicação histórica ainda mais rica.

Assim, percebeu-se que os registros de batismo são fontes que acarretam inúmeras possibilidades de pesquisa e de conclusões baseadas em dados quantitativos, uma vez que contêm registros de todos os setores da sociedade. Para Nascimento Filho e Rocha (2006), com esse tipo de documentação podem ser elaboradas pesquisas em relação aos padrões de comportamento da época, se as crianças eram legítimas, naturais ou expostas, a condição jurídica das mesmas, o sistema de apadrinhamento e compadrio, além da composição étnico-racial da população do período estudado, entre outras. Vale salientar ainda, que a demografia histórica, tomada como método pela história social, relaciona-se às características estatísticas de uma população em uma situação específica. Deste modo, essa dissertação foi construída por meio dessa perspectiva, analisando os dados quantitativos dos documentos, com intuito de elaborar um quadro comparativo entre os distintos sujeitos, com destaque para as mulheres escravizadas, na sociedade e no período estudado. Além disso, foi importante frisar que ao longo do estudo partiu-se do quantitativo para perceber o qualitativo, ou seja, a partir da fonte serial foram selecionados alguns dados para explorá-los, visibilizando, assim, experiências e comportamentos das mulheres escravizadas.

Como dito, foi elaborado um estudo na perspectiva da história “vista de baixo” para elaborar uma recomposição das micros trajetórias individuais das mulheres cativas na Paraíba oitocentista, uma vez que “se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria um absurdo descartar esses últimos” (GINZBURG, 2006, p. 20).

É importante frisar que além das fontes citadas, houve também a possibilidade de perceber a história social da escravidão a partir de documentos oficiais, e em fontes das quais pouco ou nada aparecem acerca dos comportamentos dos escravizados, isso por que, o(a) pesquisador(a) pôde encontrar nas entrelinhas dos documentos dados referentes aos costumes, as organizações familiares, as condutas, os hábitos, e outros aspectos culturais e sociais da população negra oitocentista. Por meio desses dados, e do cruzamento desses com outras documentações, pôde-se perceber quem eram essas pessoas comuns e conhecer, minimamente, o contexto em que elas viveram e deixaram suas marcas sociais.

Ressaltou-se a importância do cruzamento de dados para construção de uma história em que as pessoas comuns são o foco principal da pesquisa. É bom mencionar que,

Mesmo a melhor das fontes de – digamos, as fontes demográficas sobre nascimentos, casamentos e mortes – apenas esclarece certas áreas daquilo que as pessoas fizeram, sentiram e pensaram. **O que normalmente devemos fazer é reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para fazer isso precisamos, se me perdoam a expressão, construir nos mesmos o quebra-cabeças, ou seja, formular como tais informações deveriam se encaixar.** [...] Deve, de certo modo, saber o que está procurando e, apenas se souber, poderá reconhecer se o que descobriu encaixa ou não em sua hipótese; e se não se encaixa, tentar conceber outro modelo (HOBSBAWM, 1998, p. 224-225. Grifos nossos).

Portanto, além de buscar interpretar e contextualizar culturalmente os acontecimentos sociais por meio de uma descrição e crítica das fontes, o(a) historiador(a) pode, quando empregada adequadamente, explorar a fonte quantitativa, de modo que compreenda as ações e ideias explícitas ou suposições implícitas das experiências do passado, ou seja, entre as entrelinhas das fontes, o não dito. De modo que, percebeu-se que é possível analisar as fontes tanto de maneira quantitativa como qualitativa.

Como já mencionado anteriormente, a elaboração desse estudo só foi possível devido ao acesso aos livros de meia sisa. Por meio deles, encontraram-se alguns dados referentes não só ao preço dos(as) escravizados(as) vendidos(as), como também a cor, idade e outras. Esses livros são chamados de meia sisa, por neles constarem os impostos, chamados de meia sisa, referentes a cada escravizado(as) vendido(as), sendo para outra província ou no interior da mesma. Os impostos de Meia Sisa deveriam ser arrecadados pela Administração de Rendas

províncias na Capital, e registrados em livros, que de acordo com o Artigo 7º do Regulamento de 1849, deveriam conter,

[...]a página do livro da receita, o nome do comprador, ou do novo possuidor, nome, sexo, cor, ofício e naturalidade do escravo vendido, importância do imposto pago, e em que espécie, e o dia, mez e anno do pagamento, e sendo presente o título se fará no verso uma nota de se haver pago o imposto (Livro de Regulamento da Província da Paraíba de 1849, p. 4. Grifos nossos).

A legislação que regulamenta os livros de compra e venda de pessoas escravizadas aponta que no registro deveriam constar informações como nome, sexo, cor, ofício e naturalidade do(a) escravizado(a) vendido(a). No entanto, nos livros de meia sisa analisados, não encontramos dados sobre o ofício, nem sobre a naturalidade dos homens e das mulheres escravizadas. O contrário ocorreu com estudos sobre Minas Gerais, especificamente de Mariana. Camila Flausino (2006), que conseguiu identificar nos documentos de compra e venda de pessoas cativas informações como: nome e naturalidade do comprador e do vendedor, naturalidade, e a idade, cor, ofício, se era casado ou não, se possuía filhos, e o destino do(a) escravizado(a). Na Paraíba, no mesmo tipo de fontes os dados são mais escassos. Isso porque, cada localidade pode apresentar documentos específicos e nomenclaturas diferenciadas.

Durante a pesquisa foram encontrados um total de 15 livros de meia sisa, sendo que, os livros correspondentes aos anos de 1861, 1862, 1863 e 1866 estão extremamente danificados, assim, para esse estudo, não foi possível trabalhar com essa parte da documentação. Também constatou-se que nos livros de meia sisa da província da Paraíba constam duas listas, a primeira é nomeada de “Meia sisa de escravos” e constam nos livros correspondentes os anos de 1857, 1859, 1865, 1868, 1869, 1870, 1875, 1880, 1881 e 1882. Geralmente aparecem as seguintes informações: nomes dos compradores(as), vendedores(as) e dos(as) próprios(as) escravizados(as); a idade e cor dos cativos e das cativas traficados(as) e também o valor de cada um(a) e, por fim, o valor do imposto cobrado. A segunda lista é denominada de “Escravos despachados” e constam nos livros os anos de 1857, 1859, 1861, 1864, 1865, 1868, 1869, 1870, 1871, 1880, 1881 e 1882. Informam os seguintes dados: nome do despachante, nome do(a) escravizado(a), idade e cor do(a) escravizado(a), destino, e valor do imposto. Assim, apesar de não se obter a mesma variedade de dados que existem na documentação de outras regiões, enfatizaram-se as inúmeras possibilidades de utilizar esses livros como fontes de pesquisa histórica, destacando a atenção para as informações que podemos extrair dos mesmos para evidenciar, sobretudo, o tráfico interprovincial e intraprovincial.

Outra fonte utilizada na pesquisa foram os jornais do período. Os estudos acerca dos impressos paraibanos destaca que o primeiro jornal da Paraíba¹⁶ foi publicado em 1826, denominado de *Gazetta do Governo da Paraíba do Norte* e imprenso na Typographia Nacional da Paraíba, sob administração de Walter S. Boardman, sendo de cunho oficial e político. A partir daí, vários jornais foram criados e circularam durante o período Imperial. Em relação ao número de jornais publicados, não há um consenso entre os pesquisadores em relação à quantidade que circulou durante esse período. No entanto, conforme afirma Souza (2010), “divergências à parte, algo que todos concordam é que a grande parcela destes periódicos possuía forte orientação política. Os interesses político-partidários ditavam os rumos dos textos” (SOUZA, 2010, p. 5). Percebeu-se, assim, que a imprensa era utilizada tanto em defesa do governo, como para publicizar críticas feitas pela oposição ao poder instituído.

Outra característica dos jornais do século XIX era em relação à periodicidade da publicação. Alguns jornais não eram publicados diariamente, como o *Argos Paraibano* de 1854, ao contrário de outros, como *O Publicador*. *O Argos Paraibano* tinha características comerciais e literárias e funcionou de setembro de 1850 até o ano de 1854. *O Publicador*, jornal que se assumia de cunho Liberal, começou a circular em meados de 1862, perdurando até dezembro de 1886, sendo de propriedade de José Rodrigues da Costa, e posteriormente de seus herdeiros. O jornal *A Opinião* foi criado em 1877 e era vinculado ao Partido Liberal. Sendo representado por um partido, o jornal *A Opinião*, no que afirma Souza (2010):

[...] trazia em seu interior notícias nacionais e internacionais, além de editais, movimentos do comércio e notícias dos municípios. Mas, é obrigado a encerrar seus trabalhados quando cai em descrédito perante a população, em virtude dos numerosos ataques sofridos por parte do partido conservador (p. 10).

Percebeu-se assim que muitos jornais, como *A Opinião*, traziam muitas opiniões relacionadas à política, o que, de acordo com Socorro Barbosa (2007), restringiu por muito tempo, os estudos dos periódicos para pesquisas de viés político. No entanto, essa é uma fonte documental de grande importância para História Social e Cultural, uma vez que é possível perceber as relações cotidianas na sociedade oitocentista.

Como mencionado, outros jornais se propagaram na província da Paraíba durante a segunda metade do século XIX. Em nosso estudo pesquisamos principalmente, o jornal *O Publicador* (1864-1865), pelo formato digital e, consequentemente, maior facilidade de

¹⁶ Souza (2010) ressalta que o jornal *O Português*, hipoteticamente, seria o primeiro periódico criado na Província da Paraíba, em 1818, no entanto, de acordo com o autor, as referências sobre esse jornal são vagas, além de não existirem uma comprovação sobre sua existência.

acesso¹⁷, mas também outros jornais avulsos de diferentes arquivos paraibanos. Foram eles: *O Publicador* (1879 e 1883), *Diário da Paraíba* (1884), *O Independente* (1887), *O Tempo* (1865), *O Imparcial* (1861), *A Regeneração* (1861 e 1862) e *Jornal da Paraíba* (1874, 1875, 1882 e 1888) em formato de papel; e, *O Sorriso* (1887), *O Despertador* (1866 e 1874), *A Opinião* (1877), *O Conservador* (1881) e *Liberal Paraíbano* (1879, 1883, 1884) em formato de microfilme.¹⁸

Compreendendo a importância da imprensa nas pesquisas sobre o século XIX, foi possível perceber que muitos estudos que relacionam os jornais e a escravidão focam suas análises em temas relacionados à Abolição, uma vez que “muitos jornais aparecem nessas construções como os principais atores no processo discursivo contra o sistema escravista, empreendendo múltiplas campanhas em favor da libertação dos escravos em território brasileiro” (BARBOSA, 2010, p. 79). No entanto, percebeu-se que a população negra aparecia com frequência nos jornais do Oitocentos, em vários e diferentes espaços, como em notícias e anúncios. Entendeu-se, portanto, que as possibilidades de pesquisas relacionando os jornais e a escravidão é muito maior, principalmente levando em consideração a complexidade da imprensa oitocentista, na qual se unem matérias e interesses diversos. Assim, percebeu-se “as marcas que eles [escravizados(as)], como atores e sujeitos da história, também deixam nos jornais” (BARBOSA, 2010, p. 80).

Por meio dos anúncios de jornais acerca da população cativa, foi possível compreender as relações cotidianas dos(as) escravizados(as), além das suas diversas formas de comportamento no momento da fuga, seguindo diferentes tipos de estratégia para que sua fuga fosse bem sucedida, e para que não fossem capturados. Nos anúncios, também foi possível perceber suas habilidades profissionais, características morais, resistência, entre outros. De modo que, mais uma vez ressaltou-se a importância dos jornais como fonte de estudos para História cultural e social, uma vez que, esse tipo de documentação pode apresentar diversas possibilidades de pesquisas, das quais podem contribuir para maior entendimento de um momento tão complexo da nossa história, que é o Brasil Imperial.

Elaine Dias (2013) realizou seu estudo com enfoque nos anúncios de jornais referentes à população escravizada na província da Paraíba durante a segunda metade do século XIX. A referida autora catalogou inúmeros anúncios de compra, venda e aluguel de pessoas cativas,

¹⁷ Os referidos jornais encontram-se na *internet*. As edições do ano de 1864 do jornal *O Publicador* estão no site [. Acesso em: 10 nov. 2015.](http://www.acervodigital.ufpb.br/)

¹⁸ Todos esses jornais foram transcritos e repassados generosamente pela profa. Dra. Maria da Vitória B. Lima.

além de anúncios de fuga. Interessada em dados quantitativos, Dias(2013) nos forneceu um panorama geral acerca da dos cativos e cativas em jornais paraibanos.

Para trabalhar com anúncios de fugas de pessoas escravizadas nos variados jornais da província paraibana, buscou-se perceber qual o viés político de alguns dos jornais trabalhados na tentativa de perceber se há alguma relação entre o número de anúncios de fuga de escravizados(as) com o posicionamento político dos mesmos. Em seguida, destacou-se o quadro elaborado pela autora Thayná Peixoto (2013) acerca da posição de alguns jornais paraibanos no século XIX.

Quadro 1: Posicionamento político dos periódicos paraibanos

Nome do Periódico	Descrição Política
<i>A Imprensa</i>	Conservador
<i>Jornal da Parahyba</i>	Conservador
<i>A Regeneração</i>	Conservador
<i>O Imparcial</i>	Conservador
<i>O Publicador</i>	Liberal
<i>Diário da Parahyba</i>	Liberal
<i>O Despertador</i>	Liberal
<i>A União Liberal</i>	Liberal
<i>Gazeta da Parahyba</i>	Liberal
<i>Arauto Parahybano</i>	Liberal
<i>A Opinião</i>	Liberal

Fonte: Peixoto (2013), p. 16-17.

Partindo dessa descrição, verificou-se que os jornais liberais tinham uma posição distinta de jornais conservadores ao publicarem anúncios e notícias relacionadas à população escravizada, principalmente, na década de 1880, quando discussões acerca da abolição estavam presentes no dia a dia da sociedade paraibana oitocentista. Pegando-se como exemplo do jornal *Diário da Parahyba*, como vimos no quadro acima, trata-se de um jornal liberal. Em 1884, J. V. M. de Vasconcellos noticiava no referido jornal que “A extinção da escravidão está decretada no coração e na consciência do magnanimo povo brasileiro. Só resta que seus legisladores a

escrevam na legislação do paiz”.¹⁹ Essa, como outras notícias encontradas nos jornais exaltavam o fim da escravidão.

Meses mais tarde, o mesmo jornal publicava anúncios de aluguel de escravizadas “Quem precisar de duas escravas, uma para cosinar e engommar, e outra para cosinar, somente, pôde dirigir-se a esta typographia que se dirá quem aluga”.²⁰ O mesmo aconteceu com outros jornais liberais como *O Publicador* e *Liberal Parahybano*, que no momento em que o discurso abolicionista ganhava as ruas, os mesmos não deixaram de publicar anúncios de aluguel, compra e venda de cativos(as), e também de anúncios de fuga de pessoas escravizadas. Percebeu-se, assim, que independente do viés político do jornal, sendo ele conservador ou liberal, notícias e anúncios relacionadas às pessoas escravizadas continuavam sendo publicadas. Se por um lado havia uma notícia tentando informar a população de que a escravidão era inevitável e que seria o melhor para todos, por outro lado, o(a) leitor(a) se deparava com a tendência de continuidade e persistência da escravidão.

Além das fontes já citadas, também utilizamos relatórios de presidente de província. A partir dessa fonte notamos a presença da população negra geralmente em temas relacionados a questões policiais, (quando são relatadas fugas, suicídios ou assassinatos), ou em questões ligadas à agricultura e ao trabalho (como quando o presidente de província reclamava a falta de pessoas escravizadas para melhorar as produções agrícolas). Além disso, também apresentam estatísticas em relação ao número de escravizados por província. Assim, através dessas fontes foi possível obter informações relacionadas à luta pela liberdade, como também sobre o discurso acerca da necessidade de mão de obra escrava na província, e as estatísticas levantadas nos relatórios. Percebemos então, que a partir do cruzamento dos dados, com a orientação teórica da História Social, é possível levantar algumas hipóteses e investigar as relação de pessoas comuns, sujeitos anônimos.

A segunda metade do século XIX também foi marcada pelo uso da fotografia. Milhares de retratos dos mais diversos segmentos sociais tornou-se possível a partir do barateamento nos preços da produção das fotografias. De maneira que aumentou o hábito de retratar a si e a família. Um estudo realizado por Koutsoukos (2006) demonstrou diferentes formas de representação e autorepresentação das pessoas negras livres, libertas e escravizadas nos retratos feitos em estúdios de fotografia no Brasil da segunda metade do Oitocentos. Para a autora,

¹⁹ LIMA (s/d) apud *Diário da Parahyba*, 8 de fevereiro de 1884, p. 1. Fundação Casa de José Américo (FCJA).

²⁰ LIMA (s/d) apud *Diário da Parahyba*, 4 de julho de 1884, p. 3. FCJA.

A história da fotografia no Brasil, em especial a história do retrato fotográfico, assim como em outros países, se caracterizou pela diversidade de serviços oferecidos, pela diversidade de classes da clientela, pela abertura de estúdios extravagantes, assim como de outros mais simples, por sucessos repentinos, reverso de fortunas, falências, fechamentos de estúdios um dia famosos, mudanças de ramos de atuação, grande circulação de fotógrafos de diferentes nacionalidades [...] (p. 38).

Partindo da ideia de tal diversidade, o presente estudo também analisou algumas fotografias, tanto de ateliês, quanto fora deles, observando imagens que indiquem o cotidiano das pessoas negras na sociedade oitocentista, pois a ideia é também encontrar indícios da colaboração dos sujeitos junto aos fotógrafos, para construção da fotografia, conforme se viu em algumas imagens analisadas no trabalho, quando por exemplo, uma escravizada pode aparecer na fotografia com olhar imponente, curioso, ou demonstrando medo. Entendeu-se que a fotografia é acompanhada por qualidades materiais e visuais, que ao serem analisadas deveriam levar em consideração várias especificidades relativas a pesquisa dessa fonte em especial, como o contexto de produção e a trajetória de consumo da imagem (LIMA; CARVALHO, 2012, p.31). No entanto, neste momento examinaram-se as imagens na tentativa de identificar aqueles elementos que constituem padrões visuais em funcionamento na sociedade, não mantendo a fotografia somente como ilustração, mas como documento complementar de uma história social das pessoas negras no Oitocentos.

Acerca da divisão desse estudo, no primeiro capítulo, intitulado de “Mulheres negras na província da Paraíba: contextos sociais, econômicos e culturais”, realizou-se uma análise sobre o cotidiano das mulheres negras na província da Paraíba. Além disso, também foram apresentadas algumas formas de trabalho ocupados por elas e a opressão e a violência que estava presente no seu cotidiano na sociedade escravista. Por fim, apresentaram-se os casos das cativas Archanja, Damiana e Luiza, para adentrar às vivências e experiências de cativas da província da Paraíba no tráfico Interprovincial de pessoas escravizadas.

No segundo capítulo, “Comércio intraprovincial e interprovincial: a presença das mulheres no tráfico interno” analisaram-se as escravizadas traficadas dentro e fora da província da Paraíba, tentando perceber qual a idade em que elas eram mais comercializadas, a cor, se apareciam muitas mães vendidas com seus filhos, entre outras. Além disso, também foi observada a participação das mulheres comprando e vendendo escravizados(as), assim, tentou-se perceber quem eram essas mulheres, e em que período houve maior participação das mesmas. Outro ponto abordado é em relação ao destino da população negra traficada. Enquanto as listas de pessoas escravizadas no tráfico intraprovincial não apresentam essa informação, a listagem dos(as) cativos(as) traficados para fora da província faz referência para qual província eles(as)

foram transferidos. Na parte final desse capítulo, foram analisados os perfis das mulheres escravizadas traficadas para outra província.

No terceiro capítulo, “Mulheres cativas resistindo à escravidão na Província da Paraíba (1860-1888): fugas em busca da liberdade e outras experiências sociais”, foram demonstrados, inicialmente, os caminhos para uma escravizada tornar-se liberta. Além das vias legais, como alforrias e ações de liberdade, elas também buscavam se libertar por outros tipos de resistência. Assim, examinaram-se os anúncios de fuga dos jornais paraibanos da segunda metade do século XIX, e se procurou demonstrar as estratégias de sobrevivência das cativas fugitivas na província da Paraíba.

2 MULHERES NEGRAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA: contextos sociais, econômicos e culturais

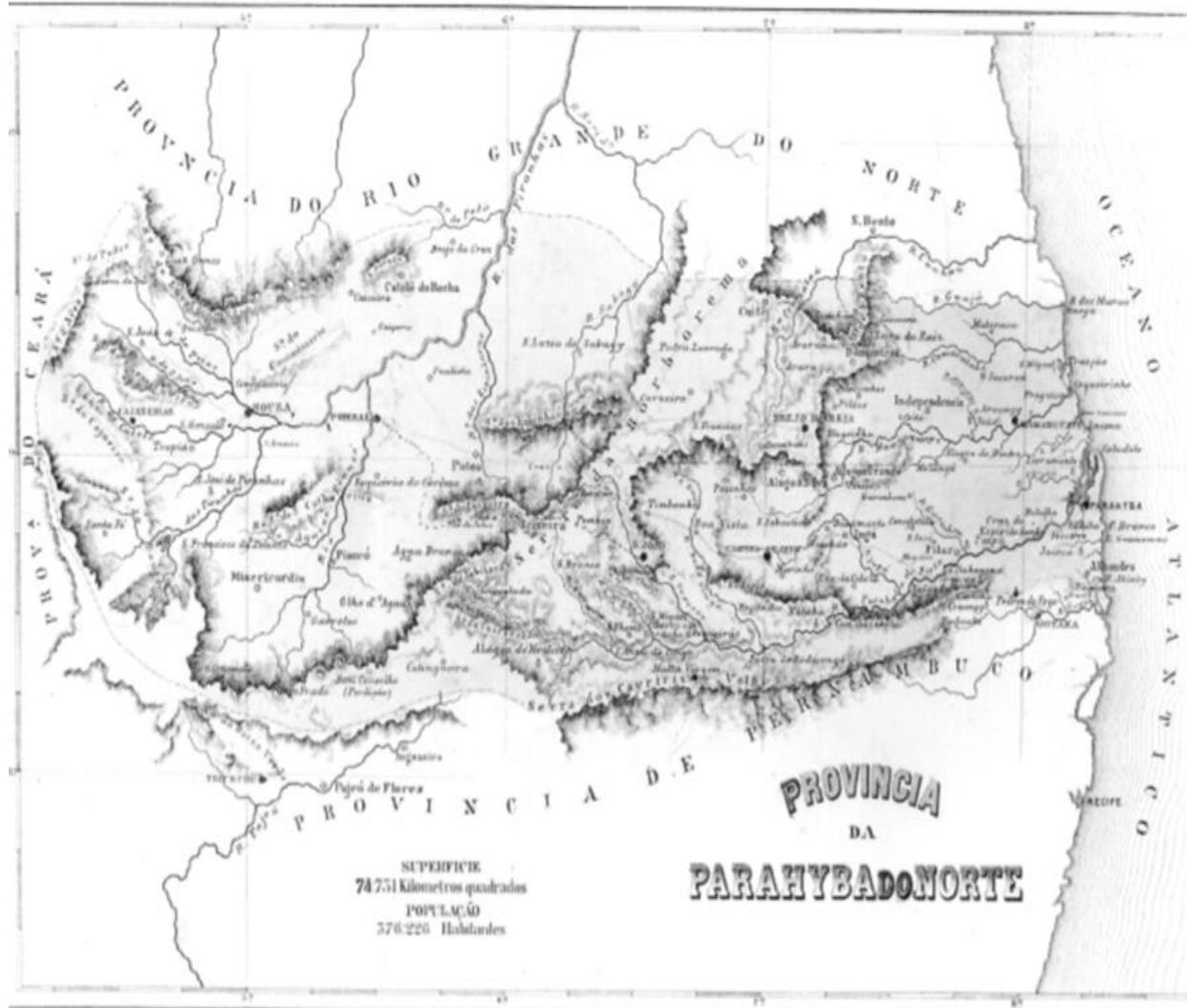
Vende-se uma escrava mulata com trinta e três anos de idade, tem bonita figura, todas as habilidades domésticas, bons costumes, e preenche satisfatoriamente os ofícios de uma ótima ama de casa. Quem pretender dirigir-se a esta Typografia, que se lhe dirá quem é o seu senhor e este dirá os verdadeiros motivos por que a vende (*O Publicador*, 03 de março de 1864, p.4).

O ano era de 1864, quatorze anos após o fim do tráfico Atlântico, e auge dessa atividade comercial de pessoas escravizadas. Os jornais, liberais e conservadores, publicavam anúncios de compra e venda de cativos e cativos, exaltando qualidades, sua beleza, também suas habilidades e comportamentos. Muitos foram os atributos especificados no anúncio que abre esse capítulo sobre a cativa na província da Paraíba do Norte: “Escrava mulata de bonita figura”, de “bons costumes”, sabe exercer os ofícios de uma “ótima ama de casa”. No entanto, estava sendo vendida, e o motivo só seria revelado a quem se interessasse pela mulata. Quais seriam os possíveis motivos para venda de uma cativa tão cheia de “dotes”? Talvez o(a) senhor(a) estivesse com problemas financeiros e precisava de dinheiro urgentemente. Ou será que a dita cativa estava lhe dando “dores de cabeça”? Teria a mulata tentado fugir, ou usado de artimanhas por melhores condições de sobrevivência? Em uma conjuntura e em uma sociedade tão complexa, como era a do século XIX, não é difícil de se imaginar que uma mulher escravizada buscasse por brechas que lhe possibilitassem maior qualidade de vida no seu cotidiano.

Na província da Paraíba, mulheres negras, livres, libertas e escravizadas, conseguiram barganhar espaços dentro de uma sociedade escravista e patriarcal. Para se compreender sobre esses espaços e a luta das mulheres cativas pela sobrevivência, faz-se necessário o entendimento de um pouco da relação das escravizadas com a vida econômica, social e cultural na província paraibana.

Banhada pelo Oceano Atlântico e vizinha das províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, a província da Paraíba era formada por três microrregiões: o Litoral, zona açucareira, na qual localizava-se a capital da província, a Cidade da Paraíba; em seguida, o Agreste, de difícil caracterização pela produção variada, porém, tipicamente algodoeira, na qual se localizam cidades como, Campina Grande e Pilar; e o Sertão, com domínio de criação de gado, e cidades como Souza e Pombal. A seguir, o mapa que apresenta a província da Paraíba em meados do século XIX.

Mapa 1: Mapa da Província da Paraíba do Norte no século XIX (1872)



Fonte: Carta Topográfica e Administrativa da Província da Paraíba. Biblioteca Nacional

Formada por cerca de 24 municípios em 1872, conforme se apresentou no quadro 2, a província paraibana possuía uma população de cerca de 376.226 habitantes, entre pessoas livres, libertas e escravizadas, numa área de 74.751 quilômetros quadrados. A província da Paraíba do Norte, com maior e menor intensidade a depender da região, conforme verificaremos a seguir, utilizava da mão de obra escravizada nas suas principais atividades econômicas.

No decorrer do século XIX, percebeu-se que os discursos dos presidentes de província, apontavam que a Paraíba apresentava vários problemas que a impediam de melhorar sua economia. Em 1860, o presidente de província Ambrozio Leitão da Cunha, reclamou das péssimas vias de comunicação entre o litoral e o interior da província, da falta de estudos

profissionais e a supressão de instrumentos e máquinas para suprir a carência de braços²¹. Outros presidentes de província atentaram para outros problemas, mas também reclamaram da insuficiência de braços na província, agravada, principalmente, pela intensificação do tráfico interprovincial ao longo da segunda metade do Oitocentos. No entanto, torna-se importante relativizar tal discurso, uma vez que este foi realizado pela elite escravagista que circulava pelo cenário político e econômico da Paraíba oitocentista.

Por meio do censo de 1872, percebeu-se que a província da Paraíba do Norte possuía uma população escravizada que variava em relação as suas regiões. A Cidade da Paraíba, enquanto capital da província, possuía maior número de pessoas escravizadas em relação às demais, conforme aponta o quadro 2. A capital da província também tinha o maior número de pessoas livres, o que pode ter influenciado essa estatística, além disso, a Cidade da Paraíba também possuía engenhos e plantações na sua região. Além de ser necessária a mão de obra para serviços agrícolas, dentro da Capital, as pessoas escravizadas também ocupavam trabalhos urbanos, como de quitandeiras, conforme veremos mais a diante. A população escravizada das demais regiões estava diretamente relacionadas ao tipo de cultura de produção na qual estavam inseridas, por exemplo, nas regiões com mais engenhos, que prevalecia a cultura da cana, os proprietários possuíam maior mão de obra escrava, enquanto regiões nas quais predominavam a cultura algodoeira e, principalmente a de gado, a mão de obra escrava era menos predominante.

No quadro a seguir pôde-se observar o número e o sexo de pessoas escravizadas nos municípios da província da Paraíba.

²¹ Relatório de Presidente de Província, 1860. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

Quadro 2: População escravizada na província da Paraíba em relação ao sexo (1872)

POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA EM RELAÇÃO AO SEXO (1872)			
CIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Cidde da Paraíba	1189	1267	2456
Alhandra	105	123	228
Mamanguape	902	400	1302
Independência	763	571	1334
Alagoa Grande	303	339	642
Bananeiras	340	299	639
Cuité	306	305	611
Areia	692	782	1474
Alagoa Nova	211	208	419
Pilar	696	495	1191
Pedras de fogo	550	595	1145
Ingá	602	706	1308
Campina Grande	559	540	1099
São João	289	353	642
Alagoa de Monteiro	296	315	611
Cabaceiras	293	294	587
Patos	400	430	830
Santa Luzia	170	165	335
Pombal	592	590	1182
Catolé do Rocha	490	526	1016
Piancó	317	295	612
Misericórdia	277	351	628
Souza	637	739	1376
Cajazeiras	202	201	403
Total	11181	10889	22070

Fonte: Censo da Província da Paraíba de 1872, p. 116-117

Notou-se, então, que em 1872 a população escravizada era de 22.070, entre ela, 11.181 do sexo masculino e 10.889 do sexo feminino. Em 1852, quando o tráfico atlântico acabará de ser extinto, a população escravizada era de 28.000 mil²². Logo, quando se pensa que ao longo desses 20 anos que separou a primeira estatística da segunda, podemos pensar que não houve uma queda drástica no número de pessoas escravizadas na província, uma vez que, ao longo desses anos o tráfico interprovincial de cativos(as) se intensificava, a província também sofreu por epidemias, como a do cólera, em 1856, além das alforrias, leis abolicionistas, e as próprias ações dos escravizados(as).

Além disso, é importante ressaltar que a “falta de braços” referida pelos presidentes dizia respeito ao número de escravizados na província, que se comparado às províncias como

²² Relatório de Presidente de província da Paraíba, 1861, p. 10. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

de Pernambuco ou da Bahia, era pequena. De acordo com Conrad (1978, p. 345), em 1874 a província da Paraíba possuía 7% de pessoas escravizadas, enquanto que sua vizinha Pernambuco, 12,4% de pessoas cativas na sua província. A província da Paraíba foi a quarta com menor número de escravizados entre as províncias do norte, com porcentagem superior apenas da província de Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas. No entanto, desde a conquista da Paraíba, homens e mulheres negros, independentemente de sua condição jurídica (livre, liberto ou escravizado), fizeram-se presentes e foram essenciais para o desenvolvimento da economia paraibana, tanto em atividades rurais, como urbanas (ROCHA, 2009, p. 110).

Assim, como fazia parte da economia paraibana, a população negra também fez parte e conquistou muitos espaços dentro da província da Paraíba do Norte. A mulher negra que viveu no século XIX, acumulava, em muitos casos, a condição de ser do sexo feminino, negra e escravizada/trabalhadora, desenvolvia, principalmente, atividades braçais nos espaços rurais e urbanos e, considerando a sociedade patriarcal, discriminatória e classista em que elas viviam a opressão era quase permanente. Todavia, estas mulheres não deixaram de “explorar” as brechas do sistema, tanto para sobreviver como para manter vivas suas práticas sociais e culturais.

2.1 ESPAÇOS NEGROS: o cotidiano de mulheres negras na Província da Paraíba²³

O fato de pertencerem ao sexo masculino ou feminino acarretou algumas particularidades à sua situação, refletida nas formas e nas condições de trabalho, nas relações familiares, na socialização, na mobilidade social, na legislação e mesmo nas formas de rebeldia e luta contra a escravidão (MOTT, 1988, p.18).

Para se entender a complexidade da situação das mulheres escravizadas nessa sociedade, primeiramente, é necessário se compreender qual era a situação da população negra na província da Paraíba do século XIX. Rocha (2007) demonstrou que o número de pessoas negras livres já era grande desde o final do século XVIII, tornou-se ainda mais expressiva no Oitocentos, e crescia rapidamente ao longo do referido século. O aumento da população negra, constituída pela maioria de mulheres, crianças e homens pardos e pretos, passou a preocupar as autoridades paraibanas, que temiam uma ameaça à tranquilidade pública, uma vez que a estagnação da economia da província paraibana não acompanhava o crescimento da população apta ao trabalho. Assim, as autoridades paraibanas, munidas sob o discurso civilizatório,

²³ O referido tópico foi baseado no trabalho de Conclusão de Curso da autora desta dissertação, desenvolvido na graduação em História na UFPB. No entanto, foram realizados alguns ajustes e foram inseridos novos documentos e realizadas novas análises.

cuidaram para que medidas fossem tomadas com intuito de disciplinar e controlar as pessoas livres pobres (negras, mestiças e brancas).

Deste modo, várias leis provinciais e posturas municipais foram promulgadas a fim de controlar essa parcela da população, considerada como “desordeira e perigosa” pelas elites e autoridades paraibanas. Ao pesquisar processos civis no Alto sertão da Bahia, de 1830 à 1888, Pires (2003) destacou que,

Tal qual em outras regiões brasileiras, essa postura esteve relacionada às inquietações das classes dominantes, interessadas na manutenção do *status quo*, o que resultou, inclusive, na formulação de leis que passaram a imprimir, no âmbito do público, os limites impostos a cativos e forros. Expedientes desta natureza apareceram durante a vigência da escravidão e, em muitos casos saíram em forma de lei [...] (p. 105).

As pessoas escravizadas eram vistas como agentes da desordem social ao longo do Império. Por isso, em várias regiões brasileiras, as posturas municipais foram criadas com intuito de estabelecer regras para manter a tranquilidade e a ordem nas cidades a partir de dispositivos de controle das pessoas livres pobres, e especialmente as negras. Entre os mecanismos que podiam atingir o cotidiano e a vida dos (das) negros (as) na Paraíba, podemos citar o *passaporte*, que era um documento obrigatório para quem saísse ou entrasse na província. Por meio desse mecanismo, muitas pessoas “de cor” podiam ser escravizados (as) ou reescravizados (as), no caso das libertas, por não levar consigo esse documento, assim, eram presas por suspeita de serem escravas fugitivas. Havia *proibição de ajuntamento*, ou seja, de reuniões em grupos de três ou mais pessoas em lojas, tavernas ou qualquer lugar público. O *toque de recolher* atingia todas as camadas da sociedade, essa medida tinha como objetivo evitar crimes, sambas e fechar casas de jogos. Na Cidade da Paraíba o toque de recolher era às 21 horas (LIMA, 2013, p. 260).

Na província da Paraíba, assim como em todo Império, a religião católica se misturava em questões relacionadas ao funcionamento e a estrutura da sociedade. Assim, destacamos que a província da Paraíba pertencia à diocese de Pernambuco e estava dividida em 32 freguesias. Veja-se no quadro 2 como se dava a divisão eclesiástica na Paraíba oitocentista.

Quadro 3: Divisão Eclesiástica da Província da Paraíba do Norte no século XIX**DIVISÃO ECLESIÁSTICA DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE NO SÉCULO XIX**

Comarcas	Municípios	Freguesias	Invocações de Santas e Santos	Datas da Criação
Parahyba	*Cidade da Parahyba	Parahyba	Nossa Senhora das Neves	1587
		Santa Rita	Santa Rita	1839
		Livramento	Nossa Senhora do Livramento	1813
		Jacoca	Nossa Senhora da Conceição	1768
	Alhandra	Alhandra	Nossa Senhora da Assumpção	1758
		Taquara	Nossa Senhora da Penha de França	1758
	Mamanguape	Mamanguape	São Pedro e São Paulo	1762
	Bahia da Traição	Bahia da Traição	São Miguel	1762
Pilar	Pilar	Pilar	Nossa Senhora do Pilar	1763
	Pedras de Fogo	Taipú	Nossa Senhora Rainha dos Anjos	1745
	Ingá	Ingá	Nossa Senhora da Conceição	1841
		Barra de Natuba	Nossa Senhora do Rosário	1848
	Campina Grande Bananeiras	Campina Grande	Nossa Senhora da Conceição	1789
		Bananeiras	Nossa Senhora do Livramento	1835
		Araruna	Nossa Senhora da Conceição	1854
Bananeiras	Cuité	Cuité	Nossa Senhora das Mercês	1859
		Pedra Lavrada	Nossa Senhora da Luz	1859
	Independência	Independência	Nossa Senhora da Luz	1837
	Areia	Areia	Nossa Senhora da Conceição	1814
		Alagoa Nova	Sant'Anna	1837
São João	São João	São João	Nossa Senhora dos Milagres	1718
	Serra do Teixeira	Serra do Teixeira	Nossa Senhora Maria Magdalena	1857
	Cabaceiras	Cabaceiras	Nossa Senhora da Conceição	1833
Pombal	Pombal	Pombal	Nossa Senhora do Bom Sucesso	1772
	Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	Nossa Senhora dos Remédios	1835
Sousa	Patos	Patos	Nossa Senhora da Guia	1788
	Sousa	Santa Luzia	Santa Luzia	1857
		Souza	Nossa Senhora dos Remédios	1784
		São José de Piranhas	São José	1848
		Cajazeiras	Nossa Senhora da Piedade	1859
	Piancó	Piancó	Santo Antonio	1800
		Misericórdia	Nossa Senhora da Misericórdia	1860

Fonte: Alves (2011, pp. 276 – 278).

*Nome do município editado para esta dissertação.

Percebeu-se que a capital da província, a Cidade da Paraíba (atual João Pessoa), era formada por quatro freguesias, e sendo a de Nossa Senhora das Neves a mais antiga nesta província, de 1587, e cuja invocação é Nossa Senhora das Neves. Ao longo desse trabalho podemos nos referir a alguns desses municípios e freguesias. Percebeu-se, então, como a prática da religião católica fazia parte do cotidiano das pessoas que viveram no século XIX, como afirmou Rocha (2007):

No Oitocentos, a instituição Igreja Católica continuava a difundir valores, superstições religiosas e medos que permeavam o dia-a-dia daqueles que habitaram a Paraíba. A vida social girava em torno das festividades religiosas: eram procissões, vigílias, missas, rituais ao nascer, como os batizados, e ao morrer, como os elaborados funerais dos mais abastados, cujas cerimônias ocorriam antes, durante e após o enterro (p. 186).

Conforme Rocha (2007) destaca a religião católica estava impregnada no cotidiano da sociedade paraibana oitocentista. A vida social, tanto de pessoas negras, quanto de brancas, tanto de livres, quanto de libertos e escravizados, ocorria muitas vezes dentro de espaços relacionados à Igreja Católica. Notou-se que eram constantes as notícias relacionadas às práticas religiosas em jornais paraibanos, como no anúncio sobre a procissão de Nossa Senhora do Carmo apresentada abaixo.

Festividades do mez de Mariano. O reverendíssimo padre Eduardo transferio a festa solemne e procissão para o domingo 5 de junho. **Na terça-feira 31 do corrente haverá missa cantada de madrugada, benção da imagem de N.S. do Carmo à tarde, com assistência de S. Exc. O Sr. Presidente e mais pessoas de consideração que para o acto são convidadas, havendo ladainha à noite. A procissão do dia 5 tem de percorrer as ruas do costume, tanto da cidade alta, como do Varadouro.** Espera-se o maior asseio nessas ruas; bem como a concurrencia dos habitantes da capital para o acompanhamento das venerandas imagens (LIMA (s/d) apud *O Publicador*, 28 de Maio, p. 4. FCJA. Grifos nossos).

A mensagem anunciou a procissão de Nossa Senhora do Carmo, na qual foi realizada também uma missa na madrugada, e adoração à imagem no horário da tarde. Além disso, o anúncio também informa que a procissão irá “percorrer as ruas do costume, tanto da cidade alta, como do Varadouro”, logo, notamos que tal prática percorre tanto a parte alta da cidade, na qual está localizada a Freguesia de Nossa Senhora das Neves, e onde ficam residências, igrejas e órgãos administrativos, quanto a cidade baixa, chamada também de Varadouro, na qual compreende a área do porto e de lojas comerciais (ROCHA, 2012, p. 87). Assim, foi possível observar como essas práticas transitavam por essas duas regiões e alcançam uma população diversificada.

Como dito, por meio dos jornais paraibanos percebeu-se constantes anúncios e notícias sobre práticas religiosas católicas na província da Paraíba. No entanto, essa difusão do catolicismo, não evitou a existência de um espaço para as manifestações culturais de origem africana, tanto no que diz respeito às práticas religiosas, como também nos divertimentos negros com tambores, denominados como *Festas Negras*. Na Cidade da Paraíba, Lima (2013) identificou nas documentações que os divertimentos de pessoas negras mais recorrentes foram: o *batuque*, o *samba*, e as festas patrocinadas pelas irmandades negras: *Reinado do Rozário/Congo, Maracatus e Cabinda*. Lima (2013, p. 49) entende o Batuque, como uma manifestação cultural que envolve,

[...] percussão e dança, em que os negros executavam passos em ritmos marcados com palmas e instrumentos de percussão, como por exemplo, os atabaques, apesar de a documentação paraibana, na segunda metade do Século XIX, referir-se a batuque com violas e guitarras. Entre os dançadores, em círculos, um casal—sempre um homem e uma mulher—vai para o meio dançar e, depois de executar diversos passos, escolhe-se dando uma *embigada* ou *semba*, outro casal que entrará no círculo para dançar. (Grifos nossos).

As autoridades não permitiam práticas religiosas de origem africana, no entanto, toleravam alguns tipos de divertimento, como o *batuque*, considerada como “dança dos negros”. Essa tolerância estava ligada ao fato de que os governantes supunham que com a “liberdade” desses divertimentos, evitariam “males maiores”, como rebeliões escravas. Já na Cidade da Paraíba, as autoridades do século XIX, ora permitiam os divertimentos negros, ora reprimia-os (LIMA, 2013).

Lima (2013) demonstrou também, como uma pequena parcela da população paraibana, que podia escrever em anúncios de jornais, denunciava e recriminava fortemente os *batuques*, que ocorriam, principalmente, na capital da província. Como pode ser conferida na citação de A Estrela (1860, p. 4) *apud* Lima (2013, p. 53):

A quem competir. —Pelas 8 horas da noite de 11 do novembro **fomos despertados por uma trovoada de violas e guitarras, tangidas com gosto e arte**; procuramos descobrir aquella folia (que de ordinário acaba pelo anno do Nascimento) e qual não foi nosso desapontamento ao vermos que **esse baiano tinha lugar nas escadas da tesouraria da fazenda e consequentemente nas imediações da guarda do tesouro**, aliás de tanta importância! He difícil de crer, mas é real—não haverá uma providencia? Esperamos (Grifos nossos).

A notícia anterior que, a princípio, parece tecer elogios a “trovoada de violas e guitarras, tangidas com gosto e arte”, é seguida de uma dura crítica, uma vez que se tratava de um “*baiano*”, e que ocorria nas escadas da tesouraria da fazenda, para o redator da notícia, seria essa uma

demonstração de desrespeito perante as autoridades e as pessoas que moravam por ali. A elite política e social da Paraíba preferia a execução de danças europeias, como valsas, para “civilizar” a sociedade paraibana. Para esses, dessa maneira poderiam alcançar o máximo do desenvolvimento das coletividades humanas, por meio da europeização. Logo, as *Festas Negras* eram vistas como obstáculo para “civilização” da Paraíba, pois eram consideradas como festas de “costumes bárbaros”. Deste modo,

Seguindo essa linha de pensamento, acreditavam as autoridades políticas, administrativas, eclesiásticas e outros grupos da sociedade que, somente com ordem, uma sociedade poderia alcançar progresso e a civilização. Portanto, *batuques, sambas, baianos*²⁴, divertimentos de negros e de negras eram coisas de menor significância e de atraso (LIMA, 2013, p. 54).

O Mapa 2 permitiu o leitor observar em quais ruas da Cidade da Paraíba ocorriam os *batuques* e *sambas*, além de *coco*, e áreas de *maracatu, cabinda* e *capoeira*.

²⁴ De acordo com Lima (2013), *baiano* era um tipo de dança popular muito vivenciada pelas pessoas negras durante o século XIX no Nordeste brasileiro (Apud CASCUDO, [200?], p. 128).

Mapa 2: Localização da *festa negra* na Cidade da Paraíba (séc. XIX)



Fonte: Mapa elaborado por Juliano Lureiro de Carvalho e Carla Gisèle M. S. Martins em 2003, a partir da descrição verbal de Vicente Gomes Jardim na Monografia da Cidade da Paraíba do Norte (1889). In: TINÉ, Nelci (org.) *Fronteiras, Marcos e Sinais: Leituras das ruas de João Pessoa*. Atenção: Roteirizada Festa Negra elaborada pela autora. Diagramação: Luis Carlos Kehrla.

Fonte: LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Brasília: FCP, 2013. p. 105

Por meio do mapa foi possível perceber a grande difusão da presença negra nas festividades realizadas na Cidade da Paraíba. A primeira região referiu-se a áreas de *batuques*, *sambas* e *cocos*, são elas: Rua da Matinha (1), Rua (bairro) do Jardim (2), Largo do Palácio (3), Ruas das Trincheiras (4), Rua Mães dos Homens (5), Rua do Grude (6) e Cruz do Peixe (7). Na segunda, consistiu em áreas de *maracatu*, *cabinda* e *capoeira*: Rua Nova e Largo da Matriz (1), Rua Direita (2), Largo do Comendador Felizardo (3), Ruas das Trincheiras (4), Rua da Alagoa (5) e Rua Mãe dos Homens (6).

O anúncio que seguiu apresenta o caso do cativo Marcelino, que fugiu da casa do seu senhor, o Comandante Joaquim Gomes da Silveira, e foi acusado pelas autoridades de “aparecer” na Rua de Matinha (número 1 na imagem). De acordo com LIMA (s/d) apud *O Publicador*, 15 de julho de 1865,

[...] um diligencia dessa não se consegue com muita facilidade, **porque o escravo Marcelino é acoutado e protegido por todos os escravos de seu senhor José Luiz, senhor do Engenho Graça que limita-se com a rua da Matinha**, onde as veses costuma aparecer de momento o escravo Marcelino, que **também é acoutado por moradores da mesma rua** (p. 2. FCJA. Grifos nossos).

Assim, percebeu-se que o escravizado Marcelino não “aparecia” na rua da Matinha por acaso, ele sabia que ali estaria protegido por uma rede de sociabilidades que criou enquanto era escravizado de José Luiz Pereira Lima. Essa rede não era só construída pelos escravizados(as) que pertenciam a José Luiz Lima, com quem Marcelino provavelmente teve contato enquanto era cativo desse senhor, mas também por outros moradores da rua da Matinha. De acordo com Lima, as áreas periféricas da cidade baixa, como no “Bairro” Jardim, na Rua da Matinha, e áreas dos bairros das Trincheiras, do Jaguaribe, do Tambiá e, principalmente, em Cruz do Peixe, eram espaços em que pessoas escravizadas fugitivas tentavam reconstruir redes de sociabilidade, já que nessas áreas se concentravam muitas pessoas negras livres (LIMA, 2013, p. 246).

Nos últimos anos da escravidão, as festas prosseguiam nessas localidades, conforme se percebeu na queixa de moradores da vizinhança da Cruz do Peixe “Chamamos a atenção da polícia para um samba que ha, constantemente, no lugar Cruz do Peixe, onde é grande a algazarra, e já tem havido pancadaria velha”²⁵. Essa não foi uma reclamação isolada, constantemente moradores reclamavam dos divertimentos e espaços dos negros. No que foi publicado em LIMA (s/d) apud *Diário da Paraíba*, 12 de julho de 1884,

²⁵ LIMA (s/d) apud *Diário da Paraíba*, 12 de julho de 1884, p. 1- FCJA.

Morte e Ferimentos – notícias sobre a morte de um carvoeiro e sobre samba. **Chamamos pela segunda vez, a atenção da polícia** sobre a suspeita população do bairro, chamado Jardim, no qual nos sabbados e vesperas de dias sanctos, à noite, **os sambas encommadam os moradores da rua do Caxias até o amanhecer**. É ali o estádio em que **os vadios vão lutar, e ostentar sua destreza** (p. 1. FCJA).

O autor da notícia fala em terceira pessoa, demonstrando ser essa uma insatisfação de muitos moradores que viviam na Rua do Caxias e que viam as pessoas que praticavam o samba, como pessoas “vadias”, ou seja, tratava-se da população “suspeita”. Ao esclarecer que o incômodo é resultado das **noites de samba** que vão até o amanhecer, e por esse ser um local onde “os **vadios** vão **lutar** [talvez capoeira], e ostentar sua destreza”. Essa população “suspeita” pode se tratar da população negra.

Outro divertimento realizado por pessoas negras, encontrado na documentação da Paraíba é o *entrudo*. As posturas municipais retratam-no como uma brincadeira com lama e água. No entanto, Lima (2013) percebeu nos jornais do século XIX, como em *O Tempo*, que o *entrudo* também estava relacionado com o carnaval, de forma que os redatores dos jornais escreviam frases como “terça-feira de entrudo”, como se o carnaval e o entrudo fossem sinônimos para festa, possivelmente, por serem expressões populares na sociedade paraibana oitocentista, e por pessoas de diferentes classes sociais e de condições jurídicas, participassem dessa brincadeira. Maria da Vitória B. Lima ainda ressalta que esse tipo de divertimento agregava toda sociedade, sendo elas, ricas ou pobres; livres ou escravizadas, ou com muito, pouco, ou nenhum recurso. A partir da década de 1860, algumas restrições foram adotadas para a brincadeira do *entrudo*, sob a justificativa de manter a salubridade pública. Assim, em vários municípios da província da Paraíba do Norte, como no município da Vila de Pilar, em 1863, eram impostas penalidades como multas e prisões para o infrator. É importante relembrar que ao longo do século XIX, as Câmaras Municipais se preocuparam em criar mecanismos preventivos e repressivos para garantir a moral, bons costumes, ordem, saúde e segurança pública da população paraibana, conforme apontamos no início desse tópico.

Outro espaço ocupado pela população negra na província da Paraíba foram as Irmandades religiosas. Sobre essas Irmandades, Lima (2013) acredita que as mesmas tenham surgido na província da Paraíba do Norte à medida em que foi se organizando o espaço econômico dessa região. Segundo a mesma autora, existiam seis Irmandades negras, ou seja, fundadas por pretos e/ou pardos na Cidade da Paraíba (capital da província) no século XIX, foram elas: *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos* (1791-1867); *Irmandade Mãe de Deus e dos Homens e Mulheres e Advogada dos Pescadores*; *Irmandade do Glorioso São José* (1851); *Irmandade do São Glorioso São Benedito* (1866); *Irmandade de*

Nossa Senhora das Mercês (1867); *Irmandade de Nosso Senhor do Bom Jesus dos Martírios* (1863) (LIMA, 2013, p. 80).

De acordo com Naiara Alves (2006), as irmandades negras aceitavam pessoas escravizadas em suas organizações, contanto, que tivessem a autorização de seus senhores, inclusive, porque estes seriam os responsáveis pelo pagamento das anuidades da organização. Os termos de compromisso²⁶ deixavam claro, que os integrantes das irmandades deveriam ser “pessoas de bem”, com “boa conduta” e aptas à prática da religião católica. É preciso enfatizar que nesse espaço, homens e mulheres negras encontraram formas de luta e resistência, procurando se integrar em uma sociedade que os excluía de todas as atividades coletivas (ALVES, 2006, p. 50).

No que concerne às mulheres negras, Alves (2006) afirma que estas podiam atuar como rainhas, juízas, ou como escrivãs. Elas não tinham direito ao voto, mas,

[...] no caso das rainhas, tinham grande destaque e representatividade dentro das confrarias, pois eram reconhecidas na sociedade em geral. Para assumirem tais cargos tinham que, assim como os homens, pagar uma taxa de entrada para exercerem as funções para as quais foram eleitas. **Alguns cargos exigiam que fossem livres ou libertas** para assumirem as suas atividades (p. 69. Grifos nossos).

Viu-se que nas Irmandades negras da província da Paraíba, para se ocupar de determinados cargos, a mulher negra teria que ser livre ou liberta. Ao estudar as Irmandades Negras em Goiás, Karasch (2012) percebeu que cargos como de rainha e juíza não podiam ser preenchidos por cativas, para ela, isso ocorria pelos altos custos financeiros necessários para ocupar esses espaços. No entanto, percebeu-se que as mulheres das irmandades negras, escravizadas ou não, tinham maior participação do que nas confrarias de brancos, visto que, nas irmandades de caucasianos, a participação feminina era vetada. Assim, as mulheres das irmandades negras possuíam cargos e funções específicas, como, o cargo de esmoler, coletando ajuda financeira para a sua irmandade, além de trabalhar na organização das festas e participar de procissões.

Ainda em relação às irmandades negras, acreditou-se, que, segundo Lima (2013):

²⁶ São documentos oficiais que no período da colônia eram apresentados ao rei, por meio da mesa de ordens e consciência, e, no período do império, ao Presidente de Província, por meio da Assembleia Legislativa Provincial e que regem estas confrarias (ALVES, 2006, p. 46).

[...] foram formas culturais criadas pela população negra, dentro da sociedade escravista, e que, ao mesmo tempo em que adotaram padrões institucionais portugueses (as irmandades) e valores católicos, **reforçavam os laços com a África**, terra ancestral, com a coroação do Rei e da Rainha do Congo. Elementos de sincretismo religioso podem ser percebidos nessas irmandades (p. 113. Grifos nossos).

De modo que se acredita que para as pessoas negras, as celebrações de suas festas e de seus divertimentos além de servirem como válvula de escape e construção de espaços com maior autonomia, também contribuíam para sobrevivência de seus costumes. Mesmo que tenham passado por alterações, as *festas negras* significavam uma permanência da cultura africana, além de contribuírem para o surgimento e o fortalecimento de laços de sociabilidade e solidariedade.

Como em outras províncias, a Paraíba também possuía áreas que compreendiam a zona rural e a zona urbana, mesmo que seus municípios tivessem características rurais, inclusive como a capital da província. Assim, foi possível supor que o cotidiano e as vivências das mulheres negras nessas regiões eram distintas. Nas cidades, é possível que a maioria das mulheres negras circulassem nas ruas, conhecendo várias pessoas e criando diversos laços. Já a zona rural possuía um número menor de casas, sendo estas, geralmente, distantes uma das outras. “Os escravos não costumavam sair sozinhos da fazenda, a não ser quando o trabalho o exigia, e ainda assim só os mais confiáveis” (GRAHAM, 2012, p. 135). Apesar da generalização feita por Graham, uma vez que também existiam pessoas escravizadas nos espaços rurais que circulavam pelas fazendas e até por outras cidades, o fato é que tanto na zona rural como na urbana, em situações distintas, as escravizadas tinham que elaborar e reelaborar mecanismos para sobreviver numa sociedade pautada na dominação e opressão do sistema escravista.

2.2 TRABALHO E OPRESSÃO NA PARAÍBA OITOCENTISTA: sobrevivência na sociedade escravista

A sociedade escravista oitocentista, além de ter uma população profundamente racializada e hierarquizada, em relação à cor e a condição jurídica (livre, liberto/a ou escravizado(a), também apresentava uma profunda desigualdade da condição de gênero entre mulheres e homens perante a sociedade. De fato, percebeu-se que a sociedade brasileira no decorrer da história, tem se mostrado imensamente sexista. De acordo com Lúcia Mott (1988), a situação das mulheres brancas do século XIX não era nada fácil. Segundo a mesma, vários

relatos de estrangeiros demonstravam a falta de liberdade e a dominação sofrida pelas mulheres brancas.

Para Mott (1988), as mulheres brancas empobrecidas muitas vezes se aproximavam da situação das mulheres negras na sociedade do século XIX. Por vezes, estas indivíduas aceitavam trabalhos domésticos, por exemplo, em troca de alimentação, roupas e estada, mas sem remuneração. Para essas mulheres, mesmo sendo brancas e pobres, estar em uma “casa de família”, ou seja, em um ambiente dentro dos padrões religiosos e conservadores da época, proporcionava às mesmas, certa respeitabilidade.

No entanto, quando se tratavam de mulheres negras, a condição de sobrevivência se agravava. São as mulheres negras que mais aparecem em notícias de jornais ao longo do século XIX, relacionado à violência física e psicológica, conforme aponta a notícia de 1877, do jornal *A Opinião*, Campina Grande: “Um amigo escreve-nos dessa importante comarca, em 11 do corrente, o seguinte: No dia 20 de outubro um escravo de F. Amorim, morador no Caboclo deste termo, assassinou com uma facada a uma escrava de Damião Rodrigues, e acha-se preso”²⁷.

Percebeu-se que o assassinato da cativa de nome não identificado foi praticado por outro escravizado. Viu-se que o escravizado e a escravizada pertenciam a senhores diferentes, mas da mesma localidade (Campina Grande). A partir daí notou-se que poderia existir algum laço entre o casal, seja amoroso ou não, mas se fosse, o crime poderia ter ocorrido por ciúme. Dias (2012, p. 363) chama atenção para a existência de violências causadas por ciúmes: “a situação das mulheres ficava ainda mais difícil quando eram observados os sentimentos de posse e de ciúme cultivados pelos homens; elas sofriam violências, e muitas chegavam a serem assassinadas pelos próprios companheiros de escravidão”. Assim, seja causado por ciúme, por rejeição, ou outro motivo, o assassinato da escravizada em Campina Grande, pode ter se tratado de uma violência à condição de mulher, demonstrando que as mesmas estavam sujeitas a todo tipo de hostilidade, e não somente por parte dos senhores.

Dez anos depois do assassinato da escravizada de Damião Rodrigues, e dois anos antes da abolição da escravatura, o jornal *O Independente* de 30 de junho de 1887 relata,

Murmura-se que **uma mísera escravizada em consequencia de um pontapé, que na região do ventre lhe deu o respectivo possuidor, que ocupa posição oficial, abortou imediatamente**, tendo sciencia disto os abolicionistas da terra, que nada fizeram em beneficio da vitima (LIMA (s/d) apud IHGP²⁸. Grifos nossos).

²⁷ LIMA (s/d) apud *A Opinião*, 25 de outubro de 1877, Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional- NDIHR.

²⁸ Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

De acordo com a notícia, “uma mísera escravizada” sofreu aborto após ter levado um pontapé do seu dono. O anúncio ainda enfatiza que o “possuidor” ocupava uma posição oficial. E que apesar da violência sofrida, parece que nada foi feito a esse respeito, inclusive nada por parte dos abolicionistas. É válido ressaltar que esse foi um período de efervescência política nos jornais que estavam recorrentemente anunciando questões relacionadas a violência dos senhores contra os escravizados e ao fim próximo da escravidão, em outras palavras, se tratou do período em que houve aumento das críticas à violência do sistema escravista.

Assim, mais uma vez percebeu-se que quando se tratam de mulheres negras, a condição de sobrevivência se agravava. Além de enfrentarem uma sociedade extremamente discriminatória, as mulheres negras também enfrentavam diversos problemas na sua luta diária, e também constantes e distintas formas de violência própria da escravidão. Logo, as mulheres negras, diferentemente das brancas da camada média e alta da sociedade, além da opressão diária, sempre tiveram que trabalhar e encontrar condições para possibilitar sua subsistência.

No estudo sobre escravidão e liberdade no termo de Cachoeira, província da Bahia, Santana (2014, p. 45) observou que “a configuração de cada freguesia ditou o ritmo do trabalho exercido pelos escravos e a possibilidade de criação de espaços de autonomia e mobilidade por parte dos cativos. Em relação à província da Paraíba, também é possível perceber que o trabalho destinado às cativas da província da Paraíba variavam a depender da região. Esta pesquisa concordou ainda com Santana quando afirma que “nas localidades rurais, o trabalho dos escravos era organizado a partir do tipo de lavoura cultivada, que podia variar à partir dos diferentes tipos de solo, clima e topografia de cada freguesia” (SANTANA, 2014, p. 62). Assim, as cativas do interior da Paraíba também tinham suas funções variadas a depender da cultura da região, nas quais, muitas vezes, as escravizadas ocupavam várias funções a depender da vontade do senhor, como por exemplo, cuidar de serviços domésticos e trabalhar nas lavouras quando necessário.

Já o desenvolvimento urbano, principalmente na capital da província, propiciaram às mulheres negras diversos tipos de trabalho. Baseada na documentação da Paraíba, Lima (2013) notou que havia uma divisão sexual do trabalho na Cidade da Paraíba, na qual os homens dedicavam-se a atividades agrícolas, como roceiros, e carpinteiros, e as mulheres ocupavam-se em atividades ligadas ao comércio, como quitandeiras²⁹, ou serviços de casa como cozinheiras, engomadeiras, ou ainda como amas de leite, costureiras, benzedeiras, entre outras ocupações. Já nos municípios e vilas do interior da província da Paraíba, principalmente nas que continham

²⁹ Existiam indivíduos de ambos os sexos comercializando uma variedade de produtos nas ruas de vilas e cidades das províncias do Império, no entanto, a predominância era sem dúvida, das mulheres (REIS, 2012, p. 172).

menor número de pessoas escravizadas, as mulheres escravizadas poderiam ter uma dupla jornada de trabalho, ocupando alguma função na atividade agrária, e também de serviços domésticos. No capítulo 3, falaremos sobre outros serviços prestados por escravizados e escravizadas, uma vez que, alguns anúncios de fuga constam essas informações.

As amas de leite eram figuras que apareciam em anúncios de jornais, geralmente padronizados, com texto pequeno e direto, como este: “Precisa-se de uma ama de leite em casa de Manoel Maria de Moraes à rua d' Areia n. 96”³⁰. O aluguel de uma ama de leite poderia render uma boa quantia mensal para seu senhor. Para as escravizadas, esse tipo de serviço interferia diretamente na sua relação com seus filhos. De acordo com Koutsoukos (2012), raramente os senhores deixavam as mães escravizadas amamentarem os dois bebês ao mesmo tempo (o do senhor e o da cativa). Então, o que poderia ocorrer com os filhos das cativas amas de leite? Para Machado (2012, p. 204),

Separado da mãe ao nascer, entregue à roda dos expostos ou a algum terceiro, ou ainda falecido no parto ou logo depois, o certo é que era difícil para ama manter junto de si e, quando isso ocorria, a situação exigia dos senhores uma vigilância constante do comportamento da ama, pois obviamente ela tenderia a preterir a criança sob seus cuidados em favor do seu filho.

Além disso, mesmo quando o bebê da escravizada era mantida perto da mãe, a prioridade para amamentação era do filho ou filha do senhor, o que podia prejudicar a nutrição do(a) filho (a) da cativa. Koutsoukos (2012, p. 189) percebeu em suas pesquisas sobre o Rio de Janeiro, que alguns anúncios constam que a ama poderia ser oferecida “com ou sem pequena cria”. Nesses casos, quando tratava-se da compra de uma escravizada para ser ama de leite, o(a) filho(a) da mesma poderia acompanhar a mãe, mesmo que dificilmente fossem dadas as condições necessárias para que ela criasse seus filhos. Assim, quando pequenos, ficavam amarrados em panos nas costas de sua mãe, como veremos adiante. As que viviam em senzalas, com maior número de pessoas escravizadas, ainda contavam com a ajuda de cativas mais velhas, “à medida que eles cresciam, a função de cuidar, nutrir e preparar as ‘crias de pé’ para o trabalho era suprida através das sociabilidades nas senzalas, pelos cuidados das escravas mais velhas” (DIAS, 2012, p. 363). Apesar da incerteza sobre o interesse dos proprietários para a reprodução natural, a questão é que muitas vezes ter ou comprar crianças escravizadas, poderia ser também um investimento, afinal, numa sociedade escravista, até os (as) cativos(as) mais

³⁰ *O Publicador*, 27 de outubro de 1868. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 03 abril. 2016.

novos tinham suas “ocupações”. Encontrou-se uma delas no anúncio de *O Imparcial* de 22 de fevereiro de 1861,

Vende-se um escravo criolo, official de sapateiro, bonita figura, conducta excellente, sem vicio, muito sadio, muito fiel, próprio para pagem; e **uma negrinha, com cinco annos de idade, sem vicio, muito esperta, e de muito boa casta de escravos propria para brincar com crianças**: quem pretender pôde dirigir-se á rua Direita casa nº 84, que achará com quem tratar (LIMA (s/d) apud IHGP. P.4. Grifos nossos).

Percebeu-se que muitas crianças escravizadas eram vendidas e compradas para servirem de acompanhante de crianças brancas, elas brincariam com os filhos dos seus senhores e senhoras até que chegasse o momento de realizar outros serviços. Além disso, no capítulo 2 deste estudo verificou-se a existência de escravizadas menores de 12 anos de idade que foram vendidas tanto para dentro da província, quanto para fora dela, embora o caso em questão não aponte para a realidade do tráfico interprovincial, no qual eram preferíveis pessoas cativas adultas.

Retornando às mulheres negras, o estudo de Lima (2013) ainda apontou que, na Cidade da Paraíba, as mesmas se destacavam como quitandeiras, de maneira que era possível que elas acumulassesem renda. As quitandeiras, mulheres negras, escravizadas ou não, se dedicavam ao pequeno comércio e vendiam, geralmente, gêneros de primeira necessidade, dos mais variados produtos, como: legumes, verduras, bolinhos, cuscuz de milho, de arroz, pastelões, arroz doce, frutas variadas, mas também outras mercadorias. É importante ressaltar que no “comércio ambulante coexistiam escravos de ganho, alugados ou que se alternavam no serviço doméstico de suas proprietárias, com forros, e brancos pobres” (DIAS, 1984, p. 115). Assim, encontrou-se o seguinte anúncio: “Attenção! Precisa-se alugar duas pretas, que saibão vender em taboleiro; quem as tiver dirija-se á rua Direita nº 47 á tratar com Joaquim Gonçalves Chaves”³¹. Percebeu-se mais um vez que esse comércio poderia ser formado não somente por pessoas livres e libertas como também por escravizadas, de modo que a concorrência para vender nas ruas fosse acirrada.

O trabalho como quitandeira vem da tradição cultural africana. Na costa ocidental da África, as mulheres eram encarregadas da atividade de circulação de alimentos de primeira necessidade, mesmos que sua família, e seus maridos tivessem uma boa “renda”, elas eram acostumadas a manter a si, e seus filhos, sendo economicamente independentes (DIAS, 1985, p. 116-117). Tanto na África, quanto no Brasil, essa atividade garantia às mulheres um papel social importante, uma vez que adquiriam autonomia com relação aos homens, e “certamente

³¹ LIMA (s/d) apud *A Regeneração*, 8 de fevereiro de 1862, p. 4. IHGP.

um papel econômico de provedora e organizadora da circulação dos gêneros alimentícios” (DIAS, 1984, p. 116).

Não raramente, as quitandeiras carregavam, além de seus produtos, um filho pendurado nas costas, “num malabarismo e energia que deixa o observador boquiaberto” (SILVA, 2001), conforme foi possível analisar na imagem retirada por um dos mais importantes nomes da fotografia brasileira oitocentista, Marc Ferrez (Imagen 1).³² Compreendeu-se que a fotografia foi tirada em ateliê pelo plano de fundo e pela pose de “estátua” da escravizada que olhava para o fotógrafo de maneira oblíqua. As pessoas negras usavam e posavam de acordo com o que era estabelecido pelo fotógrafo, no entanto, não tinham como controlar uma criança, por isto, a da foto olhava diretamente para o fotógrafo. De acordo com Schwarcz (2011) alguns fotógrafos tiravam fotos de pessoas escravizadas para comercializar no exterior, para eles, a fotografia da população negra valia mais do que ver a elite brasileira.³³

Apesar de ser uma imagem forjada pelo fotógrafo, a fotografia tenta imitar o cotidiano das vendedoras ambulantes nas diversas ruas e praças de diversas vilas e cidades do Império brasileiro. Como demonstra o cenário, as mulheres negras eram “figuras típicas desse ramo de atividade, fazendo-se acompanhar por seus filhos pequenos atados às costas, envolvidos em grande variedade de tecidos coloridos” (REIS, 2012, p. 173).

³² Considerado um dos pioneiros da fotografia no Brasil, Marc Ferrez (1843-1923) retratou em suas obras o cotidiano brasileiro na segunda metade do século XIX até início do XX, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Escravos de Marc Ferrez<<http://www.blogdoims.com.br/ims/escravos-de-marc-ferrez>> Acesso em: 3 fev. 2016.

³³ Em 2001, Lilia Schwarcz analisou uma série de imagens do acervo do Instituto Moreira Salles que retratam a população negra na sociedade brasileira, principalmente, do século XIX. Esta análise foi dividida em quatro partes e publicada em vídeo, denominado “Entre cantos e chibatas” e divulgados no site <<https://www.youtube.com/watch?v=oJ-oWxDhW0>>. Acesso em: abr. 2016.



Figura 1: Uma vendedora de bananas com criança
Fonte: FERREZ, Marc (1884) *apud* ERMAKOF (2004, p. 114)

O trabalho podia, ainda, deixar-lhes marcas corporais que podiam atingir seu lado emocional, como a perda de cabelos, devido ao atrito do tabuleiro no alto de suas cabeças. Freyre chamava a atenção para os inúmeros casos de “coroa na cabeça” encontrados nos anúncios de jornais. Essa “coroa” era causada pelo peso que carregavam na cabeça, seja de tabuleiro, água, tijolo ou outro (FREYRE, [2010] 1966, p. 11).

Reis (2010) chama atenção para as quitandeiras africanas em Luanda. De acordo com o autor, assim como nas cidades escravistas brasileiras, na África, mulheres escravizadas e livres dominavam o comércio nas feiras, onde vendiam produtos importados, e também produzidos na África, como vasos, cestos, esteiras, objetos de marfim, entre outros, além de produtos de gênero alimentício. Maria Odila Dias (1984) também destacou que,

Os viajantes realçavam a **vocação de vendedoras das negras mina ou do Daomé, Nigéria, Senegal e Congo**. Embora longe de constituir a maioria, entravam em quantidades não desprezíveis na Corte, onde **eram preferidas como negras de ganho, por se adaptarem mal aos serviços mais caseiros** (p. 116. Grifos nossos).

Por meio de relatos de viajantes, Dias (1984) destacou a habilidade das africanas no comércio de ambulantes da Corte, bem como a não adaptação das mesmas para o trabalho doméstico. Assim, muitos dos(as) proprietários(as) de escravizadas africanas optavam muitas vezes por torná-las negras de ganho. Vale salientar mais uma vez que muitas mulheres escravizadas realizavam esse tipo de atividade, e que a partir dela, muitas conseguiam acumular o pecúlio para sua carta de alforria e de seus familiares. A imagem 2 de Marc Ferrez apresentou mulheres negras no comércio brasileiro oitocentista.

A partir da observação da imagem, notou-se que os pés de uma dessas mulheres estão descalços, o que indica que, provavelmente, tratava-se de uma escravizada, no entanto, as demais escondem seus pés debaixo dos vestidos, o que pode ser intencional ou não. Essa fotografia foi tirada em alguma rua ou praça que servia como mercado para venda de produtos, como de frutas, como vemos na imagem. Três cativas parecem estar sentadas em algum banco ou pedra, e uma parece estar sentada no chão, com a coluna encostada na parede, demonstrando cansaço. A primeira escravizada, da esquerda para direita, parece fixar o olhar para o fotógrafo, assim como a terceira escravizada, que embora pareça ter franzido o rosto pela claridade do sol, também olhou diretamente para a câmera, demonstrando talvez curiosidade, mas também alerta.



Figura 2: Mulheres no mercado

Fonte: FERREZ, Marc (1875) *apud* ERMAKOFF (2004, p 143)

A imagem por si só já permite imaginar o que as quatro cativas poderiam estar conversando antes e depois da presença do fotógrafo. É certo que as quitandeiras interagiam entre si e que a possibilidade de ir e vir das ambulantes favorecia o aumento de redes de sociabilidade, ou seja, permitia que essas mulheres conhecessem mais pessoas e criassem laços com elas. Tais redes poderiam melhorar o cotidiano e a sobrevivência das mulheres negras. No entanto, a multiplicação de mulheres negras no pequeno comércio urbano foi vista com certa

desconfiança sob perspectiva das autoridades de algumas províncias, como de São Paulo, pois, essas mulheres poderiam ser “elos e meios de contato com maridos e filhos de escravos, eventualmente fugitivos” (DIAS, 1984, p. 123). Na Cidade da Paraíba também foi possível denotar as atitudes repreensivas contra as quitandeiras, conforme demonstra o anúncio de *O Publicador*, de 14 de dezembro de 1864, abaixo.

A bem da moral pede-se as autoridades competentes que lancem suas vistas para um corrilho de negras quitandeiras, junto a ermida da cadeia velha, que não respeitando as famílias que por perto moram, e muito menos as que por fatalidade ali transitam, quando estas helenas, em comunhão com seus adônis, **largam as palavras mais obscenas que dar-se pode**; sendo d’ estas a principal uma santarrona a quem chamão - quenga rachada- que levada de zelos amorosos, estando a brigar com o ex-praça policial de nome Balduíno (sacerdote bachante) pronunciavam **as mais infames e torpes palavras, quando ali passava uma família distinta**. Portanto **roga-se aos senhores fiscais que as façam remover d’ aquele lugar**, e a polícia que lhes deem um lugar distinto na casa retumbante quando taes naides quitandeiras assim praticarem (LIMA (s/d) apud *O Publicador*. p. 4. Grifos nossos).

De acordo com o anúncio, as quitandeiras estariam “largando palavras obscenas” nas proximidades da cadeia velha, perturbando e “desrespeitando” as famílias que moravam nesse local e as que transitavam por ali. O anunciante também ressalta que existia uma mulher “principal”, chamada de “quenga rachada”, insinuando que a mesma era prostituta, que brigava com Balduíno, ex-praça policial, com quem, possivelmente, tinha alguma relação amorosa. É provável que esse não tenha sido um caso isolado. Independentemente de ser ou não, o que se tornou interessante aqui é perceber como a presença das quitandeiras incomodava algumas pessoas que circulavam no mesmo ambiente que elas. Além disso, pode-se supor que se o anunciante expõe tal situação é porque provavelmente poderá ser atendida, ou seja, as autoridades realizavam esse tipo de repreensão, e deslocavam quitandeiras de seus lugares de trabalho, a partir de denúncia, sendo essas cabíveis ou não. É valido ainda apontar a posição adotada pelo jornal, que não raramente, evidenciava esse tipo de notícia.

A partir daí notou-se que medidas repreensivas eram incentivadas por uma parcela da população, ou seja, com intuito de limitar a liberdade das pessoas negras com qualquer condição jurídica, fosse elas livres, forras ou escravizadas. Além disso, numa sociedade escravista, ser negra livre ou liberta não minimizava o perigo de violência que estavam expostas constantemente. Segundo Maria Inês Oliveira (1988, p. 11),

Tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre. Desta distinção encarregava-se a sociedade escravista de modo a perpetuar no ex-escravo as marcas de sua antiga condição servil. Mas os estigmas do cativeiro iam muito além do aspecto jurídico, determinando mesmo as próprias condições de vida do liberto.

Assim, mulheres e homens negros viviam em constante apreensão, pois não raramente, os traficantes reduziam à escravidão pessoas livres ou forras. Segundo Rocha (2001), na província da Paraíba as pessoas negras, na maioria das vezes, tinham que comprovar sua condição de livre ou liberta, assim, as que não conseguiam, poderiam ser mantidas por vários anos ilegalmente, na condição de escravizadas. De acordo com Lima (2013), eram recorrentes as informações referentes às prisões de pessoas negras na Cidade da Paraíba durante a segunda metade do século XIX, sempre suspeitas de serem escravizadas. Conseguir a liberdade, seja pela alforria, na justiça, ou em pia batismal, não conferia ao liberto(a) sua mudança para cidadãos livres, uma vez que eram condicionados à várias restrições legais.

Geralmente, os traficantes que sequestravam pessoas negras ou mestiças na província da Paraíba, comercializavam-nas em províncias vizinhas, como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Também ocorria o contrário, ou seja, também existem registros de Chefes de Polícia das províncias mais distantes, esses enviavam correspondências procurando mulheres que ilegalmente foram escravizadas e levadas para Paraíba, como as províncias do Ceará, de Alagoas e do Piauí (ROCHA, 2001, p. 19). Além de estarem expostas a situações como essas, as mulheres escravizadas ainda viviam com o receio de que seus filhos fossem vendidos legalmente para outros senhores, pelo menos antes de 1871. Soube-se que muitas mães de fato tiveram seus filhos e filhas arrancados de seus braços para serem vendidos. Rocha (2001) chama a atenção para a hipótese de que muitas mães negras que foram separadas de seus filhos não recuperaram mais o equilíbrio mental, conforme um caso relatado por Coriolano de Medeiros. De acordo com Medeiros (1994), José Narciso de Carvalho, foi um dos marcantes moradores do bairro Tambiá, e possuía uma propriedade rural, o engenho Outeiro, em Santa Rita.

De acordo com Rocha (2007), entre as décadas de 1840 a 1850, os livros de batismo de Santa Rita trazem dados sobre nove escravizados pertencentes a José Narciso de Carvalho, inclusive, uma cativa chamada Maria, que poderia ser a mesma dita do relato feito por Medeiros (ROCHA, 2007, p. 104). Maria, intitulada como “preta e africana”, passou a ser chamada de Maria Jararaca “depois de perder a razão e, de seus acessos, de suas arrancadas contra os grandes” (MEDEIROS, 1994, p. 77). De acordo com Medeiros (1994), Maria só perdeu a razão depois que José Narciso de Carvalho vendeu seus dois filhos para o sul do Brasil, assim, jamais superou o trauma, permanecendo mentalmente perturbada. Tal caso reafirma a hipótese

levantada por Rocha (2001) sobre a perda de equilíbrio mental de mulheres escravizadas por conta da separação de seus filhos e de outros entes queridos.

Conforme mencionado, havia diversas formas de escravizar pessoas livres ou reescravizar pessoas libertas. A *soldada* era um mecanismo que passava para o proprietário a “guarda” de um menor órfão que em troca de trabalho, recebia alimentação, abrigo e roupas. Outra forma de exploração, a *parceria*, ocorria quando o pequeno produtor recebia um pedaço de terra, e em troca, parte de sua produção era entregue ao dono da terra. Na *moradia sob condição*, o trabalhador rural tinha que dedicar alguns dias de trabalho na plantação do proprietário da terra. Todos esses mecanismos eram formas de explorar a população livre e liberta de tal forma, que a condição dessas pessoas se assemelhava a situação das pessoas escravizadas. Os proprietários rurais que reclamavam constantemente da falta de trabalhadores para suas lavouras, utilizavam dessas artimanhas para obter a mão de obra necessária para seus negócios³⁴. Assim, os senhores passaram a investir em tentativas de escravização ou reescravização de pessoas livres ou/e libertas pobres e negras para suas fazendas e engenhos. O medo da população pobre e negra da escravização ou reescravização foi um dos motivos que fez eclodir em 1851 uma revolta social conhecida como “Ronco da abelha”. Após a homologação dos decretos de 797³⁵ e 798³⁶, pelo governo imperial, surge na província de Pernambuco, o primeiro movimento da revolta do “Ronco da Abelha”. A partir daí, vários movimentos surgiram nas províncias de Alagoas, da Paraíba e menos intensas nas províncias do Ceará e Sergipe. Logo, a implantação de tais decretos como afirmou Sá (2005, p. 86):

Gerou um clima de revolta entre os **homens [e mulheres negras] livres pobres**. A desconfiança da possível redução à condição de escravo aumentava por saber que a partir de então, os “Registros de Nascimentos e Óbitos” não mais seria feito pelo padre, em que **a população pobre** e excluída tinha plena confiança, e sim por repartições legais, devendo-se **declarar a cor de pele** (Grifos nossos).

Como resultado desse movimento, o censo foi suspenso e aplicado apenas em 1872. Conforme foi visto anteriormente, várias foram as artimanhas dos proprietários de escravos para escravizar pessoas livres e/ou libertas. Deste modo, percebeu-se que o movimento do

³⁴ Em seu estudo, Lima (2013) apresenta o caso de escravização de órfãos em Mamanguape a partir da documentação datada em 1864. Por meio da fonte foi possível descobrir que o juiz municipal dessa localidade, entregava órfãos aos seus correligionários, mesmo que esses órfãos possuíssem parentes próximos. Em alguns casos, esses parentes entraram na justiça exigindo a guarda da criança (LIMA, 2013, p. 299).

³⁵ O Decreto de 797 estabelecia a criação do “Censo Geral do Império”, a partir de julho de 1852 (SÁ, 2005, p. 86).

³⁶ O Decreto de 798 determinava que os Registros civis de nascimentos e óbitos, a partir de janeiro de 1852 fossem realizados com base na cor e elaborados pelos escrivães dos juízes de Paz dos distritos, e não mais pelos padres das paróquias (SÁ, 2005, p.86).

“Ronco da Abelha” foi uma ação política da população diante da violência que sofriam no seu cotidiano. Somente a partir de 1870, devido à força do Movimento de Abolicionista, se observa uma queda nas ideias e tentativas de escravização de pessoas livres e libertas (LIMA, 2013, p. 277).

Outra violência sofrida pelas mulheres negras referiu-se à sexualidade. As mulheres negras escravizadas, livres ou libertas, e ainda as mulheres indígenas, eram consideradas naturalmente sem honra, ou seja, eram consideradas parceiras ideais para o sexo descompromissado, enquanto a mulher luso-brasileira era detentora de honra e virtude, sendo ideal para gerar os filhos legítimos. Assim, as mulheres negras eram objeto dos desejos sexuais dos homens que na maioria das vezes não assumiam os filhos gerados dessa “relação”. Pode-se, então, supor o quanto o abuso sexual foi perpetrado, desde a colonização, até o Império brasileiro, e não diferentemente, na província da Paraíba.

Diante do quadro de violência escravista, as mulheres negras procuravam meios para sobrevivência que iam além das formas de trabalho que ocupavam. Na tentativa de sobreviver ou escapar da condição imposta a elas, muitas escravizadas realizavam furtos, fugiam do cativeiro, como verificou-se no capítulo 3, mas também podiam utilizar de outras artimanhas para assegurar uma melhor sobrevivência.

Veja-se a notícia a seguir publicada em *A Regeneração*, 21 de agosto de 1861,

Manoel José Baptista, declara, que **não se responsabilisa por qualquer dívida contrahida por sua escrava, não sendo autorizada** por bilhete seu, ou de sua mulher, e previne ainda mais que só se **confie nos mesmos bilhetes, quem tiver perfeito conhecimento da letra**. Parahyba 6 de agosto de 1861 (LIMA s/d apud IHGP. P. 4. Grifos nossos).

De acordo com a nota, a cativa de Manoel José Baptista tinha o “costume” de apresentar bilhetes como sendo do mesmo ou de sua mulher, contraindo dívidas sem autorização dos mesmos. Entendeu-se que essa pode ser uma prática costumeira da escravizada devido à recorrência da publicação dessa notícia, sendo publicada também nos dias: 24/8/1861; 28/8/1861; 31/8/1861; 4/9/1861; 7/9/1861 e 11/9/1861. Sobre esse caso tem-se duas questões a serem pensadas. A primeira dizia respeito a que tipo de dívidas a escravizada poderia fazer. Talvez, ela comprasse gêneros alimentícios nos armazéns da cidade, ou produtos pessoais. Várias possibilidades podem ocorrer, uma vez que, os estabelecimentos vendiam produtos variados e também era costumeiro da época que pudessem ser vendidos fiado. A segunda questão refere-se ao bilhete. O autor da notícia previne que “só se confie nos mesmos bilhetes, quem tiver perfeito conhecimento da letra”. Ao dizer isso, o autor deixa implícito que a cativa

falsificava bilhetes do seu senhor ou de sua senhora, e se o faz, é por saber ler e escrever ou por ter algum “cúmplice” que soubesse. Caso tenha sido a própria cativa que escrevia os bilhetes, essa, pode ter aprendido a ler e escrever na própria casa do senhor, ou com alguém, talvez até também escravizado como ela, com quem mantivesse laços de solidariedade.

De acordo com Barros (2016, p.593), a população negra não ficou fora do processo de institucionalização da educação durante o século XIX, embora, diferente dos outros segmentos, as pessoas negras tiveram acesso à educação por meio de iniciativas particulares, como de irmandades ou associações, também pela possibilidade de frequentar aulas ministradas por mestres particulares, pagas por pessoas brancas ou pelas próprias famílias negras, e também pela presença como alunos de escolas públicas ou particulares, no caso da Paraíba, se esse fosse livre ou liberto³⁷. Além disso, segundo Barbosa (2010), “a proximidade que alguns [escravizados e escravizadas] experimentam da casa dos seus proprietários, ou da cidade, já que circulam por suas ruas, praças e vielas, ou mesmo a função que exercem, leva-nos a buscar indícios de suas Leituras de primeira, segunda ou de terceira natureza³⁸” (BARBOSA, 2010, p. 80). Na província da Paraíba tem-se conhecimento de escravizados que sabiam ler e escrever, conforme demonstra o anúncio de fuga publicado em *A Opinião*, 01 de julho de 1877.

Acha-se fugido do Engenho Tibiri **o escravo pardo Constantino Lopes Dias** com 21 annos de idade, sem barbas, olhos pardos, cabelos meio ruivos, pés grandes, **saber lêr e escrever com alguma perfeição**, é oficial de cigarreiro e apto para qualquer outro serviço. Pede-se ao Capitães de Campo e Autoridades policiais sua apprehenção e recolhimento a prisão ou entrega dele no referido Engenho. Recompensa-se (LIMA (s/d) apud NDIHR. Grifos nossos).

Inicialmente, notou-se que Constantino possuía um diferencial em relação a outros escravizados e escravizadas. Ele não era apenas Constantino, mas, sim, Constantino Lopes Dias. A maioria da população escravizada era registrada somente com o primeiro nome, já

³⁷ A partir de 1834, as Leis sobre instrução primária eram provinciais e variavam de acordo com a localidade e os interesses das autoridades. Em 1849, na província da Paraíba, a lei permitia a matrícula de pessoas livres ou libertas (BARROS, 2016).

³⁸ A Leitura de primeira natureza refere-se aos que liam diretamente. Nesse sentido, a autora destaca as profissões especializadas que indicavam que o(a) escravizado(a) poderia saber ler, ou que no mínimo tinham noções de códigos numéricos, como: os vendedores de jornais, que gritavam as notícias dos mesmos pelas ruas da cidade; os carpinteiros, os que manejavam as prensas das tipografias, escravos de ganho, entre outros. A Leitura de segunda natureza refere-se à Leitura oral. Nesse período, era comum que as pessoas lessem em voz alta em locais públicos, assim, as pessoas que escutavam as Leituras realizadas diretamente por outras pessoas e em voz alta, realizavam a sua Leitura oral, ou seja, poderiam “ler pelos ouvidos”. A terceira forma de Leitura foi realizada pela maioria dos escravizados que moravam nas cidades durante o século XIX, uma vez que, os escravos da cidade poderiam, mais facilmente, “perceber igualmente o simbolismo e a importância das letras impressas nessa sociedade” (BARBOSA, 2010, 88).

Constantino tinha um sobrenome, notamos então como este cativo tinha uma distinção. Além disso, o anúncio ainda afirma que este sabia “lêr e escrever com alguma perfeição”. Percebeu-se que existiam escravizados(as) que aprendiam a ler e escrever no Império brasileiro, apesar da sua proibição. Sendo assim, pode-se supor que, como Constantino Lopes Dias, a cativa de Manoel José Baptista também pudesse escrever bilhetes, e se caso não tenha sido a escravizada que escrevia tais bilhetes, e sim, um “cúmplice” notou-se, então, como as suas redes de sociabilidades podiam ajudar efetivamente na busca de melhores condições de vida, uma vez que a dita cativa utilizava do bilhete falso, provavelmente, para comprar produtos que julgava serem necessários.

Como mencionado, a violência também era utilizada como meio de resistência à condição imposta à população escravizada. Assim, não foram raros os casos em que pessoas escravizadas cometiam violência contra seus senhores e/ou suas senhoras. Como foi verificada nessa notícia da Secretaria de Polícia da Paraíba de 1884, no jornal *Liberal Parahybano*: - “Forão [...] recolhidos a cadêa d'esta cidade [...] hontem á do Delegado deste Termo, **a escrava Ignez, de proriedade de Luiz Aranha de Vasconcellos, por haver espancado sua senhora**”³⁹. De acordo com a notícia, a escravizada Ignez espancou a sua senhora, e por isso, foi presa na cadeia da cidade. Relembremos do caso da escravizada que abortou ao receber um pontapé de seu senhor. Será que este sofreu alguma consequência? Conforme o próprio anúncio informou, soube-se que não, mesmo sendo aquele um momento de efervescência do Movimento Abolicionista no Império. Já a cativa Ignez foi presa, provavelmente, por tentar reagir a alguma situação opressora em que estava inserida.

“Falleceu ante-hontem a noite a escrava Laura, do Sr. Custodio Domingos dos Santos que noticiamos haver se queimado com gasolina”⁴⁰. Nessa notícia é possível levantar a hipótese de que, provavelmente, a escravizada Laura cometeu suicídio. Esse também não foi um caso isolado, uma vez que é sabido que durante o período de escravidão no Brasil, muitas pessoas escravizadas cometeram suicídio como medida extrema de resistência às condições de vida impostas pelo sistema escravista⁴¹. Assim, é possível acreditar que muitos cativos e cativas optavam por dar fim ao “meio de produção” do seu senhor, demonstrando assim, que tinham certa autonomia, pelo menos em relação à sua própria vida.

³⁹LIMA (s/d) apud *Liberal Parahybano*, 3 de março de 1884. p. 2. NDIHR. Grifos nossos.

⁴⁰ LIMA (s/d) apud *Diário da Paraíba*, 22 de março de 1884. FCJA.

⁴¹ Ver Lima (2002, p. 111-15), o caso de Honorato, um cativo urbano, que ao ser vendido para o trabalho rural, não se adaptou ao novo cotidiano de trabalho, e cometeu suicídio.

Na província da Paraíba, Rocha (2001) *apud* Rocha (2001) traz outros casos de suicídio de cativas,

[...] em Pedras de Fogo, a escrava Claudina, que pertencia a José da Silva Torres Júnior, fora encontrada enforcada. Possivelmente havia cometido suicídio. Em Mamanguape, a escrava parda Gertrudes, suicidou-se no dia 18 de julho de 1859. Um ano antes, em Alagôa do Monteiro, a escrava Catharina havia se enforcado por não querer mais servir ao seu senhor, Furtunato de Almeida Torres (p. 74).

Além desses casos, Rocha (2001) apresenta ainda um suicídio que nos chamou ainda mais a atenção. Trata-se da tentativa de assassinato seguido de suicídio da escravizada Antonia. A dita cativa, primeiro, tem ou matar três filhos (não se sabe se sobreviveram ou não) e depois suicidou-se (ROCHA, 2001, p. 73-74). Essas escravizadas enfrentavam e resistiam as surras de chicote, as humilhações, os estupros, um cotidiano marcado pela opressão e残酷da de da sociedade escravista. Muitas das estratégias de resistência citadas foram se intensificando a partir de meados do século XIX até os últimos anos da escravidão. Não é por coincidência que tal aumento ocorreu no período em que também é marcado pelo fim do tráfico atlântico e a intensificação do comércio interno de pessoas escravizadas.

A reestruturação e a adaptação impostas pelo fim efetivo do tráfico Atlântico, e as outras leis promulgadas para se alcançar a abolição, tornaram a segunda metade do século XIX um novo período para escravidão no Brasil. Se antes de 1850 os senhores e os traficantes não se preocupavam com a reposição da população escravizada, uma vez que a África era vista como fonte inesgotável de mão de obra, nesse novo cenário, os senhores além de, possivelmente, estimularem a reprodução natural, intensificaram o tráfico interno de cativos(as). É válido ressaltar que o mercado de escravizados e escravizadas no tráfico interno já existia antes de 1850, no entanto, como dito, foi apenas com o efetivo fim do tráfico Atlântico que o tráfico interprovincial ganhou outra conotação. Para Motta (2012), a expansão do café no “Sul” do Brasil, ocorrida após o fim do tráfico Atlântico, foi possibilitada, sobretudo, pela intensificação do comércio interno, que forneceu a mão de obra necessário para tal avanço. Em contrapartida, teria havido um declínio no número da população escrava no norte a partir da segunda metade do século XIX, o que fez com que as províncias dessas localidades tomassem medidas para diminuir o fluxo migratório de cativos para o Sul, assim, várias províncias criaram impostos para cada escravizado(a) exportado.

2.3 DAMIANA, ARCHANJA E LUIZA: três cativas da Paraíba do Norte comercializadas na Corte do Império

Em 28 de julho de 1875, a cativa Damiana, preta crioula, foi arrematada em Recife, província de Pernambuco, por Francisco Vieira Perdigão. Damiana, que havia sido matriculada na Vila do Pilar, na província da Paraíba do Norte, em 18 de fevereiro de 1872, agora se via na mão de novos donos, e numa nova província. No entanto, essa não teria sido a última vez que Damiana teve que se ver obrigada a se mudar para outra região e para um novo senhor. Em 18 de maio de 1877, Damiana já se encontrava na Corte do Império brasileiro quando foi novamente vendida. Nessa ocasião, com 22 anos de idade, Damiana foi comercializada sob procuração de Antonio Ribeiro Rozado, para Dona Dolores Perez de Campos Porto, moradora na Corte. Damiana foi classificada na documentação como de “serviços doméstico” e, provavelmente, já era essa sua função na Vilar do Pilar, na Paraíba do Norte, quando aos 17 anos de idade foi matriculada, e também, a função que possivelmente iria exercer no Rio de Janeiro, agora sob escravização de Dona Dolores Peres de Campos Porto.⁴²

Com o registro de venda de Damiana, percebeu-se que apesar da historiografia brasileira destacar que o tráfico interprovincial⁴³ levou levas de pessoas escravizadas do norte para o centro-sul do Império para que trabalhassem em grandes plantações, existiram também pessoas escravizadas sendo vendidas das províncias do norte para proprietários residentes em cidades, como no caso de Damiana, para Corte do Império. De acordo com Alonso (2015, p. 28-29), “embora sustentáculo da expansão agrícola, a escravidão não era só negócio de fazendeiro. Disseminada, esparramou-se pela vida social. [...] Pilar da hierarquia, social e do estilo de vida do estamento dominante, estava na corrente sanguínea nacional”.

Damiana provavelmente estava entre as 24 escravizadas cadastradas com a profissão de “serviço doméstico” na Villa do Pilar no censo de 1872. No período em que foi matriculada, 1872, a maioria das cativas da Villa do Pilar eram “lavradoras”, constavam 226 cativas com essa função⁴⁴. A Villa do Pilar que desde de meados do século XIX apresentava um número elevado de engenhos na sua região, sendo o terceiro da província da Paraíba com maior número

⁴² Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 7 (1875-78). Arquivo Nacional.

⁴³ De acordo com Reis (2016), “o tráfico interprovincial crescia a toda vela desde que a produção de café decolara no sudeste do Brasil na década anterior(1830), abrindo um novo ciclo agroexportador que transformaria aquela região no maior consumidor de mão de obra servil do país” (p. 21).

⁴⁴ De acordo com o Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872, 21 escravizadas foram cadastradas como “operárias em tecido”, 24 como “serviço doméstico”, 45 como “costureiras”, 47 como “criadas e jornaleiros”, 226 como “lavradoras” e 132 escravizadas como “sem profissão” (p. 58).

de engenhos (27 engenhos), atrás apenas de Santa Rita (27 engenhos) e Villa de Mamanguape (33 engenhos), mas na frente da Cidade de Paraíba (10 engenhos)⁴⁵, a capital da província. No ano da matrícula de Damiana, a Villa do Pilar tinha uma população livre de 9.368 pessoas livres e 1.191 de pessoas escravizadas. Percebeu-se que numa região cuja cultura era baseada na produção de cana, onde a maioria das pessoas escravizadas trabalhavam como lavradores, entre essas, homens e mulheres, Damiana era entre poucas que exerciam a função no “serviço doméstico”. A dita cativa pode ter trabalhado em alguma casa grande, de algum engenho da região, e talvez, pela proximidade com seus senhores, não tivesse imaginado o quanto sua vida mudaria dentro de poucos anos.

Já na Corte do Império, Damiana talvez não só exercesse a função de “doméstica”, como também de ganho. Em pesquisa sobre “O Alufá Rufino”, os autores perceberam que um dos donos de Rufino, João Gomes, costumava comprar somente escravas. Para os autores, “essas mulheres trabalhavam provavelmente no ganho da rua, além de fazerem trabalhos domésticos. E pariam, aumentando assim o cabedal do seu senhor” (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 30). Assim, foi possível ainda supor que, se Damiana continuou escravizada na Corte do Império, ou em outra região, pode ter exercido funções múltiplas.

Voltando ao local onde Damiana foi matriculada, na Villa do Pilar, notou-se que essa foi uma região que possuía entre sua população um grande número de pessoas cativas, como já se mencionou e, por isso, não é difícil de supor que Damiana poderia ter muitos laços de sociabilidade e de familiares. Três anos depois de matriculada, Damiana foi arrematada em Recife, e posteriormente, na Corte do Império brasileiro, onde teria que recriar laços e estratégias de sobrevivência numa região muito distinta da qual havia se acostumado. No entanto, foi entendimento desta pesquisa em consonância com Pirola (2011, p. 84), que ao analisar a “senzala insurgente” na primeira metade do século XIX, afirma que essa era uma tarefa que “frequentemente possibilitavam uma maior autonomia e liberdade dentro das próprias fazendas e, às vezes, dentro de uma grande região [...]. Além disso, abriam maiores chances de acúmulo de pecúlio e criavam ainda oportunidades após a conquista da liberdade”. Em contrapartida, elas estavam sujeitas ao maior controle e vigilância do patrão. Para Silva (2016), a liberdade, mesmo que precária, dos(as) empregados(as) domésticos, foi a condição fundamental para formação de uma classe⁴⁶.

⁴⁵ Relatório de Presidente de Província, 1851, Mapa 10. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu.br/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

⁴⁶ Maciel Silva (2016) em sua obra, apresenta experiências de trabalhadores e trabalhadoras domésticas em Recife e em Salvador, tentando apontar o que acredita ser o início de um longo processo de formação de uma classe.

A cativa Archanja e seus filhos Vicente e João, também escravizados, tiveram que compartilhar a mesma experiência que a cativa Damiana, serem vendidos para o sul do Império brasileiro. Nessa transação, percebeu-se que Archanja e seus filhos, provavelmente, trabalhar em alguma plantação de café.

Matriculada em três de setembro de 1877, na província da Paraíba do Norte- não há especificação do município, Archanja e seus dois filhos, todos pardos crioulos, e solteiros, estariam anos mais tarde na província do Rio de Janeiro para serem vendidos para Manoel Jose dos Santos, residente da província de São Paulo. No dia 2 de março de 1880, Manoel José dos Santos, adquire 16 escravizados (as), entre eles, quatro do sexo feminino e o restante do sexo masculino, todos do serviço doméstico, com exceção de Valentim, pedreiro, cativo matriculado em Cachoeira, província da Bahia. Tais cativos e cativas foram todos comercializados sob procuração da mesma companhia, a “Bastos e Souza”. Archanja estava com 37 anos, e seus filhos, Vicente e João, tendo o primeiro 11 anos e o segundo 19 anos. Como dito, a probabilidade de que esses cativos e cativas fossem trabalhar em plantações de café era muito grande, primeiro, pela província de residência do comprador, segundo, pela quantidade de pessoas escravizadas que ele estava comprando apenas em uma comercialização e sob o intermédio da companhia “Bastos e Souza”.

Realizada a compra, Archanja pode ter seguido para trabalhar no serviço doméstico, uma vez que, além de ser registrada com essa função, também tinha idade avançada, para o padrão da época, para trabalhar em plantações de café, ou pelo menos nos trabalhos que exigiam mais força. Já seus filhos, João e Vicente, possivelmente, seguiriam com tantos outros, para ocuparem a função que certamente não desejavam obter⁴⁷.

Além de Archanja, Vicente e João, os cativos Sebastião, matriculado na província da Paraíba, e João, matriculado em Campina Grande, também província da Paraíba, foram comprados pelo mesmo senhor, Manoel José dos Santos. Por que não supor que estes formariam laços de solidariedade entre si, uma vez que eram provenientes de uma mesma região? Acredita-se que isso pode sim ter ocorrido, afinal, as fazendas do sul não eram nenhum pouco receptivas. Ao pesquisar as fazendas de Campinas, Slenes observou que os escravizados recém comprados eram promovidos com menor frequência para funções consideradas “melhores” e com mais demora, uma vez que não se conhecia suas qualidades e temperamentos, e por também não pertencer às redes de parentesco formadas nas senzalas (SLENES, 1997, p. 272).

⁴⁷ Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 8 (1878-82). Arquivo Nacional.

Voltando à comercialização de Manoel José Santos, nesta, na qual foram comercializadas 16 pessoas escravizadas, sendo que quatro eram provenientes da província da Paraíba do Norte. As autoridades da província paraibana estavam de olhos abertos diante dessas transações e cientes das dificuldades, que de acordo com os mesmos, enfrentariam à medida que essa migração se intensificasse. Assim, como ocorreu em outras províncias do norte, criaram impostos para barrar esse fluxo migratório. No entanto, nenhuma medida parecia impedir a migração da mão de obra escrava no tráfico interprovincial.

Em meados do século XIX, o presidente da província já demonstrava sua preocupação em relação à exportação de escravizados(as), que não cessava, independentemente dos impostos cobrados. Assim, declarava, conforme visto Relatório⁴⁸, 1855,

O fim que tiveste em vista com a imposição de 100\$000 réis sobre cada escravo despachado para fora da província, não tem sido completamente conseguido: **os escravos continuam a ser exportados**, ou sob o pretexto de acompanharem seus senhores, a favor de quem estabeleça uma exceção, ou porque o alto preço pelo qual são eles vendidos nas províncias do Sul para ali os atrahe não obstante, a multa que é vantajosamente coberta pela importância da venda (p. 26. Grifos nossos).

Nesse momento, o que foi possível perceber por meio do Relatório do Presidente de Província, era que independente da imposição do imposto, as pessoas escravizadas continuavam sendo exportadas, uma vez que, o valor pago por elas pelas províncias do sul cobria o valor do imposto cobrado, ou da multa, caso “sob pretexto de acompanharem [os(as) cativos(as)] seus senhores” seguissem para outras províncias. Assim, à medida que a venda de pessoas escravizadas para outra província se intensificava, os presidentes de província se preocupam mais com “a falta de braços, que todos os dias vai-se tornando mais sensível, pela grande quantidade de escravos, que são exportados para o sul”⁴⁹.

O trecho do jornal abaixo demonstra que o discurso sobre a falta de mão de obra escrava na província da Paraíba, também era notificada pela imprensa paraibana. Na notícia do jornal *O Publicador*, o redator chama atenção para o fato de que parte da população escravizada tenha morrido devido às epidemias, como a febre amarela e o cólera. E que, apesar da seca de 1877, quando muitos acreditavam que as tarefas de açúcar e algodão não iriam vingar, as safras não diminuíram, tornando preocupante a falta de mão de obra necessária. Constou no *O Publicador*, 11 de junho de 1879,

⁴⁸ Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

⁴⁹ Relatório de Presidente de província da Paraíba- Exposição, 1855, p. 2. Disponível em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

[...] Na primeira invasão do cholera, que, como é sabido, destruiu muito a classe escrava todos julgávamos, que as safras de assucar e algodão diminuísem, entretanto, com surpresa, observamos, como pode-se verificar dos livros da Alfandega d'esta cidade. Em 2 anos só haverá da mizeria, que hoje nos opprime, as pungentes recordações e o vacuo dos que teem sucumbido, e hão de sucumbir à fome, má alimentação, e epidemias. **É certo que esse vacuo pode ser suprido por colonos chins, ou árabes caríssimamente importados, e muito bem hospedados** (LIMA (s/d) apud FCJA. Grifos Nossos).

O discurso sobre a “falta de braços escravos”, pelo menos nesse momento, levou as autoridades e a própria imprensa, a pensar soluções para substituir a força escrava, logo, pensaram que a solução poderia ser a de contratar colonos de outros países. Na província da Paraíba, diversos relatos de presidentes de província apontam a colonização como um meio de suprimir a “falta de braços”, pois era colocada como escassa, e apontada por muitos como um dos principais motivos do atraso da província. Alguns relatos de presidente de província, como o do Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, alegava que: “não é possível que sem a colonização a produção agrícola possa manter-se no pé da atualidade, e menos fazer os progressos que fora para desejar”⁵⁰. Em 1857, vice- presidente, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire prossegue com essa discussão, relatando que com a ajuda do governo imperial, a colonização viria para melhorar a situação da província⁵¹. Tal ajuda não foi efetivada.

Em 1857, o vice-presidente da província destacou que a cultura de algodão é “mais adepta aos braços livres e isolados”, por isso, não iria sofrer tanto com a diminuição da mão de obra escrava que, de acordo com os mesmos, era pouca e ainda era vendida para as províncias do sul⁵². Pareceu-nos que as autoridades começaram a buscar ou reafirmar outros meios de mão de obra distintas da escrava. Sugerem uma ajuda do governo Imperial para implementar a colonização de estrangeiros, e destacam a importância da mão de obra livre. No entanto, ao tratar da cultura da cana, volta-se a necessidade de cativos e cativas para o trabalho na província paraibana. Conforme o Relatório⁵³, 1857,

É uma crença quase geral entre os nossos agricultores, **que a cultura de cana só pode ser conseguida com o emprego do trabalho escravo** [...]. Recorrendo aos braços livres, eles lutão, com grave embaraços para colher, e aproveitar suas safras. E por isso, que preocupa tanto os espíritos o futuro da laboura da canna, que demanda muitos braços (p. 26).

⁵⁰ Relatório de Presidente de Província, 1854, p. 27. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

⁵¹ Relatório de Presidente de Província, 1857, p. 27. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

⁵² Relatório de Presidente de Província, 1857, p. 26. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

⁵³ Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

É retornado, então, o discurso da necessidade de mão de obra escrava na província. As autoridades e os grandes senhores de engenho acreditavam que só a mão de obra escrava podia levar à frente a produção de cana, uma vez que era necessário uma “demanda de muitos braços”. Discurso este que corroborava em parte com o de muitos políticos de âmbito nacional, como do conservador Paulino Soares de Souza, que na década de 1870 afirmava que “sem escravidão não haveria café ou finanças, aristocratas ou monarquia, nem ordem, nem paz” (ALONSO, 2015, p. 53). Logo, para a maioria dos presidentes de província, “a insuficiente instrução dos agricultores; as dificuldades e excessivas despesas de transporte dos produtos agrícolas, em consequência da falta de vias de comunicação e transporte rápidas e cômodas; a falta de braços, e com consequência, o elevado preço do trabalho”⁵⁴ são os principais fatores de atraso na agricultura, que era o principal ramo econômico da província.

Diante dos discursos apresentados, foi necessário ressaltar que a “falta de braços” referida pelos presidentes de província diziam respeito ao número de escravizados(as) na província, que se comparado à outras províncias, como de Pernambuco ou da Bahia, era pequena. No entanto, a Paraíba tinha um alto número de pessoas livres, negras e pobres⁵⁵. Além disso, é importante lembrar que alguns problemas enfrentados pelas província da Paraíba, como o transporte e o comércio, está intimamente ligado ao lugar secundário na economia desde sua colonização e em relação ao quadro nacional, pois sempre esteve vinculada à província Pernambuco⁵⁶.

Apesar de todas reclamações pela “falta de braços” e medidas adotadas pelas autoridades, como a constante mudança no valor dos imposto, notamos que até os primeiros anos da década de 1880, o tráfico interprovincial ainda persistiu como principal meio de obtenção de mão de obra escrava para as províncias sulinas, como foi observado na venda da cativa Luiza, e sua filha Maria.

Em 21 de outubro de 1881, a cativa Luiza, solteira, parda escura e com 29 anos de idade foi comercializada na Corte do Império. Ela não foi vendida sozinha, mas em companhia de sua filha, Maria, de 13 anos de idade, solteira e crioula. Ambas foram matriculadas no município

⁵⁴ Relatório de Presidente de Província, 1853, p. 5. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu.br/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

⁵⁵ Ver Rocha (2009).

⁵⁶ Desde sua colonização, a Capitania da Paraíba passava por dificuldades econômicas. De acordo com Elza Régis Oliveira (1985), durante a crise que se encontravam a Capitania da Paraíba e Portugal no século XVIII, o último não prestou nenhum apoio para melhorar os meios de produtividade da referida Capitania. A única providência tomara pelo Rei de Portugal foi à subordinação da Capitania da Paraíba à Capitania de Pernambuco em 1755, - com duração de 44 anos- sob a justificativa de que na Paraíba não havia recursos suficientes para manter um governo autônomo. Percebemos que mesmo depois da anexação, a província da Paraíba vai manter certa dependência de Pernambuco, principalmente em questões relacionadas ao comércio e ao transporte.

de Cajazeiras, na província da Paraíba do Norte, em 06 de julho de 1872⁵⁷. Nesse período, Cajazeiras possuía uma população escravizada pequena em comparação a Villa do Pilar, onde Damiana foi matriculada, com 283 pessoas escravizadas e 6737 pessoas livres⁵⁸. Notou-se também que entre as 144 cativas matriculadas em Cajazeiras, nenhuma consta como casada, ou seja, todas foram cadastradas como solteiras. Foi possível supor que algumas cativas tivessem uma relação consensual com seus parceiros, sem que essa tenha sido sacramentada pela igreja, talvez, esse tenha sido o caso de Luiza, e se não, certamente foi de outras escravizadas.

Assim como Damiana, Luiza e Maria foram descritas como do serviço doméstico e vendidas para uma mulher e moradora da Corte, neste caso, para Dona Rita Felizarda Cardozo. As cativas foram vendidas por Antonio de Almeida Cardozo, negociante, residente da Corte. Não é possível ter certeza se este comerciante comprou as cativas Luiza e Maria na província da Paraíba do Norte, ou se elas já eram residentes na Corte quando foram compradas por este. Seguindo o segundo raciocínio, podemos acreditar então que Luiza e Maria já poderiam ter construído novas redes de sociabilidades na Corte, redes que podem ter resistido a mais uma venda, caso contrário, mesmo assim não estariam em situação equivalente à de Damiana, uma vez que, mãe e filha foram vendidas juntas, e assim como Archanja e seus filhos João e Vicente, teriam ainda seus laços familiares fortificados.⁵⁹

Damiana, Archanja e Luiza tinham muito em comum. Essas, representam muitas escravizadas que foram comercializadas para o sul do Império para suprimirem a falta de braços de uma região que se encontrava em ascensão. As três escravizadas foram matriculadas na província da Paraíba do Norte e comercializadas na Corte. No entanto, uma questão se diferiu entre os casos de Archanja e de Damiana, e o caso de Luiza. Enquanto a venda de Archanja e seus filhos consta no livro de compra e venda de escravizados(as) despachados da província da Paraíba para o Rio de Janeiro, nada foi encontrado acerca da comercialização de Damiana e Luiza. Tal ausência talvez se dê por descuido do consulado paraibano que não registrou tais vendas, ou por simplesmente por não termos encontrado os documentos de venda, o que a princípio, pode parecer até o mais lógico. No entanto, também pode também indicar que tratou-se de um meio de driblar o imposto cobrado na venda de cativos(as) para fora da província.

⁵⁷ Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 8 (1878-82). Arquivo Nacional/RJ.

⁵⁸ Recenseamento da Província da Paraíba do Norte, 1872, p. 110. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf. Acesso em: 02 nov. 2017.

⁵⁹ Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 8 (1878-82). Arquivo Nacional/RJ.

Percebeu-se que os presidentes de província da Paraíba estavam atentos a essas tentativas, por parte de senhores e negociantes, de burlar os impostos cobrados para o despacho de escravizados(as). Para eles, “o imposto sobre escravos despachados ou vendidos para fora da província, merece alguma atenção e estudo por parte de nossos legisladores, visto como de modo porque se acha estabelecido, não preenche o seu fim”⁶⁰. É destacado ainda, que a lei pode deixar brechas para driblar o pagamento dos impostos. Foi dito no Relatório, 1872,

A palavra-vendido-que se encontra no art. 18- 27 da lei vigente, dá lugar a abusos, sofismas e interpretações de toda ordem. Entendam uns que os escravos podem sair para fora da província, segundo a dita Lei, sem prestarem os seus senhores a mínima satisfação a esta Repartição [...] Em todo caso, o que convém é que um raio de luz faça aparecer o verdadeiro sentido da lei, **visto como do modo por que está sendo interpretada favorece e anima os abusos** (p. AVIII-8).

Viu-se, então, a preocupação das autoridades em relação às más interpretações da lei, que favoreciam abusos na hora de pagar o imposto cobrado. Muitos senhores deviam sair da província, sob justificativa que seu escravizado ou escravizada iria acompanhá-lo, e em outra província, vendiam tal cativo(a), sem pagar o devido imposto. Em pesquisas sobre o transporte de pessoas escravizadas no porto de Recife, Barbosa (1995) percebeu que muitos senhores podem ter burlado o pagamento de imposto sobre a venda de escravizados(as). Esse processo se dava da seguinte maneira, as pessoas cativas, ao serem transportadas, eram designadas como: “escravo a entregar”, para outros portos; “escravos acompanhando seus amos”, e “criados e crias”. Barbosa (1995, p. 89) afirma que,

Os escravos acompanhando seu amo e os criados eram aqueles que legalmente pertenciam a algum passageiro, mas que em muitos casos, senão maioria, estavam indiretamente sendo vendidos para outras províncias, comprados por algum correspondente ou mesmo estavam viajando com os próprios senhores que pretendiam vende-los em outro porto. Deste modo, está prática indica o artifício utilizado para que não fossem pagos as taxas de exportação de escravos.

Foi possível verificar, assim, que variadas podiam ser as maneiras para que os negociantes de pessoas cativas, compradores e vendedores, não pagassem os impostos exigidos. Ao se analisar o Regulamento de 1849, que regulamentava o imposto de meia sisa, a “comercialização dentro da província da Paraíba”, percebeu-se que o valor do imposto da meia

⁶⁰ Relatório de Presidente de Província, 1872, p. AVIII-8. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu.br/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

sisa era dobrado com intuito de conter abusos, conforme consta no Artigo 2º do referido Regulamento e 1849.

Art. 2º. São solidários ao pagamento do imposto da meia siza da compra e venda dos escravos o comprador, e o vendedor; este só ficará desonerado desta responsabilidade, quando entregar o escravo vendido ao comprador à vista quitação, do imposto competentemente passada; **e ficará sujeito a uma multa do dobro da importância da meia siza, quando , sendo o escravo comprado para terceiro, morador, ou residente fora do Município, ou Província**, for entregue ao comprador, sem que este lhe tenha apresentado a referida quitação (p. 3. Grifos nossos).

De acordo com o Regulamento, o senhor que sonegasse o imposto de alguma forma, seria multado pelo dobro do valor da meia sisa. Uma das formas de burlar a lei era justamente na venda para “residente fora do Município, **ou Província**”. Assim, percebeu-se que desde a criação dos impostos de meia sisa e de escravizados(as) despachados, senhores e negociantes procuravam meios para driblar os impostos cobrados pela província paraibana. Mesmo com tais medidas para frear o fluxo migratório de pessoas escravizadas para outras províncias, muitas “Damianas”, “Archanjas” e “Luizas” continuavam sendo traficadas para o sul do Império.

Diante das transferências apresentadas neste estudo, e em consonância com o que afirma Gomes (1995) durante toda a escravidão brasileira, “temos notícias das variadas formas de resistências dos cativos [...] diz-se explícitas, porque estas não foram as formas exclusivas da resistência escrava. Havia também pequenas lutas endêmicas, disseminadas no cotidiano das relações entre senhores e escravos” (GOMES, 1995, p. 16).

Assim, acreditou-se que muitos cativos e cativas se rebelaram contra ameaças de venda, seja por negociação ou por conflito. Afinal, havia uma tentativa de controle por parte dos senhores através de um forte discurso que enfatizava a crueldade do cotidiano nas províncias do sul, alegando que a violência nas fazendas de café era pior em relação ao tratamento a que os escravizados estavam “acostumados”. De acordo com Machado (2014, p. 379), mesmo nos últimos anos da escravidão, e apesar das campanhas abolicionistas ao longo da década de 1880, os objetivos das forças policiais das províncias escravistas do sudeste eram de manter a proteção dos interesses senhoriais, por meio de “descaracterização das denúncias de maus-tratos em escravos, prisão de escravos indisciplinados, repressão às forças abolicionistas”. Além disso, as províncias do sul também eram conhecidas pelos escravizados(as) pelo trabalho árduo e castigos físicos.

Essa parece uma mão dupla, à medida que, sob suspeita de venda, a pessoa escravizada poderia se rebelar, e sendo conhecido pelo senhor como rebelde, este, poderia estar na mira de uma nova transação. De acordo com Reis (2008, p. 240),

Muitos deles, quando considerados incorrigíveis, eram em seguida vendidos, com frequência para fora da província, punição dura que os afastava de redes sociais e amiúde de parentesco que mantinham na Bahia. Anúncios de venda de escravos frequentemente exigiam que o comprador enviasse a “mercadoria” para fora da província. A venda punitiva era um método de controle senhorial consagrado.

Deste modo, a venda serviria como punição e exemplo para os demais escravizados e escravizadas que se rebelassem contra o seu senhor. Soube-se que tais medidas não impediram que homens e mulheres escravizados tentassem de várias maneiras resistir a tal transação e à própria condição de cativo. Portanto, acreditou-se que mulheres como Damiana, Archanja e Luiza, foram sujeitas de sua própria história, construindo relações com homens e mulheres, num movimento constante e formadas por meio de lutas, resistências, conflitos e adaptações, e também de incertezas (LARA, 1995, p. 46).

3 COMÉRCIO INTRA E INTERPROVINCIAL: a presença feminina no tráfico interno

De acordo com os livros de meia sisa, entre os anos de 1857 e 1882, 694 escravizados e escravizadas foram comercializados no interior da província da Paraíba. Acreditou-se que esse número pode ter sido bem maior, uma vez que, como já foi adiantado na introdução desse trabalho, alguns livros, referentes a certos anos, não puderam ser analisados devido ao seu estado de decomposição. Entendeu-se também que negociações podem ter ocorrido sem serem registradas em tais livros. Apesar disso, foram consideradas que as informações que foram analisadas puderam demonstrar como se deu o tráfico interno da população escravizada e perceber quem eram as escravizadas e os escravizados comercializados na província da Paraíba do Norte na segunda metade do século XIX.

3.1 AS MULHERES ESCRAVIZADAS COMERCIALIZADAS NO TRÁFICO INTRAPROVINCIAL

Primeiramente, foram identificados os dados referentes ao sexo da população escravizada e comercializada na província da Paraíba. Conforme foi observado no quadro 4, tem-se que em 0,90% dos registros não foi possível identificar o sexo dos envolvidos na venda. No restante da população traficada era composta por 49,30% de escravizadas e 49,80% de escravizados. Acreditou-se que ausência da informação sobre o sexo das pessoas escravizadas, pode ter ocorrido por opção de quem anotou o registro, mas, o mais provável é que ausência desse dado tenha sido equívoco do escrevente/burocrata, pela pressa, ou desatenção no momento da anotação, uma vez que, se tal informação apareceu em 99,1% dos casos, supomos que esse era um registro importante. Entre os homens escravizados e mulheres escravizadas, então foi possível notar haver uma equivalência. Em números absolutos, a diferença entre os sexos foi de apenas quatro escravizados a mais que escravizadas. Conforme apresenta o quadro 4, viu-se uma oscilação dos percentuais do sexo da pessoa negociada, porém identificamos que em seis dos dez anos pesquisados (1857, 1865, 1869, 1870, 1880, 1881 1882), as mulheres escravizadas constam como sendo de uma pequena maioria nessa comercialização.

Quadro 4: Sexo dos(as) escravizados (as) vendidos(as) na província da Paraíba (1857-1882)

SEXO DOS(AS) ESCRAVIZADOS(AS) VENDIDOS NA PROV. DA PARAHYBA						
ANO	QUANTIDADE			PORCENTAGEM		
	FEM	MAS	N.C	FEM	MAS	NC
1857	54	50	1	51,40%	47,60%	1%
1859	29	46	0	38,60%	61,40%	0%
1865	45	26	3	60,80%	35,10%	4,10%
1868	23	29	0	44,30%	56%	0,00%
1869	47	46	1	50%	48,90%	1,10%
1870	35	34	0	50,70%	49,30%	0%
1875	40	49	1	44,40%	54,50%	1,10%
1880	29	21	0	58%	42%	0%
1881	23	19	0	54,80%	45,20%	0%
1882	17	26	0	39,50%	60,50%	0%
TOTAL	342	346	6	49,30%	49,80%	0,90%

FEM= Feminino, MAS= Masculino, NC. = Nada Consta

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882. Acervo: APMA

Destacou-se, mais uma vez, como a mulher escravizada tinha importância fundamental na sociedade paraibana oitocentista, uma vez que foram negociadas com os escravizados do sexo masculino no comércio intraprovincial da Paraíba. Notou-se assim, que apesar da preferência histórica dos proprietários por pessoas escravizadas do sexo masculino, os dados referentes aos anos de nossa pesquisa, puderam mostram um equilíbrio entre os sexos de pessoas escravizadas e vendidos na província da Paraíba. De acordo com Flausino (2006, p. 78), devem-se considerar que a partir da proibição do tráfico Atlântico ocorreu um significativo aumento no investimento de escravizadas, pois, como já foi mencionado, muitos senhores “passaram a depender, em certa medida, da reprodução natural dos mesmos”, pelo menos nas duas primeiras décadas após o fim do tráfico Atlântico.

Analisou-se também a idade em que as pessoas escravizadas eram comercializadas. Esse era um dado importante para que se fosse possível perceber as motivações dos proprietários em comprar esse ou aquele cativo ou cativa. Dividiu-se as idades da população escravizada a partir de informações retiradas dos relatórios de presidente de província da Paraíba do Norte. Em 1862, o presidente de província, enquanto explicava a alteração do imposto de meia sisa alertou que “foi regulada por uma taxa fixa de 20\$000 pela venda dos escravos até 14 e maiores de 40

anos, e 30\$000 para os outros”⁶¹. Assim, compreendeu-se que as autoridades também levaram em consideração a idade no momento de aplicar o imposto, sendo esse dividido entre as pessoas cativas de 0-14 anos e acima de 40 anos, e os(as) escravizados(as) entre 15 e 39 anos de idade.

Para este estudo, então, foi separada a população escravizada traficada em três grupos. O primeiro é de 0 a 14 anos, ou seja, quando as cativas e os cativos podiam ser considerados jovens. O segundo de 15 a 39 anos, quando estão em idade adulta e em plena capacidade produtiva e reprodutiva, em relação ao sistema escravista do período. E, por fim, o terceiro grupo, de 40 anos ou mais, quando esses eram considerados idosos pelo sistema. Assim, analisando o quadro acerca da idade da população escravizada comercializada na Paraíba oitocentista, notou-se que na maioria das transações, os(as) cativos(as) foram vendidos(as) nas idades entre 15 e 39 anos (54,30%), ou seja, numa idade de maior produtividade econômica, confirmando assim, o que apontam outros estudos, que afirmam que a maioria das pessoas escravizadas comercializadas eram vendidas com a idade adulta (15-39 anos). Veja-se os dados completos no quadro 5.

Quadro 5: Idade dos escravizados(as) comercializados (as) na província da Paraíba (1857-1882)

IDADE DOS ESCRAVIZADOS COMERCIALIZADOS NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA								
ANO	QUANTIDADE				PORCENTAGEM			
	0-14	15-39	40>	N.C	0-14	15-39	40>	N.C
1857	23	46	8	28	22,00%	43,80%	7,60%	26,60%
1859	13	44	14	4	17,30%	58,70%	18,70%	5,30%
1865	10	48	12	4	13,50%	64,90%	16,20%	5,40%
1868	19	26	7	0	36,50%	50,00%	13,50%	0,00%
1869	20	55	19	0	21,30%	58,50%	20,20%	0%
1870	18	33	16	2	26,10%	47,80%	23,30%	2,90%
1875	30	34	24	2	33,30%	37,80%	26,70%	2,20%
1880	9	29	12	0	18,00%	58,00%	24,00%	0%
1881	11	26	5	0	26,20%	61,90%	11,90%	0,00%
1882	3	36	4	0	7,00%	83,70%	9,30%	0,00%
Total	156	377	121	40	22,50%	54,30%	17,40%	5,80%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos:1857-1882. Acervo: APMA

Ao se observar o quadro 5 também notamos que há um relativo interesse por escravizadas e escravizados entre 0 e 14 anos (22,50%). Entendeu-se que ao optar por escravizados(as) mais jovens, os proprietários queriam garantir a obtenção de mão de obra

⁶¹ Relatório de Presidente de Província da Paraíba, 1862, p. AD-12. Em formato digital: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 abril. 2016.

escrava por um período maior. Assim, pode-se pensar também que esse investimento em cativos(as) mais novos(as) na segunda metade do Oitocentos, pode sugerir que os proprietários acreditavam que a escravidão se prologaria até o século XX, apesar de a partir 1875 há uma diminuição gradual na compra de menores de 14 anos.

Em 28 de setembro de 1871 foi sancionada a Lei Rio Branco, também conhecida como “Ventre livre”. Tal Lei libertava todo filho ou filha de escravizada que nascesse a partir daquela data, também criou o Fundo de Emancipação de Escravos, para que esses fossem libertados anualmente, forneceu também ao(à) escravizado(a) o direito legal de acumular pecúlio para comprar sua alforria, além de outros “direitos”. O parágrafo 7º do artigo 4º da Lei, declara que, “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de doze anos, do pai ou mãe”⁶². Assim, nenhuma família de escravizados(as) poderia ser separada, nem cônjuges, nem pais e/ou mães de nenhum(a) filho(a) menor de 12 anos. No entanto, percebeu-se que nem sempre essa Lei era respeitada na província da Paraíba.

Em 1875, constavam 30 escravizadas entre 0 a 14 anos comercializadas na província da Paraíba, desses, cinco menores de 12 anos foram vendidos sem a presença de outro escravizado ou escravizada no mesmo registro, ou seja, sem a provável presença de algum parente que indicasse que não estava havendo uma separação entre familiares. José e Mariana foram ambos vendidos por Henrique Rodrigues C. José⁶³ tinha 5 anos de idade e foi vendido para Ignacio Pessôa da P., pelo valor de 500\$000 em 06 de fevereiro de 1875. Mariana⁶⁴ tinha 6 anos e foi vendida para Âgeo Pessôa em 16 de dezembro de 1875, pelo valor de 300\$000. Tais casos demonstram como a Lei de 1871 não era cumprida, ou/e como o sistema favorecia os senhores de escravizados(as). Pires (2009, p. 43) destaca ainda que “os traficantes muitas vezes alegavam orfandade e ludibriavam quanto à idade dos pequenos cativos”

Apesar dessa ilegalidade, os registros mostram que a maioria dos menores de 12 anos traficados eram comercializados juntamente com uma escravizada, provavelmente, sua mãe, ou outro parente. Deste modo, encontraram-se registros de venda de escravizados(as) menores dentro dessa determinada Lei, conforme demonstra o anúncio de jornal abaixo, no mesmo ano em que Mariana e José foram traficados, 1875, conforme publicado *Jornal da Paraíba*, 26 de fevereiro de 1875,

⁶² Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-BrasiLeiros/Lei-do-ventre-livre.html>. Acesso em: 4 de Maio de 2016.

⁶³ Livro de Meia Sisa – 1875. APMA.

⁶⁴ Livro de Meia Sisa – 1875. APMA.

Achando-se anunciada a venda, pelo juízo dos feitos, dos escravos Izidoro de 49 annos de idade, sua mulher Andreza de 47 annos, e seus filhos Manoel de 8, Lourenço de 6, e Francisca de 3, avaliados por 1:750\$000, acompanhando-os a menor Antonia de 1 anno e 9 meses, filha dos dous primeiros, de condição livre pela Lei de 28 de setembro de 1871, e dos dous seguintes, que em virtude de avaliação excessiva, não foram licitados, sendo por isso novamente avaliados, a saber:
 - **Vicente de 40 annos e sua mulher Marcolina de 48 annos por 500\$000 rs.**, pelo presente se previne que estando proibidas pelo art. 1º do decreto nº1695 de 15 de setembro de 1869 as praças de escravos em hasta publica, que foram substituidas por propostas em carta fixada com o offerecimento da compra, **não [sen]do permittido também separar os cônjuges e os filhos menores de 12 annos (parag. 7 do art. 4 da Lei de 28 de setembro)**. [...] O escrivão – Figueiredo (LIMA (s/d) apud IHGP. P.3. Grifos nossos).

No anúncio de jornal citado, destacou-se a família de Andreza e Izidoro. Essa família também aparece nos registros de meia sisa da província da Paraíba. Neste, consta que Izidoro (49 anos), Andreza (47 anos) e seus filhos, Manoel (oito anos), Lourenço (seis anos) e Francisca (três anos) foram vendidos em “Hasta pública” para o Dr. Francisco Alves de Azevedo Carvalho, em 01 de março de 1875, pelo preço de 1:805\$000⁶⁵. No registro de meia sisa, nada consta sobre o quarto filho do casal, Antonia (um ano e nove meses), provavelmente, porque essa era livre pela Lei de 28 de setembro de 1871, conforme anunciou o jornal. Em relação à segunda família, Vicente (40 anos) e sua mulher, Marcolina (48 anos), o jornal também destaca que de acordo com a Lei, esses não podiam ser separados, visto que eram casados e que não era “permittido também separar os cônjuges”. Deste modo, percebeu-se que a comercialização de casais escravizados, juntamente com seus filhos, podem sugerir “vínculos mais duradouros e estáveis influenciando as lutas pela preservação da vida familiar” (PIRES, 2009, p. 164).

Com o anúncio viu-se também que a família de Andreza e Izidoro foram vendidos em “Hasta pública”. De acordo com o decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869,

Art. 1º Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública, ficam proibidas. Os leilões comerciais de escravos ficam proibidos, sob pena de nulidade de tais vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro, por cada um escravo que vender em leilão⁶⁶.

Ou seja, desde 1869 foram proibidas as vendas de pessoas escravizadas debaixo de pregão e em exposição pública, no entanto, o que percebemos, é que a prática de vender/leiloar cativos(as) persistiu na província da Paraíba, provavelmente, porque as autoridades, muitos deles proprietários de escravizados(as), não tiverem interesse em acabar com o referido mecanismo.

⁶⁵ Livro de Meia Sisa – 1875. APMA.

⁶⁶ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

Em relação ao preço das pessoas escravizadas comercializadas, tem-se os estudos sobre o tráfico interno em Mariana (MG), que apontam que de meados da década de 1870 até fins da década de 1880, os preços dos(as) escravizados (as) declinaram muito devido às Leis promulgadas até então e aos movimentos sociais abolicionistas (FLAUSINO, 2006, p. 136). Na província da Paraíba também percebemos essa diminuição de preços em meados de 1870. Para exemplificar, selecionaram-se alguns registros de escravizados e escravizadas com idades consideradas na faixa etária de maior produtividade (15-39 anos), entre os anos de 1857 a 1875, uma vez que a partir de 1880 não constam nos registros os valores das pessoas escravizadas, apenas o valor da meia sisa, que variava entre 20\$000 e 40\$000 réis.

Assim, tem-se Thereza⁶⁷, Antonia⁶⁸ e Francisco⁶⁹, todos com 19 anos de idade. Thereza foi vendida no dia 23 de maio de 1857 com o valor de 1:000\$000, já Antonia foi vendida em 08 de abril de 1865 por 1:400\$000, e por fim, Francisco, que em 17 de setembro de 1875 foi comercializado por 700\$000. Manoel Pinto⁷⁰, Umbelina⁷¹ e Cezário⁷² foram traficados com 30 anos de idade. Manoel Pinto foi vendido em 07 de fevereiro de 1859 por uma quantia de 1:8000\$000, Umbelina em 24 de maio de 1869 por 1:450\$000, e Cezário em 27 de julho de 1875 por 1:000\$000. Logo, percebeu-se por meio desses casos, que no ano de 1875 há efetivamente uma queda no preço da população escravizada. Entre os registros de cativos(as) com 19 anos, Francisco foi vendido em 1875 pela metade do preço em que Antonio foi vendido em 1865. Cezário, com 30 anos, foi vendido em 1875 por 1:000\$000, ou seja, 800\$000 a menos que Manoel Pinto em 1859, e 450\$000 a menos que Umbelina em 1869. Apesar de terem sido notada a queda nos preços em 1875, ressaltamos que os preços também variavam muito de acordo com a idade, sexo, saúde, aparência física e habilidades que os(as) escravizados(as) possuíam, como ter alguma profissão especializada, a exemplo de algumas já citadas no capítulo 1 como quitandeira, ama, cozinheira entre outras, para mulheres e vaqueiro, carpinteiro, entre outras, para homens.

Assim, a seguir traçou-se um perfil das mulheres escravizadas pelo tráfico intraprovincial na província da Paraíba, percebendo suas especificidades.

⁶⁷ Livro de Meia Sisa – 1857. APMA.

⁶⁸ Livro de Meia Sisa – 1865. APMA.

⁶⁹ Livro de Meia Sisa – 1875. APMA.

⁷⁰ Livro de Meia Sisa – 1859. APMA.

⁷¹ Livro de Meia Sisa – 1869. APMA.

⁷² Livro de Meia Sisa – 1875. APMA.

3.1.1 Perfil das cativas no tráfico intraprovincial da província da Paraíba

Compra de escravos. No escriptorio nº 27 da rua Visconde de Inhauma, **compra-se escravos de ambos os sexos**, e de idade 12 annos para cima (LIMA (s/d) apud *Jornal da Parahyba*, 9 de julho de 1874, p. 4. IHGP. Grifos Nossos).

Demonstrou-se, anteriormente, o quanto era recorrente a venda de escravizadas na província da Paraíba, sendo a quantidade de escravizados do sexo masculino equivalente ao número de escravizadas no tráfico intraprovincial de cativos(as). O anúncio do *Jornal da Parahyba* demonstra mais uma vez que na província da Paraíba desejava- se comprar “escravos de ambos os sexos”. Além disso, o anúncio também não informa o número de pessoas escravizadas que se desejava comprar, fazendo-nos pensar mais uma vez que a procura estava longe de ser cessada, tanto em relação ao cativo de sexo masculino, como também a cativa do sexo feminino.

O quadro 6 foi referente à idade em que as escravizadas foram comercializadas na província da Paraíba. De acordo com ele, a maioria das cativas foram vendidas com a idade entre 15 e 39 anos, correspondendo assim a 54,70% do total de cativas; seguidas das cativas com idade entre 0 a 14 anos, (22%); 17,20% de cativas com 40 anos ou mais, e em 6,10% dos registros, nada consta sobre a idade das mesmas. Flausino (2006) justifica esse interesse por mulheres nessa faixa etária (15-39 anos), pelo menos até 1871, não era só por ser a idade mais produtiva da escravizada, como também pela plena capacidade de procriação, ou seja, esse seria mais um indício de que os proprietários tinham interesse na continuidade do sistema escravista por meio da reprodução natural de cativos(as), conforme aponta Rocha (2007).

[...] verifiquei o impacto do nascimento de crianças escravas e ingênuas no interior das propriedades rurais e urbanas, bem como observei os óbitos ocorridos nas unidades produtivas das três freguesias em estudo. Esse procedimento possibilitou a recuperação do nascimento de crianças por proprietário, que foram batizadas. Como nasceram muitas crianças escravas e ingênuas nas freguesias da Zona da Mata elas poderiam ter sido importantes na reposição da mão-de-obra escrava e uma das estratégias utilizadas pelos senhores, visando dispor de trabalhadores, principalmente, nas lavouras de cana-de-açúcar (p. 158).

Ao analisar os dados demográficos encontrados nos livros de batismo e de óbito de três freguesias da província da Paraíba, Nossa Senhora das Neves, Livramento e Santa Rita, na segunda metade do século XIX, Rocha (2007, p. 159) constatou-se que tais registros de crianças escravizadas podem indicar a existência de crescimento natural. Tal estudo corrobora com a

ideia de que senhores(as) poderiam comercializar cativos(as) com intenção de aumentar sua “escravaria” por meio da reprodução natural.

Veja-se o quadro a seguir.

Quadro 6: Idade das escravizadas comercializadas na província da Paraíba

ANO	QUANTIDADE				PORCENTAGEM			
	0-14	15-39	40>	N.C	0-14	15-39	40>	N.C
1857	10	23	4	17	18,50%	42,60%	7,40%	31,50%
1859	2	17	8	2	6,90%	58,60%	27,60%	6,90%
1865	8	29	8	0	17,80%	64,40%	17,80%	0,00%
1868	9	13	1	0	39,10%	56,50%	4,40%	0,00%
1869	10	28	9	0	21,30%	59,60%	19,10%	0%
1870	12	15	6	2	34,30%	42,80%	17,20%	5,70%
1875	12	17	11	0	30,00%	42,00%	27,50%	0,00%
1880	5	16	8	0	17,20%	55,20%	27,60%	0%
1881	5	16	2	0	21,70%	69,50%	8,80%	0,00%
1882	2	13	2	0	11,70%	76,60%	11,70%	0,00%
Total	75	187	59	21	22,00%	54,70%	17,20%	6,10%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882. Acervo: APMA

Ao se observar as escravizadas vendidas com menos de 14 anos apresentamos o caso de duas crianças. São elas: Joanna e Francelina, de dois e seis anos respectivamente, vendidas juntamente com uma adulta de 26 anos, Antonia. Provavelmente, tratavam-se de mãe e filhas. As escravizadas pertenciam a Carlos Agotinho Golzio e foram vendidas para Frederico Benthmuller, em 25 de outubro de 1865, por um valor de 1:600\$000⁷³. Tal caso demonstra que, às vezes, a manutenção de vínculos familiares era possível nessas negociações, principalmente quando se tratava de mãe e filhos e/ou filhas. No entanto, observou-se que a maioria das pessoas escravizadas era comercializada sozinha, demonstrando assim, à primeira vista, uma ruptura dos vínculos familiares e de amizades entre estes. Além disso, a família⁷⁴ que era vendida inicialmente para um mesmo comprador, não tinha a garantia que permaneceria unida por muito tempo.

Como já foi mencionado, as escravizadas com 40 anos ou mais eram as que menos foram comercializadas nesse período, no entanto, o número indica que apesar da idade já avançada, em relação aos parâmetros da época, ainda existiam negociantes interessados em sua compra, mesmo essas tendo o valor em média, igual ao das cativas mais jovens. Em 23 de

⁷³ Livro de Meia Sisa – 1865. APMA.

⁷⁴ Concordamos com Rocha (2007), quando afirma que a família pode ser formada pela mãe (ou pai) e o(s) filho (s), ou filhas. Essa relação de parentesco é denominada pela autora como família monoparental.

outubro de 1865, a cativa Josefá, de 45 anos foi vendida por Henrique José Pacheco d' Aragão para D. Adriana do Rosário Neves pelo valor de 850\$000⁷⁵. No mesmo ano, Primo Pacheco Borges vendeu para João Francisco de Albuquerque Maranhão, a escravizada Delfina de 12 anos, por 800\$000⁷⁶. Diante desses casos, foi possível perceber que Josefa foi vendida com o preço maior do que Delfina, mesmo tendo 45 anos de idade. Percebeu-se, então, que as escravizadas mais velhas eram compradas por escolha dos(as) comprador(as), e não por terem um menor valor. Tais interesses podem estar relacionados à procura por escravizadas que podiam auxiliar em serviços domésticos, mas também para trabalhar no comércio, como quitandeiras, ajudando financeiramente a(o) seu(sua) senhor(a).

O vendedor de Delfina, Primo Pacheco, foi um importante negociante da província. Nos jornais paraibanos, o mesmo aparece como dono de escritório e de armazém, e comercializando barris de pólvora, madeiras, e instrumentos ligados ao processamento de açúcar e de algodão⁷⁷. Em nossa pesquisa em jornais não foi encontrada menção sobre compra ou venda de escravizados(as) por Primo Pacheco, no entanto, foi encontrado nos livros de meia sisa o comerciante ora vendendo, ora comprando pessoas escravizadas, o que nos leva a supor que também poderia ser um negociante de cativos(as), mesmo que apensas dentro da província da Paraíba, haja vista que encontramos registros de comercialização em seu nome nos livros de despacho de escravizados(as) para outra província. Mesmo após sua morte em 1882, seus herdeiros confirmaram em anúncio do *Jornal da Parahyba*, a “continuação da casa comercial, ‘gyrando em todos os ramos de negocio’, 14 de março de 1882”⁷⁸. Acreditou-se que a data no anúncio, 14 de março de 1882, foi o dia em que os herdeiros escreveram a notícia para o jornal, que a publicou apenas no dia 22 de março, tendo ocorrido a morte de Primo Pacheco dias antes. Além disso, encontrou-se a compra da cativa Joaquina, de 14 anos de idade, no nome de Primo Pacheco, no dia 15 de março de 1882, ou seja, após sua morte⁷⁹. Assim, ou tal transação foi registrada posteriormente a finalização do negócio, ou os herdeiros de Primo Pacheco ainda estavam realizando algumas negociações em nome do pai, pelo menos a princípio.

Já em 1883 o anúncio de fuga do cativo Jacob, pertencente a Joaquim Martins de Carvalho e Irmão, no distrito de Pedras de Fogo, alerta que caso o cativo fugitivo fosse encontrado na capital da província, o mesmo deveria ser entregue no “armazem de Primo

⁷⁵ Livro de Meia Sisa – 1865. APMA.

⁷⁶ Livro de Meia Sisa – 1865. APMA.

⁷⁷ Consta em variadas edições do jornal *O Publicador*, no ano de 1864. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

⁷⁸ *Jornal da Parahyba*, 22 de março de 1882, p. 3, IHGP.

⁷⁹ Livro de Meia Sisa, 1882, artigo 10. APMA.

Pacheco Borges e Filho”⁸⁰. Tal possibilidade à primeira vista pode parecer indicar apenas uma ligação entre o dono do escravizado fugitivo e os donos do Armazém Primo Pacheco Borges e Filhos, como numa rede de sociabilidade ou solidariedade dos senhores. No entanto, pode-se pensar também num laço profissional. Teriam os herdeiros de Primo Pacheco vendido o cativo fugitivo para Joaquim Martins de Carvalho e Irmão? Será que o armazém do finado Primo Pacheco era local costumeiro de negociações de cativos? E de capitães do mato com fugitivos? Apesar de não sabermos a resposta para esse caso, as informações vistas até aqui nos indicam que os herdeiros de Primo Pacheco não só continuaram a desenvolver as atividades comerciais do seu pai vendendo mercadorias ligadas ao processamento do algodão e açúcar e outros, como também deram continuidade ao comércio de pessoas escravizadas. O certo é que muitos interesses estavam em jogo, mesmo numa época em que a escravidão estava em desgregação, ou seja, em crise, e que era condenada moral e economicamente por muitas pessoas, inclusive de elite, os herdeiros de Primo Pacheco parecem ter prosseguido com os “negócios da escravidão”.

Nessa comercialização, apesar de, a princípio, não ser um fator fundamental essencial na compra e venda de cativos(as), acreditou-se que perceber a origem étnico-racial/cor das escravizadas é importante para traçar o perfil das cativas que estavam sendo vendidas no interior da província da Paraíba. Assim, o quadro 7 aponta que na maioria das negociações, nada constava a respeito dessa informação (74,70 %). A ausência dessa informação pode nos sugerir que a descrição das características físicas das pessoas escravizadas não fosse tão exigida quanto o sexo, uma vez que, os dados mais importantes num registro de imposto poderiam ser o sexo, o valor da meia sisa e o preço de cada pessoa escravizada comercializada.

⁸⁰ LIMA (s/d) apud *O Publicador*, 20 de março de 1883, p.3. FCJA.

Quadro 7: Origem racial/cor das escravizadas comercializadas (1857-1882)

ORIGEM ÉTNICO-RACIAL DAS CATIVAS COMERCIALIZADAS NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA		
COR	N.A.	%
NADA CONSTA	256	74,90%
CRIOULA	31	9,00%
MULATA	19	5,50%
PARDA	15	4,40%
PRETA	10	3,00%
CABRA	9	2,60%
ANGOLA	1	0,30%
FULA	1	0,30%
TOTAL	342	100%

MNA= Números Absolutos, % = Porcentagem.

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882. Acervo: APMA.

O quadro 7 também nos mostra que, seguido dos registros em que nada consta, tem-se “crioula”, ou seja, a primeira geração de africanos, em 9,0% dos dados as escravizadas comercializadas eram crioulas. As cativas de cor “mulata” seguem com 5,5%, “parda” com 4,4%, “cabra” com 2,6%, “fula” e “angola” com 1% cada. Interessante perceber a mestiçagem na província da Paraíba através dos dados obtidos. Acerca da cor parda, que indica ser uma pessoa mestiça, no grupo das pessoas escravizadas. O “crioulos” com maior representação, apontam a descendência de escravizados(as) africanos(as) na província.

Destaca-se a presença de uma escravizada africana, da qual foi registrada como “Angola”, trata-se de Maria, com idade e vendedor(a) não informado, que foi vendida juntamente com Joaquim, também “Angola” e com idade não informada. Ambos foram vendidos para Joaquim da Silva Coêlho em quatro de julho de 1857, por um valor de 601\$000, sendo pago 12\$020 de imposto⁸¹. Nesse caso pode-se nos questionar sobre a falta do dado referente a idade da africana e do africano. Como já foi mencionado, essa ausência pode ocorrer devido à desatenção de quem escrevia o registro, mas também pode ter sido intencional. Pode-se pensar na possibilidade de que quem escreveu o registro tenha optado por não informar a idade de Maria e Joaquim, pois, essa poderia indicar que os africanos tivessem chegado ao Brasil após 1831 ou pós 1850 sendo portando, escravizados ilegalmente.

Em relação ao preço das escravizadas, a historiografia afirma que as mesmas tinham valor inferior aos dos homens escravizados. De acordo com Mattoso (1982, p. 86), “o sexo é

⁸¹ Livro de Meia Sisa, 1857, artigo 29. APMA.

um elemento que não se pode desprezar na formação do preço do escravo”. A referida autora analisou a variação nos preços dos escravizados e das escravizadas na Bahia do século XVI ao XIX. Na Bahia oitocentista, Mattoso percebeu que em todas as décadas o valor das mulheres cativas era inferior à dos escravizados de sexo masculino. Em 1870, por exemplo, no auge de preços altos, um escravizado custava em média 1:230\$000, enquanto a mulher custava 975\$000 (MATTOSO, 1982, p. 96).

Notou-se que o mesmo ocorreu na província da Paraíba. No dia 22 de julho de 1875, Pompeo de Carvalho Soares Brandão comprou de José Antonio Pereira Vinagre, o escravizado Herculano, de 26 anos, pelo valor de 1:200\$000⁸². No mesmo ano, D. Maria Umbelina comprou de D. Antonia Josefa A. Maranhão, a escravizada Justina, de 24 anos, pelo valor de 700\$000⁸³. Tais registros demonstram que mesmo com a faixa etária equivalente, escravizados e escravizadas possuíam preços diferentes a depender do seu sexo. No entanto, foi válido destacar que constam nos registros mulheres cativas com preços mais elevados. Assim, constatou-se que a existência de escravizadas vendidas por um valor maior que o de outras pode indicar que esta pode ter alguma especificidade, ou seja, pode ter um diferencial relacionado tanto às características físicas, como também por habilidades, como se ter algum ofício (costureira, cozinheira, serviços gerais, entre outros), ou com experiência de vendas como quitandeiras, por exemplo. Assim como, D. Maria Umbelina e D. Antonia Josefa A. Maranhão, outras mulheres participaram do tráfico interno de pessoas escravizadas na província da Paraíba.

3.1.2 Compradoras e vendedoras: a participação das mulheres proprietárias no comércio de escravizados(as)

De acordo com Lara (1989), os interesses dos senhores que movimentavam o comércio interno, sendo ele realizado tanto por casas de negócios particulares, quanto por revendedores particulares (p.6). Na sociedade patriarcal do Império brasileiro “os assuntos econômicos, burocráticos e judiciais eram de atribuição masculina, enquanto as funções domésticas eram de responsabilidade das mulheres” (COSTA, 2012, p. 101). No entanto, a depender da conjuntura econômica e dentro do seio familiar, as mulheres assumiam o protagonismo em seus negócios.

Ao se analisar os livros de meia sisa da província da Paraíba percebeu-se que mulheres apareciam, tanto comprando cativos(as), como vendendo. Sendo que a primeira situação,

⁸² Livro de Meia Sisa, 1875, artigo 37. APMA.

⁸³ Livro de Meia Sisa, 1875, artigo 71. APMA.

comprando, é mais constante do que a segunda, ou seja, do que a venda de pessoas escravizadas, como observamos nos quadros que seguem, 8 e 9. Em relação aos compradores, constatou-se que a maioria significativa era de homens, no entanto, ao longo da segunda metade do século XIX as mulheres vão ganhando mais espaço nesse tipo de comercialização.

Quadro 8: Sexo dos(as) compradores(as) de escravizados (as) na província da Paraíba (1857-1882)

SEXO DOS COMPRADORES DE ESCRAVIZADOS (AS) NA PROV. DA PARAHYBA									
ANO	QUANTIDADE					PORCENTAGEM			
	FEM	MAS	FEM/MAS	N.C		FEM	MAS	FEM/MAS	N.C
1857	9	96	0	0		8,60%	91,40%	0%	0%
1859	4	71	0	0		5,30%	94,70%	0%	0%
1865	11	62	1	0		14,80%	83,70%	1%	0%
1868	3	49	0	0		5,80%	94,20%	0,00%	0%
1869	20	74	0	0		21,30%	78,70%	0%	0%
1870	8	61	0	0		11,60%	88,40%	0%	0%
1875	11	79	0	0		12,20%	87,80%	0%	0%
1880	10	34	5	1		20%	68%	10%	2%
1881	10	32	0	0		23,80%	76,20%	0%	0%
1882	15	27	0	1		34,90%	62,80%	0%	2,30%
TOTAL	101	585	6	2		14,50%	84,30%	0,90%	0,30%

FEM= Feminino, MAS= Masculino, NC. = Nada Consta, FEM/MAS= Feminino e Masculino.

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882. Acervo: APMA.

Nos anos pesquisados, constatou-se que 14,50% do total de compradores de escravizados(as) eram mulheres, enquanto 84,3% dos homens constavam como negociante, conforme consta no o quadro 8. Em 1882, percebeu-se a maior proporção de mulheres comprando escravizados(as) (15 mulheres), com a porcentagem de 34,90%. Além disso, percebeu-se que a partir de 1880, há um aumento na participação feminina, se prolongando até o último ano da pesquisa. São: 20 % em 1880, 23,8% em 1881, e, como já mencionado, 34,9% em 1882. Acreditou-se que esse aumento pode ter se dado pela diminuição de homens comercializando pessoas escravizadas. De acordo com o quadro acima, a partir de 1875 há uma queda entre os compradores de sexo masculino, talvez, influenciados pelas leis abolicionistas, como a de 1871, além das campanhas abolicionistas, alertando-os sobre a abolição. Já a maioria das compradoras do sexo feminino, buscaram em sua maioria, pelas escravizadas como viu-se, posteriormente, provavelmente para serviços domésticos. Antes desse período, apenas em 1869 as mulheres obtiveram mais de 20 % de participação nos registros, como compradoras.

No quadro 9, mais uma vez foi possível demonstrar a predominância dos homens nos registros sobre esse comércio.

Quadro 9: Sexo dos(as) vendedoras e de vendedores de escravizados(as) na província da Paraíba (1857-1882)

ANO	SEXO DOS VENDEDORES DE ESCRAVIZADOS (AS) NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA					PORCENTAGEM			
	FEM	MAS	FEM/MAS	N.C		FEM	MAS	FEM/MAS	N.C
1857	20	69	1	15	19,10%	68,80%	0,90%	14,20%	
1859	7	59	0	9	9,40%	78,60%	0%	9%	
1865	14	47	10	3	19%	63,50%	13,50%	4,00%	
1868	5	44	1	2	9,70%	84,60%	1,90%	3,80%	
1869	14	78	2	0	14,90%	83%	2,10%	0%	
1870	8	41	2	18	11,60%	59,40%	2,90%	26,10%	
1875	6	73	0	11	6,70%	81,10%	0%	12,20%	
1880	11	37	0	2	22%	74%	0%	4%	
1881	7	31	0	4	16,70%	73,80%	0%	9,5%	
1882	7	36	0	0	16,30%	83,70%	0%	0%	
TOTAL	99	515	16	64	14,30%	74,20%	2,30%	9,20%	

FEM= Feminino, MAS= Masculino, NC. = Nada Consta, FEM/MAS= Feminino e Masculino

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882. Acervo: APMA

Observando o quadro 9 percebeu-se que também foi na década de 1880 que mais mulheres venderam escravizados (as). No ano de 1880, 22% dos registros constavam mulheres vendendo cativos(as). Em contrapartida, o menor número se deu em 1875, correspondendo a 6,70%. Além disso, percebemos alguns casos de compra conjunta⁸⁴, sendo em 1865, o maior número, havendo 10 vendas de cativos(as) realizados em conjunto, ou seja, com a presença de mulheres. Assim, ao se analisar o quadro 9 foi possível ver que em 14,30% (99) das vendas foram realizadas por mulheres, 2,30% (16) por homens e mulheres, 74,20% (515) por homens, e em 9,20% (64) dos registros nada consta sobre o vendedor.

Ressalta-se, ainda, que a maioria das mulheres que participavam desse comércio, provavelmente eram mulheres de elite. Além da constatação pelo simples motivo delas estarem comercializando escravizados(as), também percebemos seu destaque social por meio do “Dona”. Notou-se que em alguns registros de mulheres vendendo ou comprando escravizados(as) seus nomes aparecem com um “D.” ou “Dona”, esse tratamento pode indicar que essas mulheres possuem melhores condições sociais e econômicas do que as mulheres cujo os nomes não indiquem nenhuma distinção. No que se referiu aos homens, observou-se, em alguns casos, a menção a títulos de prestígio social, como de “Tenente”, “Padre”, “Doutor”,

⁸⁴ Nesse momento, nos referimos a negociação conjunta, como sendo uma compra ou venda de um(a) escravizado(a) ou mais, sendo realizada por mais de uma pessoa, sendo pelo menos uma delas do sexo feminino.

“Coronel” ou “Capitão”, e até de “Comendador”. Essas diferenciações só mostram a complexidade das hierarquias da sociedade escravista oitocentista.

Também percebeu-se a influência de algumas mulheres na sociedade paraibana por meio dos seus sobrenomes, como D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, que no dia 03 de junho de 1869 vendeu o seu escravizado Estevão de 24 anos, para Domiciano Lucas de Souza Rangel, por um valor de 2:000\$000 contos⁸⁵. De acordo com Mariano (2011, p. 13), a elite paraibana utilizava o casamento como estratégia para ampliar as redes de poder, assim, os ramos familiares dos Souza Rangel e dos Carneiro Cunha “funcionavam como via de acesso para o fortalecimento político desses grupos”. Percebeu-se, então, que poderia existir uma relação que ia além da comercialização do cativo Estevão, entre D. Maria Francisca Carneiro Cunha e Lucas Souza Rangel. Os mesmos, possivelmente, compartilhavam de diversas redes políticas e também comerciais.

D. Maria Francisca da Cunha era filha do tenente-coronel Manoel Maria Carneiro da Cunha, proprietário de dois engenhos na província da Paraíba, Una, na Freguesia de Santa Rita; e Tibiri, na Freguesia de Livramento (ROCHA, 2007, p. 157). Foi válido destacar a importante participação das mulheres da família Carneiro da Cunha nos negócios da família. De acordo com Mariano (2014, p. 63), com o fim da “revolução” de 1817⁸⁶, e prisão de muitos maridos, filhos, e com o decreto de que estes teriam seus bens confiscados e leiloados em praça pública, as mulheres tiveram um papel fundamental na tentativa de salvar seus bens. O engenho de Tibiri, mencionado anteriormente, por exemplo, foi arrematado por Rosa Cândida Tenório de Aragão, esposa de Estevão Carneiro da Cunha, em 1819, assegurando então os bens de sua família (MARIANO, 2014, p. 69). Os Carneiro da Cunha tiveram uma grande influência no cenário político paraibano durante todo o século XIX. O pai de D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, Manoel Maria Carneiro da Cunha, juntamente com Manoel Florentino Carneiro da Cunha, e outro parente, fundaram o Partido Conservador na província da Paraíba. Manoel Florentino Carneiro da Cunha, inclusive, era pai do Barão de Abiaí, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (ROCHA, 2007, p.95-96).

Percebeu-se, assim, que as mulheres também estavam inseridas nesse comércio, apesar da aparente pouca representação. Como D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, outras mulheres

⁸⁵ Livro de Meia Sisa – 1869. APMA.

⁸⁶ Para Mariano (2014), esse foi um movimento de contestação política que teve início em Recife e se propagou para outras províncias, inclusive, para a província da Paraíba. A insurreição lutou “contra a coroa portuguesa acusada de cobrar impostos exorbitantes aos proprietários e comerciantes, bem como deixar as camadas mais bastadas fora dos principais cargos de confiança, dando preferência aos portugueses, entre outras questões importantes” (MARIANO, 2014, p 64-65).

com distinção na sociedade paraibana aparecem nesses registros, no entanto, entendeu-se que possivelmente diferentes de D. Maria Francisca, algumas mulheres estariam vendendo escravizados(as) por motivos ligados a falta de recursos das mesmas. Assim, concorda-se com Flausino (2006, p. 106) quando afirma que “para algumas dessas mulheres, talvez as viúvas com espólios de seus maridos, a venda podia representar a busca de liquidez, uma vez que a compra era indicativo de investimento e de dinâmica”, ou seja, acreditou-se que apenas algumas mulheres estavam vendendo seus bens para tentar liquidar dívidas ou adquirir alguma renda, enquanto que os registros de mulheres que estavam comprando pessoas escravizadas, podiam indicar algum investimento na dinâmica desse mercado. Além disso, foi importante pensar ainda nas possibilidades que são invisíveis nos registros oficiais, afinal, será que as mulheres não tiveram participação em alguns casos de compra e venda de pessoas escravizadas, realizadas por seus maridos, filhos e pais? Certamente. Acredita-se que muitas mulheres exerceram seu poder doméstico, pelo menos no qual a mulher poderia dar as cartas, e escolhendo qual cativa poderia ser vendida, comprada ou alugada.

Outra questão que nos chamou a atenção foi em relação ao sexo das pessoas escravizadas que foram comercializadas por mulheres na província da Paraíba, assim, apresentou-se o quadro abaixo.

Quadro 10: Sexo das pessoas escravizadas comercializadas por mulheres na província da Paraíba

SEXO DAS PESSOAS ESCRAVIZADAS COMERCIALIZADAS POR MULHERES						
ANOS: 1857-1882	QUANTIDADE			PORCENTAGEM		
	FEM	MAS	N.C.	FEM	MAS	N.C.
COMPRADORAS	75	31	1	70,10%	29%	0,90%
VENDEDORAS	72	39	3	63,20%	34,20%	2,60%
TOTAL	147	70	4	66,50%	31,70%	1,80%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882. Acervo: APMA

Durante a pesquisa foi possível observar que as mulheres, seja comprando ou vendendo, preferiam comercializar pessoas escravizadas do sexo feminino. De acordo com o quadro, 70,1% das mulheres compraram escravizadas e 63,2% das vendedoras negociaram cativas do sexo feminino. Pode-se, então, supor que as mulheres comercializavam mais escravizadas porque, de fato, a maioria delas possuía mais pessoas cativas do sexo feminino do que do masculino. As negociantes poderiam querer comprar escravizadas para o trabalho doméstico, uma vez que, na sociedade patriarcal da época, as mulheres eram tidas como as responsáveis

pela organização da casa, pelo mesmo motivo, também eram as mulheres que possuíam mais escravizadas para a venda.

Acredita-se dentro deste contexto que mulheres pobres e das camadas médias também se utilizavam do trabalho/exploração de mulheres negras (forras, cativas e libres pobres), para trabalhos domésticos, como as mulheres de elite, mas sobretudo para obtenção de rendas, principalmente depois do avanço da urbanização na segunda metade do oitocentos. As mulheres pobres, inclusive negras livres ou libertas, muitas vezes viam as cativas como uma fonte de renda, na qual essa poderia ser alugada ou trabalhar como quitandeira, recebendo parte do lucro das mesmas.

3.2 IMPOSTOS DE MEIA SISA *versus* IMPOSTOS DE CATIVOS(AS) TRANSFERIDOS(AS) PARA OUTRA PROVÍNCIA

A documentação referente aos impostos de venda de pessoas escravizadas na província da Paraíba apresenta certa diferenciação entre os impostos de meia sisa e de escravizados(as) despachados. O Artigo 1º do Regulamento da província da Paraíba de 1849 declara que: “O imposto da meia sisa continuará a ser arrecadado, deduzindo-se 5 por cento do valor de qualquer escravo, que for vendido, adjudicado⁸⁷, ou arrematado, dado ou cedido em solução de dívida”⁸⁸, ou seja, nesse momento o valor de meia sisa era correspondente a 5% do total do valor do(a) cativo(a), por exemplo, se uma escravizada custasse 500\$000, o imposto de meia sisa equivaleria a 25\$000. Percebeu-se que tal imposto era cobrado para qualquer compra e venda de pessoas escravizadas no mesmo município ou província, ou seja, trata-se do tráfico intraprovincial. No entanto, o valor da meia sisa variou ao longo das décadas.

De acordo com o Relatório de Presidente de Província do ano de 1857, o imposto de meia sisa foi criado em 1295, numa região conhecida como Castella, tendo daí partido para Portugal no século XIX, no reinado de D. Afonso. Inicialmente, tal imposto era cobrado em qualquer venda e compra, e depois apenas na comercialização de “bens de raiz”. Somente em 1809, a meia sisa foi imposta na compra e venda de pessoas escravizadas no Império brasileiro. A taxa primitiva da meia sisa era de 5% do valor do(a) cativo(a) vendido(a), tendo sido reduzido com a lei provincial n. 8, de 11 de outubro de 1830 para 3%, e 2% em 1832. Com o regulamento de 1849, citado acima, que o valor volta a ser de 5% sob o valor da compra do(a) escravizado(a).

⁸⁷ Adjudicado: transferir propriedade do devedor para o credor, com o intuito de saldar dívidas. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/adjudicado/>> Acesso em 27 de mar. 2016.

⁸⁸ Livro de Regulamento da Província Da Paraíba de 1849, p. 3. APMA.

Pode-se supor que esse aumento se deva a lei de 2 de outubro de 1832, na qual tal tributo passa a ser inserido nas rendas das províncias⁸⁹. Em 1862, encontrou-se o valor da meia sisa novamente em 2%, conforme observamos em relatório provincial, mas também em registros de venda, como da crioula Bernardina e sua filha Maria.

Em 17 de outubro de 1859, a cativa Bernardina, na ocasião com 24 anos e sua filha natural, Maria, de três anos de idade, foram vendidas para Joaquim da Santa Guimarães Ferreira. Três anos antes, Maria foi batizada na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, Cidade da Paraíba⁹⁰, onde ambas possivelmente residiam com seu senhor, José Joaquim Gonçalves Chaves, natural de Portugal, branco e casado com Antonia Pessoa de Albuquerque, natural do Brejo de Areia, província da Paraíba⁹¹. Bernardina e Maria foram vendidas pelo valor de 1:000\$000 réis, tendo pago 20\$000 réis de imposto⁹², ou seja, 2% do valor da compra.

No ano de 1862, ocorreu uma outra alteração no valor da meia sisa de escravizados(as) vendidos(as). A implementação da lei de 3 de outubro foi regulada uma taxa fixa de 20\$000 réis pela venda de pessoas escravizadas até 14 anos e para maiores de 40 anos de idade, e 30\$000 réis para as outras idades⁹³. Assim, tem-se o caso da venda conjunta de duas escravizadas, a cativa Josefa, de 20 anos, e Marcoelina, de 11 anos de idade. Ambas as cativas foram arrematadas em “Hasta pública” por Antonio Angelo Fernandes, no dia 31 de janeiro de 1865, pelo valor de 2:074\$000 réis e 50\$000 réis de meia sisa⁹⁴. Veja-se que se pensou de acordo com a lei vigente, o valor da meia sisa corresponde a 30\$000 réis equivalente à venda de Josepha, por ter 20 anos de idade, e 20\$000 réis à venda de Marcoelina, que possuía 11 anos, ou seja, menor que 14 anos.

Quanto aos impostos referentes aos escravizados(as) despachados(as) para fora da província, tem-se, possivelmente pela primeira vez na província da Paraíba, esta imposição com a lei n. 17, de 28 de novembro de 1840, na qual estipulava 10\$000 réis por cada cativo ou cativa que saísse da província sem a companhia do seu senhor, ou seja, não necessariamente aplicado à venda. Apenas em 1847 tal imposto vai se estender às pessoas cativas vendidas para fora da província. A taxa estava fixada em 5\$000, diferentemente da taxa de meia sisa que era de 5% em cima do valor do(a) cativo(a). Em 1850, com o fim do tráfico atlântico, essa taxa sobe de

⁸⁹ Relatório de Presidente de Província da Paraíba, 1857, p. S7-7. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

⁹⁰ Livro de Batismo – 1856, folha 264, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba - AEAPB.

⁹¹ Livro de Batismo- 1859, folha 31, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba - AEAPB.

⁹² Livro de Meia Sisa- 1859. APMA.

⁹³ Relatório de Presidente de Província da Paraíba, 1862, p. AD-2. Disponível em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

⁹⁴ Livro de Meia Sisa- 1865. APMA.

5\$000 réis para 100\$000 réis, sendo isentos até cada três cativos(as), por família, que acompanhavam da província com o senhor, sobre essa questão, trataremos melhor adiante. Em 1860, as autoridades ainda dobraram o valor do imposto, permanecendo até 1861, em 200\$000 réis, no entanto, como este aumento não freou o fluxo migratório, e que ainda, “com facilidade deixavam de pagar recorrendo a todos os subterfúgios”, o imposto foi reduzido para 25\$000 em 1861⁹⁵.

O quadro 11 apresenta o rendimento dos impostos de meia sisa e de despacho de escravizados(as) traficados para outra província, para os cofres públicos da Província da Paraíba do Norte.

Quadro 11: Valores dos impostos de meia sisa de despacho de escravizados(as) para fora da província da Paraíba na segunda metade do século XIX

IMPOSTOS DE MEIA SISA E DE DESPACHO DE ESCRAVIZADOS(AS) PARA FORA DA PROV. PARAÍBA - SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX		
Ano/imposto	MEIA SISA	DESPACHADOS
1855	4:258\$585	4:600\$000
1856	3:511\$533	4:000\$000
1857	7:322\$505	1:700\$000
1859	4:901\$051	700\$000
1860	7:170\$386	-
1861	4:722\$950	400\$000
1870	4:601\$546	250\$000
1871	4:779\$720	425\$000
1872	1:960\$000	350\$000
1873	12:502\$672	5:725\$000
1874	9:671\$027	7:600\$000
1879	2:041\$000	21:450\$000

Fonte: Quadro baseado nos rendimentos da província da Paraíba do Norte, retirado dos Relatórios de Presidente de Província de 1853-1880.

Como viu-se, os rendimentos recolhidos pelo cofre provincial da Paraíba variou. Pode-se supor que essa taxa se alterou não somente à medida que novas leis eram sancionadas, mas também pela conjuntura de determinada época. Conforme foi dito, em 1860 as autoridades dobraram o impostos das pessoas cativas traficadas para outra província, no entanto, como é apontado na tabela, nesse ano, não houve nenhum recolhimento de imposto, provavelmente, pela alto valor do mesmo (200\$000 réis). Assim, como as autoridades voltaram atrás em relação

⁹⁵ Relatório de Presidente de Província da Paraíba, 1862, p. AD-12. Disponível em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 set. 2015.

a esse valor, e diminuíram drasticamente a quantia do imposto para 25\$000 réis, pelo menos alguns negociantes e senhores voltaram a pagar os tributos, já que consta uma renda de 400\$000 réis em 1861, provenientes dos impostos sobre a venda de escravizados(as) despachados para outra província.

Por meio do quadro 11 também percebeu-se que a década de 1870 foi marcado pela alta renda recolhida pelos cofres públicos advindos da meia sisa e de impostos de venda de escravizados(as) despachados para fora da província. O maior rendimento da meia sisa foi no ano de 1873, quando foram recolhidos 9: 671\$027 réis, e a maior renda advinda dos impostos de cativos(as) despachados foi no ano de 1879, com 21: 450\$000 réis. Pode-se constatar, assim, que esse aumento nas rendas, referente aos impostos sobre a venda de escravizados(as), se deu a partir de uma maior fiscalização por parte das autoridades, para que os negociantes não burlassem o sistema de impostos, como era comum que fizessem, afinal, eles eram muito rentáveis para província.

Apesar da renda advinda dos impostos de escravizados(as) despachados terem aumentado, principalmente a partir de 1873, os impostos de meia sisa foram desde meados do século XIX até o fim dos anos de 1870, uma das principais fontes de renda da província da Paraíba do Norte, conforme pode-se observar no quadro que se segue:

Quadro 12: Valores dos rendimentos da província da Paraíba em 1850

RENDIMENTOS PROVINCIAIS RECOLHIDOS AO COFRE D'ADMINISTRAÇÃO DE RENDA DA PARAHYBA, 1850														
	Cidade.	Livram.	Mamang.	Pilar	Ingá	Banan.	Indep.	C. de Areia	Campina	S. João	Catolé	Patos	Souza	Total
Meia sisa de escravos	----	4975500	----	242\$750	43\$237	244\$117	376\$755	110\$000	78500	160\$750	----	252\$090	177\$250	2.111\$859
Selo de heranças e legados	----	----	----	----	3678026	32\$852	173\$284	62\$5000	----	----	----	288\$144	1.481\$306	
Decima dos Predios Urbanos	1.626\$720	75\$185	----	----	50\$444	----	281\$559	187\$000	----	----	----	----	2.221\$208	
Imposto das Carnes	----	----	1.300\$000	285\$000	----	----	169\$000	94\$000	----	----	----	----	1.848\$000	
Idem sobre Boticas	20\$000	----	----	----	----	10\$000	----	----	----	----	----	----	30\$000	
Idem idem de Cal	30\$000	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	30\$000	
Idem idem de Olerias	8\$000	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	8\$000	
Idem idem de Tavernas	274\$000	56\$600	----	28\$000	----	44\$400	163\$000	63\$000	----	163\$000	----	441\$800		
Idem idem de Alambiques	299\$000	36\$000	70\$000	----	30\$000	20\$000	36\$000	----	----	----	----	491\$400		
Idem idem tendas e oficinas	18\$000	----	----	----	----	12\$000	----	----	----	----	----	42\$000		
Idem Curraes de Pescaria	24\$000	14\$000	----	----	----	----	----	----	224\$000	----	----	38\$000		
Idem Engenhos e Engenhocas	----	----	----	20\$000	10\$000	70\$000	10\$000	----	----	----	110\$000			
Bens do Evento	----	----	----	----	----	15\$000	----	----	----	224\$000	----	224\$900		
Multa por infrações de regul.	----	----	----	----	----	66\$272	252\$299	----	----	----	----	----	15\$000	
Restituição	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	20\$920	20\$920		
Dívida activa	----	----	----	----	----	572\$636	277\$332	----	345\$376	68\$978	----	----	318\$871	
Imposto sobre coqueiros	12\$140	67\$000	32\$400	----	----	572\$636	277\$332	----	1.402\$132	332\$400	506\$126	68\$978	268\$000	486\$314
Rendas não classificadas	76\$000	20\$000	745\$985	1.300\$000	527\$750	604\$979	306\$969	1.844\$233	2.288\$260	203\$000	2.288\$260	203\$000	10.885\$126	111\$540

Fonte: Quadro baseado na tabela de rendimentos da província, retirado do Relatório de Presidente de Província de 1851, n. 224 (Grifos nossos). Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu.br/brazil/provincial/para%C3%ADba/> Acesso em: 10 setembro. 2015.

O quadro 12 demonstrou que entre os rendimentos recolhidos pela província da Paraíba do ano de 1850, os impostos de meia sisa ocupam o segundo lugar entre os rendimentos da província, com 2:111\$850, perdendo apenas para “Decima de prédios urbanos”, com 2:221\$ 208, portanto, com uma diferença de pouco mais que 100\$000 réis. Nos anos subsequentes observamos uma constância nessa afirmação, na qual a renda advinda dos impostos de meia sisa fica entre os tributos mais altos recolhidos pela província da Paraíba até o ano de 1879, quando esses dados não aparecem mais nos relatórios de presidente de província.

Conforme mencionado, os valores dos impostos de escravizados e escravizadas despachados para fora da província variou de acordo com as novas leis que eram promulgadas ao longo da segunda metade do século XIX. Outro item que foi analisado em nossa pesquisa foi em relação ao preço do imposto da população escravizada e comercializada para outra província ao longo dos anos pesquisados, conforme apresentou-se no quadro 13.

Quadro 13:Valor do imposto de cada escravizado(a) despachado para fora da província da Paraíba (1857-1882)

IMPOSTO DE ESCRAVIZADO (A) DESPACHADO(A) PARA FORA DA PROV. DA PARAÍBA			
ANO	IMPOSTO	ANO	IMPOSTO
1857	100\$000	1869	25\$000
1859	100\$000	1870	25\$000
1861	25\$000	1871	25\$000
1862	25\$000	1880	75\$000
1864	N.C	1881	80\$000
1865	25\$000	1882	80\$000
1868	25\$000		

Fonte: Livros de impostos de escravizados(as) despachados da província da Paraíba do Norte. Anos :1857-1882.
Acervo: APMA

O quadro 13 demonstrou o valor dos impostos em cada ano registrado nos livros de escravizados(as) despachados da província da Paraíba do Norte. Percebeu-se que até o ano de 1859, a meia sisa equivalia a 100\$000 réis. Durante a década de 1860, os anos de 1870 e 1871 (talvez toda a década), e o ano de 1880, a meia sisa teve o valor reduzido para 25\$000 réis. Já a partir do ano de 1881, a meia sisa custou 80\$000 réis, e talvez tenha seguido nesse valor, ou mesmo aumentado de valor até o fim da escravidão. Na província de Pernambuco não foi

diferente. Em estudos sobre o tráfico interno na província pernambucana, Josué Barbosa (1995) notou que o imposto de meia sisa também variou no decorrer do século XIX. Em 1839, tinha o valor de 5\$000 réis, em 1855 de 100\$000 réis, e em 1859, de 20\$000 réis, permanecendo esse valor até o último ano pesquisado pelo autor (1871). Assim, percebeu-se que mesmo que ambas as províncias tivessem o objetivo de tentar frear o fluxo migratório do norte para o sul, além de arrecadar novas rendas para o governo, tal taxação se deu de forma diferenciada ao longo dos anos. Enquanto na província da Paraíba era de 25\$000 réis desde 1861, em Pernambuco, o valor de 20\$000 réis permaneceu de 1859 até pelo menos 1871. Pôde-se, então, supor que, tendo a Paraíba um poder econômico inferior à província de Pernambuco, a mesma tenha garantido um rendimento maior para província ao cobrar a taxa de 25\$000 réis, uma vez que, como vimos anteriormente no quadro 12, os impostos de pessoas escravizadas despachadas eram um dos tributos mais altos recolhidos pela província da Paraíba até, pelo menos, o ano de 1879, quando não encontramos mais dados relacionados aos impostos de escravizados(as) despachados(as) na Paraíba oitocentista, nos relatórios de presidente de província.

Conforme foi demonstrado até aqui, os impostos de meia sisa e de cativos(as) despachados tinham valores diferentes, não somente em relação aos anos, mas entre eles. Essa distinção se dava pela simples diferença que sugeria os tipos de tráfico. Enquanto no tráfico intraprovincial a pessoa escravizada permanecia dentro da província, suprindo a mão de obra escrava local vista como necessária para o “progresso” econômico da província da Paraíba, o tráfico interprovincial, despachava os escravizados e escravizadas para outras províncias, agravando então a “falta de braços” relatadas constantemente pelos presidentes da província da Paraíba do Norte.

3.3 “PARA FORA DA PROVÍNCIA”: mercado interprovincial de escravizados (as)



Figura 3: Escravizadas e escravizados em terreiro de uma fazenda de café | Vale do Paraíba, c. 1882
Fonte: FERREZ, Marc (1882) apud ERMAKOF (2004, p. 121-122)

A fotografia chega ao Brasil no mesmo período da ascensão do café, assim, muitos fotógrafos interessavam-se em recriar cenas do cotidiano a partir desse “pano de fundo” (SCHWARCZ, 2011). A imagem que consta na figura 3 é do fotógrafo Marc Ferrez, já mencionado no capítulo 1 desse trabalho, e foi retirada em alguma plantação de café do Vale do Paraíba, em 1882. Ao tentar recriar uma situação cotidiana, percebeu-se como as pessoas em cena estão organizados de maneira que se possa observar todos os detalhes. Do lado esquerdo da imagem notou-se a figura do feitor, este, vestido diferente dos demais, com blusa preta para ter destaque, com o braço levantado, demonstrando estar dando ordens. Foi possível observar que o feitor é o único na fotografia que usa sapatos, indicando assim, que o dito era um negro livre ou liberto. Observou-se que as outras pessoas escravizadas, viu-se que a presença das mulheres tem, aparentemente, uma posição privilegiada, uma vez que aparecem mais mulheres na frente, dando a impressão de que são, se não a maioria, pelo menos tem a mesma quantidade de que homens na foto.

Percebeu-se ainda uma divisão de trabalho entre cativos e cativas na fotografia. Enquanto todos os homens estão trabalhando diretamente com a terra, com enxada nas mãos, a maioria das mulheres está segurando uma cesta nos ombros. De acordo com Dias (2012, p. 362), “nas lavouras brasileiras, os escravos homens eram mais valiosos do que as mulheres em razão de sua maior capacidade de executar trabalhos pesados”. No entanto, como se viu na fotografia, algumas cativas também trabalhavam com enxada, realizando então, o mesmo tipo de tarefa que os homens nas plantações de café. Assim, Dias (2012, p. 364) também reitera que “nos engenhos e nas fazendas, o trabalho das escravas, embora desprezado, chegava a constituir metade dos grupos dos trabalhadores do *eito*; no caso das fazendas do Vale do Paraíba e no Oeste Paulista constituíram 1/3 da mão de obra da lavoura”.

Por meio da fotografia, notou-se então que, as mulheres escravizadas tinham seu papel no cultivo de café no sul do Império brasileiro. Deste modo, depois do fim do tráfico Atlântico em 1850, os grandes fazendeiros de café passaram a recorrer ao norte para suprirem a mão de obra escrava, sendo estas do sexo masculino ou feminino. Anúncios de jornais ainda corroboravam com essa ideia à medida que buscavam “satisfazer diversas encomendas do Rio de Janeiro, d’ora em diante compra escravos e escravas de 10 a 35 annos”⁹⁶. Percebeu-se que a procura por mão de obra escravizada não estava apenas centrada no sexo masculino, mas também no feminino. Além disso, pôde-se supor que assim como vimos na fotografia, as mulheres cativas não eram compradas apenas para trabalhos domésticos como cozinheiras ou para serviços de casa, mas também para trabalharem, juntamente com homens escravizados, nas plantações de café.

Em relação à idade, sendo desejada para compra, as pessoas escravizadas com “10 a 35 annos”. Como já foi dito anteriormente, a partir de 1871 os cativos e as cativas menores de 12 anos não poderiam ser separadas do pai ou da mãe, assim, é por esse motivo que o anunciente também ressaltou que se “compra escravas com filhos, sendo esses captivos”. Por meio dos registros de pessoas escravizadas enviadas para fora da província da Paraíba, foi possível denotar que possivelmente, a Lei foi cumprida no tráfico interprovincial, diferentemente do intraprovincial, como veremos nas próximas páginas.

Relembrou-se que o anuncio ressalta a necessidade de “satisfazer diversas encomendas do Rio de Janeiro”. Por meio da análise de 266 pessoas escravizadas que foram comercializadas para outra província entre os anos de 1857 e 1882, percebeu-se que a maioria dessas pessoas constava na informação como sendo enviadas para a província fluminense. No entanto, isso não

⁹⁶LIMA (s/d) apud *O Despertador*, 29 de setembro de 1874, p. 4, NDIHR.

significou que ficassem no Rio de Janeiro. Anteriormente, viu-se o caso de Archanja e seus filhos Vicente e João, que foram vendidos na Corte do Império para um senhor residente na província de São Paulo, onde, provavelmente iriam trabalhar nas plantações de café.

Também foram registradas outras províncias, além da fluminense, como destino das pessoas escravizadas traficadas, foram elas: Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Ceará, e também constam seis registros que não deixam explícito o destino da pessoa escravizada, informam ser “Rio de Janeiro ou Pernambuco”, talvez por não se saber se a pessoa escravizada em questão poderia desembarcar em Pernambuco, para depois seguir para a província fluminense. É válido destacar que na província da Paraíba, o comércio tanto de importação, como de exportação era realizado via Pernambuco. De acordo com Barbosa (1995), os portos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia e Pernambuco, monopolizavam o tráfego marítimo em suas respectivas regiões, sendo o porto de Recife dominante na região entre Alagoas e Ceará, ou seja, também sobre a província na Paraíba. Ainda segundo o autor, “os portos dominantes controlavam todas as viagens de longo curso, devido à precariedade dos outros portos, obrigando os viajantes a se deslocarem em pequenos navios (ou por via terrestre) até um grande porto para, então, embarcar para viagens mais longas” (BARBOSA, 1995, p.83).

Na província da Paraíba as autoridades lamentavam que “o corpo do comércio desta província não tenha procurado tornar direito o comércio de importação e exportação, que, se o fizesse, tão vantajoso seria para ele como para província, em lugar de se sujeitar ao entreposto de Pernambuco”⁹⁷. Assim, não é improvável deduzir que escravizados e escravizadas tenham sido mandados para província de Pernambuco, para que de lá seguissem para outras regiões do Império brasileiro.

⁹⁷ Relatório de Presidente de Província, 1858, p. 5. Disponíveis em Paraíba: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em: 10 set. 2015.

Quadro 14: Destino dos(as) escravizados(as) comercializados para fora da província da Paraíba (1857-1882).

DESTINO DOS(AS) ESCRAVIZADOS(AS) COMERCIALIZADOS PARA FORA DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA NO SÉC. XIX		
DESTINO	Q	%
RIO DE JANEIRO	222	83,40%
PERNAMBUCO	34	12,80%
PE OU RJ	6	2,20%
MINAS	1	0,40%
CEARÁ	1	0,40%
PARÁ	1	0,40%
ESPIRITO SANTO	1	0,40%
TOTAL	266	100%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos: 1857-1882. Acervo: APMA

A partir do quadro 14 percebeu-se que entre os 266 registros, apenas quatro cativos(as) foram enviados para destinos diferentes de Rio de Janeiro ou Pernambuco, sendo eles: Minas Gerais, Ceará, Pará e Espírito Santo. Apesar da quantidade aparentemente pequena, a existência de destinos diferentes das províncias do “sul do país”, ou seja, fora do eixo Rio-São Paulo, mostram que o comércio interno não pode ser resumido simplesmente em norte-origem e sul-destino. Barbosa (1995) aludiu que nos registros, tanto em entradas, como de saídas de cativos(as) no porto de Recife, existia destinos diversos, como Sergipe, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros.

Na província da Paraíba, encontravam-se os seguintes cativos vendidos para Ceará, Minas, Pará e Espírito Santo, respectivamente: Candido, menor, pardo, despachado por João Luiz Rangel para o Ceará no dia 29 de janeiro de 1859⁹⁸. O segundo foi Manoel, preto de 40 anos, despachado pelo Dr. Joaquim Francisco Vieira de Mello para Minas no dia 24 de março de 1881⁹⁹. Para o Pará seguiu Bartholomeo, pardo, de 41 anos, despachado pela Cahn Frères e Cia em 29 de março de 1888¹⁰⁰. E por fim, Raymundo, pardo, de 23 anos, despachado por João Luis Teixeira para o Espírito Santo no dia 20 de outubro de 1881¹⁰¹. Percebemos que Bartholomeo foi despachado para o Pará por uma companhia. Diferentemente dos registros do tráfico intraprovincial de pessoas escravizadas, nas listas de cativos(as) despachados não

⁹⁸ Livro de Meia Sisa – 1859. APMA.

⁹⁹ Livro de Meia Sisa – 1881. APMA.

¹⁰⁰ Livro de Meia Sisa – 1881. APMA.

¹⁰¹ Livro de Meia Sisa – 1881. APMA.

constam os nomes dos vendedores e compradores, mas sim, o nome dos despachantes. Entre os despachantes notamos a presença de companhias despachando cativos(as), foram elas: Castro Irmãos e Cia, que despachou um escravizado(a); Ricardo Monteiro e Cia despacharam dois; Cahn Fréres e Cia, despacharam quatro, e Alberto Naz e Companhia, despacharam 20 escravizados(as).

Para Pernambuco seguiram 34 escravizados(as) (12, 8%), para “Pernambuco ou Rio de Janeiro” 6 registros (2,2%), mas a significativa maioria foi enviada diretamente para a província fluminense, cerca de 83, 4% das pessoas traficadas. A maioria de escravizados(as) enviados da província da Paraíba para o Rio de Janeiro pode ser justificado por ser a província Fluminense, a maior produtora brasileira de café ao longo do século XIX. De acordo com Motta (2012), “os cafés fluminenses responderam por mais de dois terços do total (67,2%), os de Minas Gerais por 16,1%, os de São Paulo por 10,8%, cabendo às províncias do Espírito Santo e da Bahia parcelas bem menos expressivas” (p. 23).

Em relação à idade da população escravizada e comercializada para fora da província, apresentou-se o quadro abaixo.

Quadro 15: Idade dos(as) escravizados(as) comercializados para fora da província da Paraíba (1857-1882)

IDADE DOS(AS) ESCRAVIZADOS(AS) COMERCIALIZADOS PARA FORA DA PROV. DA PARAHYBA								
DÉCADAS DO SÉC. XIX	QUANTIDADE				PORCENTAGEM			
	0-14	15-39	40>	N.C	0-14	15-39	40>	N.C
ANOS 50	5	9	0	3	29,40%	52,90%	0,00%	17,70%
ANOS 60	17	74	0	7	17,40%	75,50%	0,00%	7,10%
ANOS 70	5	10	0	0	33,30%	66,70%	0,00%	0,00%
ANOS 80	36	90	10	0	26,50%	66,20%	7,30%	0,00%
Total	63	183	10	10	23,60%	68,80%	3,80%	10,30%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos: 1857-1882. Acervo: APMA.

De acordo com os registros, assim como no tráfico intraprovincial da Paraíba, a maioria dos(as) cativos(as) vendidos para outra província tinham idade entre 15 e 39 anos. Conforme apontou o quadro 14, 68,8% das pessoas escravizadas foram comercializadas entre essas idades, já com a idade entre 0-14 anos foram vendidos 23,6%, com 40 anos ou mais, 3,8%, e em 10,3% dos registros, nada consta em relação à idade dos mesmos. Mais uma vez reiterou-se a ideia de que algumas informações não constam nos registros por opção da pessoa que a escrevia, ou por desatenção. Além disso, houve ainda a possibilidade de que, nem quem registrava, nem o senhor

que vendia, e nem o(a) escravizado(a) que estava sendo vendido soubessem da sua idade. Inclusive, em alguns registros a idade não é informada com exatidão, por exemplo, constavam como “20 a 30 anos”, “40 a 50 anos”.

Em relação às crianças cativas menores de 12 anos, e comercializadas depois da Lei Rio Branco em 1871, percebeu-se que as mesmas foram vendidas juntamente com outro escravizado ou outra escravizada, como o cativo João, filho de Archanja, cativa que já foi mencionado anteriormente. Em 14 de fevereiro de 1880, João, pardo, de 11 anos de idade foi despachado por José Cavalcante Bezerra de Menezes para o Rio de Janeiro, juntamente com Archanja de 38 anos, parda e com Vicente, de 18 anos, também pardo¹⁰². No livro de registro de imposto de escravizado(a) despachado da Paraíba não informa se existe grau de parentesco entre esses escravizados e a escravizada, no entanto, o registro da compra da cativa Archanja e seus filhos na Corte do Império aponta que a escravizada Archanja era mãe tanto do cativo João, como também do cativo Vicente, e que portanto, a venda, nestes casos, estava cumprindo a lei vigente.

Em 03 de abril de 1880, Vicencia, parda, de 11 anos e Antonio, pardo, de 16 anos foram despachados por José Rufino de Souza Rangel para o Rio de Janeiro¹⁰³, no entanto, eles não aparecem no mesmo registro. Assim, não podemos supor, como no caso de João e Archanja, que eles eram parentes, e se fossem, a idade deles só poderia indicar que no máximo, eram irmãos. Sendo assim, essa venda, ou trata-se de uma comercialização ilegal, ou, que Vicencia e Antonio eram irmãos (ou outro grau de parentesco), e que mãe e o pai de Vicencia poderiam ter falecido, ou vendidos antes da Lei de 1871. É importante ainda destacar que, apesar de não constar se houve ou não tráfico de menores, pensou-se que este pode ter ocorrido por via ilegal, como já foi destacado anteriormente. Assim, ao serem enviadas para outras províncias, essas crianças cativas teriam que formar novas estratégias de sobrevivência e criar novas redes de solidariedade e sociabilidade para sobreviverem nesse novo cenário, na maioria das vezes, muito diverso do qual estavam acostumados.

Com intuito de perceber mais sobre quem eram as mulheres cativas traficadas para fora da província, foi elaborado o quadro 16 apontando como se deu ao longo dos anos pesquisados, o processo de compra de escravizados do sexo feminino em comparação com o masculino.

¹⁰² Livro de Meia Sisa – 1880. APMA.

¹⁰³ Livro de Meia Sisa – 1880. APMA.

Quadro 16: Sexo dos(as) comercializados(as) comercializados para fora da província da Paraíba (1857-1882)

SEXO DOS(AS) ESCRAVIZADOS(AS) VENDIDOS PARA FORA DA PROV. DA PARAHYBA								
ANO	QUANTIDADE			PORCENTAGEM			TOTAL	
	FEM	MAS	N.C	FEM	MAS	NC	Q	%
1857	3	8	0	27,30%	72,70%	0%	11	4,10%
1859	2	4	0	33,30%	66,70%	0%	6	2,30%
1861	6	3	0	66,70%	33,30%	0,00%	9	3,40%
1862	11	24	0	31,50%	69%	0,00%	35	13,20%
1864	3	21	1	12%	84%	4%	25	9,40%
1865	3	4	0	42,90%	57,10%	0%	7	2,60%
1868	0	3	0	0,00%	100,00%	0%	3	1,10%
1869	6	13	0	31,60%	68,40%	0,00%	19	7,10%
1870	2	8	0	20%	80%	0%	10	3,80%
1871	1	4	0	20%	80%	0%	5	1,90%
1880	47	82	0	36,40%	63,60%	0%	129	48,50%
1881	0	6	0	0%	100%	0%	6	2,20%
1882	0	1	0	0%	100%	0%	1	0,40%
TOTAL	84	181	1	31,60%	68,00%	0,40%	266	100%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos: 1857-1882. Acervo: APMA

De acordo com o quadro 16, percebemos que diferentemente do tráfico intraprovincial, a porcentagem entre escravizados e escravizadas traficadas parece ser bem maior. Enquanto no tráfico intraprovincial os cativos de sexo masculino tem uma porcentagem equiparada com a porcentagem de cativas do sexo feminino, o interprovincial apresenta uma diferença bem marcante, correspondendo a 68% os registros dos escravizados do sexo masculino, 31,6% do sexo feminino, e apenas em 0,4% dos registros não foi possível verificar informações sobre o sexo do(a) escravizado(a). Mais uma vez esses dados pareceram corroborar com a historiografia brasileira acerca do tráfico interprovincial de escravizados(as), do qual afirmam que a maioria da população escravizada traficada era do sexo masculino. De acordo com Conrad (1985),

Como no tráfico escravista africano, os homens transferidos dentro do Brasil depois de 1850 provavelmente superavam em números as mulheres na proporção de 2 para 1. [...] Essa tendência para transferir os escravos potencialmente mais produtivos resultou, naturalmente, em um predomínio relativo de homens jovens na força de trabalho das províncias importadoras, e em um processo de envelhecimento e feminilização entre as populações escravas sobreviventes nas regiões exportadoras (p. 192-193. Grifos nossos).

Além de Conrad (1995), outros estudos recentes também apontam para esse cenário. De acordo com estudos sobre o tráfico interprovincial em Mariana, Flausino (2006, p. 81)

conclui que os escravistas preferencialmente compravam escravizados adultos e do sexo masculino, como acontecia no tráfico internacional. No entanto, quando foi verificada a porcentagem da população escravizada, em relação ao sexo, do censo de 1872, percebemos que a maioria era de cativos do sexo masculino¹⁰⁴. Ora, se “depois de 1850 provavelmente superavam em números as mulheres na proporção de 2 para 1” os cativos do sexo masculino despachados para outra província, então a população escravizada paraibana teria que ser predominantemente feminina. Então, qual a explicação para esta questão?

Pensou-se que, possivelmente, um número significativo de mulheres escravizadas tenham acompanhado seus senhores para outras províncias, conseguindo evitar o pagamento dos impostos, como já foi observado que deveria ocorrer frequentemente. Como as autoridades certamente sabiam que os senhores da província do sul tinham maior preferência por escravizados do sexo masculino, provavelmente estivessem mais preocupados em fiscalizar esse tipo de transação e a saída de cativos do sexo masculino. Assim, enquanto os senhores e os negociantes de homens escravizados, na maioria das vezes, pagavam os tributos impostos pelo governo provincial, as mulheres cativas eram negociadas “por debaixo dos panos” e entre as brechas da lei.

Voltando ao quadro 16 também pôde-se perceber outras informações importantes, como a porcentagem da população escravizada traficada em cada ano pesquisado. Percebeu-se assim, que o ano de 1880 foi o que mais comercializou cativos(as), com 129 registros, equivalente a 48,5% do total. O segundo ano em que mais se comercializou escravizados(as) para fora da província foi o de 1862, correspondendo a 13,2% do total dos registros, seguido de 1864 com a porcentagem de 9,4% e 1869 correspondendo a 7,1% dos registros. Os outros anos variam entre 4,1% e 0,4%. Em sua pesquisa sobre o tráfico interprovincial de escravizados(as) em Rio de Contas, na Bahia, Pires (2009) observou que a década de 1880 foi o período em que menos se comercializou cativos(as), tendo uma queda de 84% nas negociações se comparada à década de 1870. Tal discrepância entre as regiões nos fizeram levantar algumas questões. Primeiro, ao serem analisados os registros na província da Paraíba entre as décadas foi percebido que a população escravizada foi mais recorrentemente comercializada na década de 1860, no entanto, como supõe se isso de fato ocorreu se só constam nos registros pesquisados os anos de 1857 e 1859 na década de 1850, 1870 e 1871 na década de 1870, e 1880, 1881 e 1882 na década 1880. Os registros pesquisados podem estar incompletos, tanto em relação ao número de cativos(as) por ano, tanto em relação aos anos que não constam no registros. Segundo, enquanto constam

¹⁰⁴ No censo de 1872 a população escravizada era de 22.070, entre ela, 11.181 do sexo masculino e 10.889 do sexo feminino.

129 escravizados(as) comercializados(as) no ano de 1880, em 1881 e 1882, juntos informam apenas sete escravizados(as) traficados para outra província. Para isto, Conrad (1978) destaca que,

Em meados de dezembro [de 1881] a assembléia provincial do Rio de Janeiro, [...] já criara um imposto de 1:500\$000 (aproximadamente o preço de um escravo caro) em cada cativo vindo de outras províncias. O objetivo da Lei, explicou o *Jornal do Comércio*, era ‘impedir’ que se agravasse... a anomaliada desigualdade da repartição da população escrava entre as diversas secções do território nacional (p. 210. Grifos nossos).

Assim, foi possível notar que essa queda no número de escravizados(as) traficados(as) para fora da província da Paraíba pode ter ocorrido pela criação desses impostos, que foram também adotados nas províncias de São Paulo e de Minas Gerais, logo após da aplicação no Rio de Janeiro. Foi válido destacar que tal procedimento se deu a partir do incentivo dos próprios senhores de escravizados(as), uma vez que, esses acreditavam que com o esvaziamento de cativos(as) no norte, essas províncias não demorariam a se tornar abolicionistas, e assim, “com seus votos unidos, eliminariam a escravidão em toda nação” (CONRAD, 1978, p.210).

Pires (2009, p.40) destaca que “mesmo que o contrabando fosse mantido, essas medidas fiscais e legislativas desfecharam um amplo golpe ao tráfico interprovincial e talvez expliquem a redução das vendas de escravos a partir de 1881”. Além disso, a referida autora ainda destaca que na última década da escravidão, muitos senhores que, desconfiados da aproximação da abolição, aliado às dificuldades econômicas, passaram a investir em outras atividades mais rentáveis, uma vez que o preço das pessoas escravizadas era bastante elevado, sendo comparado ao valor de gados, casas e até de sítios (PIRES, 2009, p. 125). No entanto, valeu ressaltar que foi somente com a Lei Saraiva-Cotegipe em 1885, que o(a) escravizado(a) se tornou intransferível para outra província que não fosse matriculado.

3.3.1 Perfil das cativas traficadas para fora da província da Paraíba do Norte

Ao se analisarem os registros de meia sisa, viu-se que apesar das mulheres cativas no tráfico interprovincial apresentarem uma menor porcentagem do que no tráfico intraprovincial, percebeu-se que as mulheres escravizadas também eram procuradas para serem importadas para outra província, como aponta o anúncio publicado em LIMA (s/d) apud *O Despertador*, 29 de setembro de 1874, abaixo.

O abaixo assignado, para satisfazer diversas encomendas do Rio de Janeiro, d'ora em diante compra escravos e escravas de 10 a 35 annos de idade. Compra escravas com filhos, sendo esses captivos e também compra os serviços de duas boas escravas para servirem 6 annos e no fim desse tempo dar-lhe completa liberdade. Paga-se escravos a bom preço, conforme as habitações que tiverem. José de Oliveira Bastos (p. 4. NDIHR. Grifos nossos).

Recorreu-se, mais uma vez, ao anúncio do jornal *O Despertador*, já mencionado anteriormente, para enfatizar que de acordo com o anúncio, para satisfazer as encomendas do Rio de Janeiro, comprava-se tanto escravizados como escravizadas. Além disso, também comprava-se mães cativas, se os mesmos fossem também cativos. Desta forma, apresentaram-se alguns dados acerca das mulheres cativas, como cor e idade, mas também, alguns registros, para tentar demonstrar como eram e de quem se tratavam as mulheres escravizadas comercializadas para fora da província da Paraíba.

O quadro a seguir apresentou a cor/origem racial das cativas que foram vendidas para outra província.

Quadro 17: Origem Étnico-racial/Cor das escravizadas comercializadas na província da Paraíba (1857-1882)

ORIGEM ÉTNICO-RACIAL DAS ESCRAVIZADAS COMERCIALIZADAS PARA FORA DA PROV. DA PARAHYBA		
COR	Q	%
PARDA	34	40,50%
PRETA	31	36,90%
NADA CONSTA	16	19%
CABRA	2	2,40%
MULATA	1	1,20%
TOTAL	84	100%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos: 1857-1882. Acervo: APMA

Conforme apontou o quadro 17, encontrou-se 84 escravizadas nos registros da população escravizada despachada. Percebeu-se que enquanto no tráfico intraprovincial a maioria dos registros nada consta em relação à origem étnico-racial/cor das escravizadas (74, 9%), entre as que foram despachadas para fora da província da Paraíba tal dado é informado, conforme é demonstrado no quadro 15. Supôs-se, assim, que ao registrar o(a) escravizado(a) a ser despachado para outra província, preocupavam-se em melhor descrever às informações sobre o(a) cativo(a). Deste modo, foi notório que a maioria das escravizadas tinham cor “parda”, correspondendo a 40,5% dos registros, seguida de “preta”, correspondendo a 36,9%, e só então

“nada consta”, com 19%. Também apareceram nos registros a cor “cabra” (2,4%), e cor “mulata” (1,2%).

Pôde-se também fazer outra comparação acerca das escravizadas no tráfico intraprovincial. Enquanto que no tráfico interprovincial, a maioria das mulheres são “pardas”, no tráfico intraprovincial as mulheres “pardas” estão em terceiro lugar em número de escravizadas comercializadas, atrás de “mulata” e “crioula”. Tal situação pode não dizer nada, mas também pode indicar que desejava-se escravizadas com a cor “mais clara”, para que fossem mandadas para o Rio de Janeiro, uma vez que, das 84 mulheres comercializadas para Corte, 73 foram enviadas para o Rio. Lá, talvez algumas cativas ocupassem trabalhos relacionados aos serviços de casa, enquanto que a maioria dos cativos eram enviados para o serviço de lavoura. Independentemente do local para onde fossem transferidas, é provável que tivessem preferências por cativas “pardas” com intuito de comercializarem apenas com cativos(as) ladinos(as), ou seja, nascidos(as) no Brasil.

No quadro 18 apresentaram-se dados em relação às escravizadas comercializadas para fora da província da Paraíba.

Quadro 18: Idade das escravizadas comercializadas na província da Paraíba na metade do século XIX

IDADE DAS ESCRAVIZADAS COMERCIALIZADAS PARA FORA DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA								
DÉCADAS DO SÉC. XIX	QUANTIDADE				PORCENTAGEM			
	0-14	15-39	40>	N.C	0-14	15-39	40>	N.C
ANOS 50	1	3	0	1	20,00%	60,00%	0,00%	20,00%
ANOS 60	5	21	0	3	17,20%	72,50%	0,00%	10,30%
ANOS 70	1	2	0	0	33,30%	66,70%	0,00%	0,00%
ANOS 80	12	34	1	0	25,50%	72,40%	2,10%	0,00%
Total	19	60	1	4	22,60%	71,40%	1,20%	4,80%

Fonte: Livros de meia sisa da província da Paraíba do Norte. Anos: 1857-1882. Acervo: APMA

A análise do quadro 18 e a comparação com o quadro 6 (página 77) já apresentado, tornou possível relacionar às escravizadas que foram traficadas dentro da província da Paraíba, percebeu-se que em ambos os comércios, o número de cativas com idade entre 0-14 anos vendidas foi equiparado, tendo no tráfico intraprovincial 22% e no interprovincial 22,6%. Já a comercialização de cativas com 40 anos ou mais, variou a depender do tipo de tráfico. Enquanto no tráfico intraprovincial essas aparecem em 17,2% dos registros, no tráfico interprovincial aparecem 1,2%. E essa é uma diferença significativa. Pensou-se que para o tráfico dentro da província da Paraíba, as cativas mais “velhas” eram mais facilmente comercializadas, com essa idade elas ainda poderiam realizar serviços da casa e/ou vender produtos pela cidade.

No entanto, para serem levados para o Rio de Janeiro, por exemplo, as mulheres com 40 anos ou mais teriam que enfrentar uma longa jornada, assim, talvez a relação “custo-benefício” não interessaria ao traficante, que venderia a escravizada por um preço menor, em comparação à escravizada de outra faixa etária. Além disso, os traficantes preferiam escravizados(as) com maior vigor físico, uma vez que os senhores das províncias tinham maior interesse na força de trabalho forte, para subsidiar a expansão do café.

Nos registros foram encontrados apenas uma cativa vendida para fora da província com a idade entre 40 anos ou mais, trata-se de Ritta. Parda, com 45 anos de idade, Ritta foi despachada por Jacinto Pedro e Mello, para o Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1880¹⁰⁵. Nas listas referentes ao tráfico interprovincial da Paraíba não constam o valor do(a) escravizado(a) despachado(a), por isso, não foi possível identificar por quanto Ritta foi vendida na Corte, no entanto, sabemos que o valor da meia sisa era o mesmo, independentemente da idade ou sexo do(a) escravizado(a). No entanto, por meio dos registros do tráfico intraprovincial, e da própria historiografia, sabe-se que as cativas, do sexo feminino, com idade de 40 anos ou mais, na maioria das vezes eram vendidas com preço inferior, primeiro por ser mulher, segundo pela idade. Para Pires (2009, p. 40), “principalmente no auge do tráfico interprovincial, os seus preços [das mulheres] mostraram-se inferiores aos dos homens, indício de uma preferência destes últimos para pesados serviços exigidos na lavoura”.

A maioria dos registros informou que em 71,4% das escravizadas foram comercializadas entre 15 e 39 anos. Assim, confirmamos a preferência dos comerciantes por escravizadas com esta idade. O anúncio publicado no jornal *O Publicador*, 13 de Julho de 1864, abaixo corrobora mais uma vez com tal preferência, vejamos que o anunciante deseja comprar uma “escrava de 20 a 30 annos”.

Quem tiver uma **escrava de 20 a 30 annos**, que a queira vender, dirija-se a esta typographia, que se lhe dirá quem a compra; **advertindo que não é para fora desta cidade** (Grifos nossos).

O anúncio do jornal *O Publicador*, além de comunicar que quem tiver alguma escravizada entre 20 a 30 anos para vender, que procure a Tipografia do jornal¹⁰⁶, também ressaltava que a cativa que será comprada “não é para fora desta cidade”. Logo, não se tratava de uma compra para o tráfico interprovincial. Mas pôde-se perceber como a compra de escravizados(as) para fora da cidade ou Província estava muito presente na sociedade paraibana

¹⁰⁵ Livro de Meia Sisa – 1880. APMA.

¹⁰⁶ A tipografia do Jornal *O Publicador* localizada na Cidade Alta da cidade de Paraíba, rua Direta e número 20.

oitocentista. Esse anúncio também fez questionar a causa dessa ressalva no anúncio: porque enfatizar que a escravizada não sairia da província?

Entendeu-se que na relação entre escravizado(a) e seu senhor ou senhora “havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos” (REIS; SILVA, 1989, P. 7). Assim, teve-se que o anúncio comunica que a cativa não sairá da cidade, uma vez que nesta cidade, ela pode ter laços de solidariedade e sociabilidade, e/ou familiares. Apesar da existência dessa negociação, soube-se que muitos escravizados e escravizadas foram separados(as) de seus laços familiares e sociais ao longo do período escravista. Pensou-se que mulheres entre 20 e 30 anos poderiam ter filhos(as), e/ou companheiro, de um casamento “legítimo”, ou seja, realizado perante a igreja, ou não, além de laços de sociabilidade e solidariedade. Assim, essas argumentariam a seus proprietários que não as separassem de seus familiares. Muitas vezes essas negociações não chegavam ao acordo que as escravizadas desejavam, talvez porque elas não estavam satisfeitas com a localidade em que se encontravam, ou com o senhor ou senhora que tinham que servir, ou simplesmente pelo desejo de serem livres e pela própria opressão do sistema escravista. Seja como for, e bem como Chalhoub ([1990]2011) indicou, a população escravizada tinha sua própria leitura acerca do tráfico interno e tomou suas decisões dentro dessas negociações que podiam ocasionar diversas formas de se opor a condição imposta a elas, como insubordinações e fugas, afinal, o fato é que as escravizadas sabiam perfeitamente para onde não queriam ir.

4 MULHERES CATIVAS RESISTINDO À ESCRAVIDÃO NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1860-1888): fugas em busca de liberdade e de outras experiências sociais

No período estudado foi possível notar que diversos acontecimentos que culminaram com o aumento do preço de pessoas escravizadas. A segunda metade do século XIX foi marcada por um processo gradual e lento de decretos e leis, além das próprias ações da população escravizada, que resultaram no fim do sistema escravista em maio de 1888¹⁰⁷. Além disso, conforme discutido até aqui, destacamos a grande procura, por parte do sul do Império brasileiro, de escravizados(as) para trabalharem, principalmente, nas fazendas de café, cujo produto estava em ascensão econômica.

Entendendo a conjuntura do período, foi possível denotar que há uma valorização da mão de obra escrava, e uma real ameaça para a população escravizada, de serem levados para fora de sua província, de sua cidade, e de seus entes queridos, e para onde teriam, provavelmente, uma vida mais dura nas fazendas de café. Para se contraporem a tal situação, os escravizados e as escravizadas procuravam diversas formas de reação para inibir suas transferências para outras províncias ou cidades. De acordo com Lara (1989, p. 9),

Se durante o tráfico Atlântico as possibilidades de ação e de intervenção dos escravos eram nulas, nas vendas subsequentes, eles, muitas vezes acabavam por participar de sua própria negociação, do mesmo modo que antes barganhavam as condições de trabalho e de sobrevivência.

Deste modo, as pessoas escravizadas utilizavam de práticas variadas para tornar a venda impraticável, ou para fugir de senhores que as desagradasse, como: negociar com seus senhores para que outra fosse vendido em seu lugar; procurar padrinhos para os protegerem ou até mesmo que as comprasse; fugir até mesmo quando a venda estava acertada; praticar ações mais violentas como assassinato de feitores e senhores; ou seja, utilizavam de várias estratégias, inclusive da própria conjuntura para conseguir ampliar e barganhar maiores espaços de liberdade.

Ao analisar a atitude dos(as) próprios(as) escravizados(as), Sidney Chalhoub (2011[1990], p. 35) afirmou que “nas declarações dos escravos, portanto, o que parece estar em jogo não é uma fuga coletiva, uma tentativa desses negros de escapar da sua condição de cativos

¹⁰⁷ Destacamos as seguintes determinações legais: Lei Eusébio de Queiroz de 1850, Lei Rio Branco de 1871, também conhecida como “Lei do Ventre Livre”, Lei dos Sexagenários de 1885 e Lei Áurea de 1888, que finalmente abolia da escravidão.

e, sim, a afirmação de que se negavam radicalmente a serem vendidos para o interior". Acreditou-se que as escravizadas na província da Paraíba também utilizavam a fuga como meio de buscar melhores condições de vida. Assim, apesar de não terem sido encontrados relatos de fuga motivadas pela negação de transferência por meio da venda, foi entendimento da pesquisa que esse pode ter sido um motivo real, embora não aparecesse explícito na fonte, assim, considerou-se relevante narrar as ações de resistências das cativas que recorreram à fuga para obter liberdade.

4.1 CAMINHOS DA LIBERDADE: as possibilidades de se tornar liberta

Primeiramente, foi necessário perceber que no Brasil oitocentista, a população escravizada poderia recorrer a diversos caminhos para alcançar a liberdade. Tais percursos poderiam ser feitos de maneira ilegal, por meio de fugas, por exemplo, ou por dispositivos legais, como alforrias e ações de liberdade. Nesse capítulo, pretendeu-se utilizar os anúncios de fuga nos jornais paraibanos para compreender como se dava o processo de resistência pelas escravizadas. No entanto, tornou-se também importante a análise breve de algumas características referentes aos processos legais para obter liberdade na província da Paraíba.

As cartas de alforria e as ações de liberdade eram dispositivos legais para conquista da liberdade. As alforrias eram obtidas de três maneiras: por meio de cartas, testamentos ou em pia batismal, e podiam ser gratuitas, sob condição ou com ônus, - nesses casos o escravizado e/ou a escravizada devem pagar determinada quantia em dinheiro de uma vez ou parcelado, ou ainda comprando outro escravizado para seu(sua) senhor(a) (MATTOSO, 1982, p. 180). Foi interessante destacar que as alforrias podem demonstrar como os proprietários de pessoas escravizadas utilizavam as concessões de liberdade para corroborar com a manutenção do sistema escravista. Ou seja, os senhores estimulavam a população escravizada a apresentarem um bom comportamento ao invés de tentarem fugir ou se rebelar, alegando que a obediência ao senhor era o melhor meio de se obter a alforria.

Em suas pesquisas sobre a província da Paraíba, Galliza (1979) analisou alforrias de nove municípios paraibanos, sendo elas: Cidade de Paraíba (capital da província), Areia, Mamanguape, Piancó, Pombal, São João do Cariri, Bananeiras, Pilar e Guarabira. Na documentação, a autora identificou aspectos distintos na concessão de alforrias.

1- O senhor alforriava gratuitamente seu escravo, sem lhe impor nenhuma condição; 2- libertava o cativo gratuitamente, mas condicionava sua manumissão à prestação de serviço ao senhor ou aos seus parentes; 3- a aquisição de alforria pelo próprio escravo ou por liberto que, com pecúlio formado com o seu trabalho, comprava a liberdade de parentes mais próximos; 4- manumissão por iniciativa de terceiros, derivada de ação judicial ou obtida com dinheiro dos cofres públicos; 5- finalmente, o legado ou doação de liberdade por testamento (p. 142).

Veja-se que existiam várias maneiras da população cativa receber sua alforria, e por vários tipos de documentação. Analisaram-se alguns registros de testamentos da província da Paraíba, em que foi identificada a concessão de liberdade do proprietário para o(a) escravizado(a). O Capitão Antonio Fernandes de Carvalho era português e passou a residir na província da Paraíba provavelmente no final do século XVIII ou início do século XIX. Local em que se casou com D. Anna Cândida Victória dos Prazeres, filha do coronel João Sanches Massa, senhor do Engenho Pacatuba. Através dessa união, Antonio Fernandes Carvalho tornou-se o patriarca da família Fernandes de Carvalho na Paraíba. Além do Engenho de Pacatuba, a referida família era proprietária de outros engenhos como o Pau d’Darco e Boa Vista (na região que hoje compreende os municípios de Cruz do Espírito Santo e Sapé). Em 1853, doente, o capitão mandou chamar o escrivão na sua residência na capital da província, e ditou seu testamento, do qual foi retirado o seguinte trecho, conforme dito em Testamentos- IHGP *apud* RAMOS (2011, p. 20):

Deixo forra minha escrava de nome Romualda pelos bons serviços que me tem prestado, assim como o pai da dita escrava de nome Manoel Piqueno aos quais meus testamenteiros passara as cartas. Declaro que tenho forrado o meu escravo de nome Manoel do Gentio de Angola, por carta que lhe passei (Grifos nossos).

Como dito, a ideia de que a escravizada pode ser libertada pelos “bons serviços prestados” poderia servir para estimular outros escravizados (as) a pensar que o exercício de um bom trabalho prestado ao seu proprietário poderia ser uma estratégia para alcançar a liberdade. De fato, muitos proprietários utilizaram dessa prática para libertar pessoas escravizadas que, possivelmente, mantinham algum tipo de relação afetiva. No entanto, a maioria desses senhores estavam motivados pelo anseio de maior controle social e/ou para extrair o máximo de produtividade dos(as) seus(suas) escravizados(as) (XAVIER, 1996, p. 61). Lima (2013) percebeu que na Cidade da Paraíba, assim como Galliza (1979) em outras cidades paraibanas, as alforrias eram mais de forma gratuita do que pela compra. Esteve-se em concordância com Lima (2013), quando a autora afirma que,

Embora desconheçamos as causas dessa característica, acreditamos que **essa atitude não é gerada somente pela “generosidade” em reconhecimento pelos “bons serviços”, mas pela necessidade de manter laços de dependência que fariam dos recém libertos seus “clientes” até sua morte** (p. 156. Grifos nossos).

Assim, acreditou-se que esse tipo de concessão não estava ligado à generosidade dos senhores, e sim, como aponta Lima (2013), pela “necessidade de manter laços de dependência que fariam dos recém-libertos seus clientes até sua morte”. A mesma autora apresenta o caso da carta de alforria da mulata Luiza, que recebe liberdade “gratuita”, porém, sob condição. Em 1850 (embora registrada apenas em 1856), a proprietária de Luiza, a senhora Francisca Maciel (ou Maria) da Conceição, viúva de Manoel Ferreira Maciel, concedeu liberdade a Luiza por ter lhe “servido a [seu] contento e vontade” e que a “única” condição era que “Luiza morasse com ela e lhe servisse enquanto fosse viva”. Dona Francisca ainda deixou explícito na carta, que, caso Luiza não atendesse a condição exigida na carta de alforria, a proprietária poderia “ir buscá-la em qualquer parte e obrigá-la a cumprir essa condição que impunha para lhe conceder a liberdade”¹⁰⁸.

Outro caso de concessão de liberdade “gratuita” foi o da crioula Eugênia e de suas filhas. Publicado em *Livros de Notas, 1840-1842 apud* Lima (2013, p. 163),

Em 28 de novembro de 1843, a **crioula Eugênia** solicitou ao Tabelião Públco que lançasse em notas a sua carta de liberdade e as de suas filhas menores, **Emília e Maria**, que lhes ‘conferiu seu patrono’, o negociante britânico Carlos Holmes, em agosto de 1843. O senhor de Eugênia comprara-a a Domingos Dias de Melo, e suas filhas eram ‘crias da casa’. As três conseguiram a liberdade ‘gratuitamente’, porém com a condição de servirem e de acompanharem o senhor enquanto fosse vivo e, somente após a morte dele, poderiam gozar de ‘liberdade absoluta’, isso até ‘nova deliberação’ que tomasse (Grifos nossos).

A carta de liberdade condicionada da crioula Eugênia e de suas filhas, além de demonstrar a “condição” que, muitas vezes, o egresso do cativeiro teria que cumprir, ou seja, de acompanhar “o senhor enquanto fosse vivo”, também demonstrou que essa concessão era realizada na maioria das vezes para escravizados(as) “crias da casa”. Em geral, as alforrias gratuitas atingiam os(as) cativos(as) domésticos ou que tiveram uma relação mais próxima do seu proprietário, como: as “crias-da-casa”, ou seja, crianças nascidas e “criadas” sob jugo do senhor, e os (as) escravizados(as) que já tivessem certo tempo de serviço. Vale salientar que muitas vezes essas alforrias eram concedidas em datas importantes para os senhores, como em batismos e casamentos (OLIVEIRA, 1988).

¹⁰⁸ Livro de Nota: Cidade de Souza (Nº33) - IHGP Apud LIMA, 2013, p. 158.

Entre as motivações para se conceder a liberdade também destacam-se as questões religiosas, em que por proximidade da morte, por exemplo, os senhores ou as senhoras libertavam determinada criança em pia batismal. O senhor também concedia liberdade pelos “bons serviços prestados da mãe”, ou por meio de negociações com a família da criança que compraria a liberdade da mesma. No entanto, tais motivações pouco aparecem nos assentos de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, como observamos na transcrição do assento de Lucia. Conforme viu-se em Livro de Batismo, 1854, folha 167, AEPB,

Aos dezessete de setembro de **mil Oitocentos e cinquenta e quatro** na Matriz desta Cidade da Paraíba baptizei e pus os santos óleos a **parvula Lucia, parda, liberta**, nascida em trinta de maio deste corrente ano, filha de Gertrudes, escrava de Antonio Ramos d’Oliveira, o qual disse na minha presença e na das testemunhas abaiixo assinadas que **de sua muito livre e espontânea vontade forrava a dita sua cria de nome Lucia**, e que como forra eu abrisse o assento de batismo dela [...] (Grifos nossos.).

No assento de batismo, o proprietário de Gertrudes (mãe de Lúcia), solicitou ao pároco que a criança fosse batizada como forra por ser de sua “livre e espontânea vontade”. Nesse assento, como na maioria dos registros batismais das crianças libertas na província da Paraíba, nada consta a respeito do motivo da liberdade. Porém, em alguns casos, o pároco especifica a justificação do proprietário para conceder a liberdade em pia batismal. Como no caso do pardo Floripe. No que se viu em Livro de Batismo, 1854, folha 153, AEPB,

Aos vinte de outubro de mil Oitocentos e sincoenta três na Matriz desta cidade de minha licença o padre Eduardo Marcos de Araújo, baptizou solenemente a **Floripe, pardo**, com oito dias de nascido, **filho natural** de Fortunata Maria da Conceição, criola, escrava de D. Maria Alexandrina Gomes da Silva, a **qual senhora [ilegível] declarou que baptizasse o referido parvulo Floripe, declarando no presente assento que era forro, pelos bons serviços que lhe havia prestado a mãe do mesmo baptizandoo** que tudo declaro para maior clareza; foi padrinho Joaquim Ignacio Monteiro e madrinha Cosma Maria das Neves do que para constar fiz escrever este assento [...] (Grifos nossos.).

No referido assento, D. Maria Alexandrina Gomes da Silva, proprietária de Fortunata Maria da Conceição concedeu liberdade a Floripe, filho de sua cativa, devido aos “bons serviços” que a escravizada, mãe do batizando, lhe havia prestado ao longo de sua vida.

Retornando aos estudos sobre as alforrias, destacou-se que a partir de pesquisas com esse tipo de documentação na Paraíba, Galliza (1979) constatou que a maioria delas era concedida às mulheres. A referida autora atribuiu tal afirmação, principalmente, ao fato de que, com o tráfico interprovincial transferindo mais escravizados para outras regiões do Império, a população cativa na província da paraibana tornou-se predominantemente feminina. No

entanto, como vimos no capítulo 1, em 1872 a população escravizada foi catalogada no censo como, 11.181 do sexo masculino e 10.889 do sexo feminino¹⁰⁹, ou seja, foram registrados mais homens do que mulheres cativas na província. Deste modo, acreditou-se em outro argumento, também utilizado por Galliza (1979), de que, por estarem mais próximas dos seus senhores ou senhoras, as mulheres escravizadas tinham melhores possibilidades em estreitar mais as relações com seus proprietários com intuito de conseguirem sua liberdade. Xavier (1996) percebeu em suas pesquisas em cartas de alforria de Campinas – São Paulo, e na bibliografia existente, que em todos os estudos de alforrias brasileiras conhecidos pela mesma, concordam que as mulheres escravizadas eram as que mais recebiam carta de alforria. Para justificar o grande número de cartas de alforrias para mulheres. Regina Xavier (1996) demonstra que uma das hipóteses para,

[...] a maior presença da mulher nas alforrias é a de que ela fosse preferida por representar, através do seu ventre, a reprodução da própria escravidão. Considerando no entanto que nas ações de liberdade, a maioria das libertas eram solteiras, esta preocupação da família escrava com o futuro de sua prole fica matizada. É preciso considerar, contudo, que o fato de não ser declarada uma união legal, não significa que ela não existisse informalmente (p. 41).

Os tipos de fontes analisados por Regina Xavier em Campinas – SP não permitiram que a mesma pudesse identificar essas relações informais. No entanto, a hipótese levantada pela autora é bastante relevante, pois aponta a possibilidade de estratégias dos familiares de escravizados(as), em tentar libertar as mulheres, para que essas futuramente tivessem filhos livres. Xavier (1996) ainda apresentou outras hipóteses sobre essa questão. Assim como Galliza (1979), Xavier acredita que as mulheres tinham maiores possibilidades de estabelecer laços com seus senhores(as), facilitando assim a obtenção de alforrias. Rocha (2007), que examinou as alforrias durante as décadas de 1840 e 1860 na Cidade da Paraíba, também constatou que as mulheres recebiam mais cartas de liberdade que os homens, e também acredita que isso ocorreu por estarem mais próximas dos(as) seus(suas) senhores(as) no exercício doméstico, mas também por terem um menor preço no mercado, se comparadas aos homens. Maria Odila Dias (1984, p. 115), por sua vez afirma que,

¹⁰⁹ Censo da Província da Paraíba de 1872, p. 116-117. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

O relativo desinteresse das autoridades e mesmo dos negociantes mais prósperos por escravas mulheres, **de menor valor comercial**, indiretamente, facilitava o desempenho dos seus papéis comunitários. Enredadas nos laços pessoais muito fortes e conturbados que as ligavam às proprietárias, **era através do desdobramento de relações sociais inerentes ao pequeno comércio ambulante que as escravas reconstruían seus laços primários, para além do espaço doméstico**, chegando a improvisar uma vida comunitária intensa, prática dissimulada de uma resistência que permitia a sua sobrevivência e devolvia a suas vidas a dimensão social, arrebatada pelo tráfico (Grifos nossos).

Assim, percebeu-se que as mulheres que exerciam alguma atividade econômica no meio urbano, poderiam, além de aumentar suas redes de sociabilidade e solidariedade, também tinham maiores chances de acumular pecúlio para a compra de sua liberdade, ou para de terceiros.

Lima (2013) percebeu que os principais motivos para que se concedessem alforrias para mulheres na Cidade da Paraíba, fosse devido tanto aos “bons serviços”, quanto por parentesco, como demonstra a autora, no caso na parda Ignacia. De acordo com a autora, em 1842, a filha da escravizada Martinha, Ignacia, de 18 anos de idade, recebeu a carta de liberdade do seu senhor, e seu “pai natural”, Antônio Vidal da Silva. Notamos então que Antonio Vidal da Silva era o proprietário de ambas, logo, ele era pai e proprietário de Ignacia, que sendo sua mãe cativa, herdou a condição jurídica da mesma. Embora Antonio Vidal da Silva fosse pai de Ignacia, a mesma só conseguiu a carta de alforria comprando-a por meio dos seus “próprios esforços ou, somados, unidos a eles, os esforços dos seus familiares” (LIMA, 2013, p. 160).

Já nos últimos anos da escravidão, o movimento abolicionista pressiona a população para libertarem seus escravizados e escravizadas. Encontrou-se publicado em LIMA (s/d) apud *Diário da Paraíba*, 13 de fevereiro de 1884.

Livro de Honra. A importante casa Comercial dos srs. Pires & Cia **libertou sem ônus algum, 3 escravas, sendo a mais velha de 35 anos de idade; desistindo do direito de 4 ingenuos filhos destas**. É com semelhantes **actos de altruísmos** que a **consciência nacional** lança o seu anathema sobre esta odiosa instituição ainda tolerada pelas Leis do paiz (FCJA. Grifos nossos).

O anúncio acima informou a libertação de três escravizadas, além da desistência da “importante casa Comercial dos srs. Pires & Cia” pelos direitos dos “ingenuos¹¹⁰ filhos destas”. A partir desse momento notamos que ao serem divulgados pelos jornais da província, tanto indivíduos, quanto as casas comerciais, seriam então conhecidos pelos atos de benfeitoria

¹¹⁰ Com a criação da Lei de 1871 a categoria de “ingênuo” foi criada para designar os filhos ou filhas de mães escravizadas nascidos a partir de então. Essas crianças não poderiam ser vendidas, no entanto, permaneceriam nas mãos de seus proprietários até que completassem 21 anos de idade, assim, os senhores utilizavam dessa mão de obra até que fossem finalmente declarados livres (FLAUSINO, 2006, p. 79).

praticados. Assim, ao longo da década de 1880 percebemos como jornais de todo o império passaram a ressaltar as ações “altruistas” dos que libertavam escravizados(as). O *Jornal da Parahyba*, 13 de abril de 1888, publicou:

É louvavel! – O illustre e digno consul paraguaio, o Sr. tenente Floripes Clementino Augusto Rosas e sua Exma consorte **alforriaram sem condição alguma a sua escravizada de nome Francisca**, no dia 29 do mez proximo findo, aniversario natalicio da Serenissima Princesa Izabel. Por nossa parte louvamos o Sr Floripes e sua digna consorte por este acto de **philantropia e fazemos ardentes votos para que todos imitem este distinto abolicionista** (*O Sorriso*, 14 de agosto de 1887, p. 2. IHGP. Grifos nossos).

Liberdades – O nosso presado amigo, Sr. capitão Mathias Carneiro da Cunha **libertou sem onus algum os seus escravos Damasio, Anna e Margarida. Louvando aquele nosso amigo pelo acto de philantropia** que acaba de praticar, muito folgamos de registrar nestas collunas, quasi diariamente, **esses actos de verdadeira e sincera generosidade** (LIMA (s/d) apud. p. 3. IHGP. Grifos nossos).

“É louvavel”, “acto de plilantropia”, “actos de verdadeira e sincera generosidade”, são termos como esses que aparecem nos anúncios de libertação de escravizados(as). Assim, ao longo da década de 1880 notamos que outros jornais do Império passaram a ressaltar as ações “altruistas” dos que libertavam escravizados(as). Percebeu-se que a partir de 1880, os anúncios referentes à compra e venda de cativos(as), bem como os anúncios de fuga, começam a aparecer menos nos jornais desse período, mas não porque a sociedade tenha parado de comercializar pessoas escravizadas, e/ou porque essas tenham parado de fugir, mas sim, por conta da nova posição adotada pela maioria dos jornais.

4.2 “[...] ESCRAVA FUGIDA, QUALQUER PESSOA QUE A APREHENDER E LEVAL- A SEU SENHOR SERÁ GENEROSAMENTE, GRATIFICADO”

Em consonância ao que afirmam Reis e Silva (1989) na afirmação de que havia uma negociação entre cativos(as) e proprietários dentro do sistema escravista, e que quando essa transação falhava, ou nem chegava a ocorrer devido a inclemência do senhor, ocorriam os conflitos. Assim, a fuga tornou-se um significativo ato de resistência por parte dos escravizados e das escravizadas que fugiram por distintos motivos, como violência física e psicológica, separação de familiares e amigos, ou pelo desejo de ser livre. Foi válido ressaltar que desde o período Colonial, a população escravizada buscou meio para resistir às condições impostas, inclusive, praticavam fugas, formavam quilombos, entre outros. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, “as ideias antiescravista e a formação de núcleos urbanos maiores e

próximos a áreas densamente escravistas proporcionaram refúgio material e ideológico aos fugitivos" (REIS; SILVA, 1989, p. 9). Tais fugas poderiam significar uma relativa ruptura ao sistema no qual estavam submetidos.

Realizada a fuga, os proprietários procuravam meios de capturar o(a) escravizado(a) fugitivo(a). Eles contratavam os serviços dos capitães do mato, ou/e também poderiam anunciar em jornais a fuga dos(as) cativos(as), apresentando o maior número de informações possíveis. Os anúncios dos jornais são encontrados de variados tamanhos e formatos. A imagem abaixo elucidou o tamanho do anúncio de fuga em *O Publicador*.

Figura 4: Página com anúncios do Jornal *O Publicador* (1864)

O PUBLICADOR.

4

Notícias, sob os quacs, como cão felpudo, quiz penetrar no recinto da assembleia, onde taes quadrupedes não podem entrar facilmente; mas principalmente pelo descredito saturado de ridículo, em que cahio com o seu discurso, ou sermão de agoardente, no qual asseverou, que *tomou o peso* do major Cabral, que creio disso não se persentio, tal é a destreza do heroe estercometra.

Em verdade, elle jamais se rehabilitará na opinião publica, e pelo contrario, quanto mais vicerá contra seus adversarios, mais conhecido se tornará, principalmente aqui, ondo o ridículo esmagá...

O Sr. Sinimbú, pelos motivos ali por demais conhecidos, declarou afinal, que fazia do reconhecimento de seu *filhole* e *afin* questão de vida e morte, e auxiliado pelos *balões* mais desenvolvidos desta corte, em verdade tornou a questão bem complicada, de sorte que, se não fosse a actividade e recursos do Dr. Aragão e Mello, a constância e dedicação dos nossos amigos, certamente, que por esta vez ainda vingaria o patronato, e essa infeliz província continuaria a sofrer a nefasta influencia dos *vermelhos*, que ficaram inteiramente derrotados.

Honra ao partido liberal *progressista*, que sustentou desde as eleições primárias uma luta de gigantes contra esses egoístas, que costumam usar do emprego de *todos os meios* para seus interesses.

O oitavado Asinio, o conservador *vermelho* e *progressista*, o liberal *ligeiro* e *ultra*, o homem, que oferecia dois votos no senado, os dos Srs. Cunha e Frederico, ao governo, se o tomasse sob sua proteção, cahio sob o esterquilino, que tinha juntado para galgar a uma posição, que lhe não pertencia.

O Dr. Aragão e Mello respondeu à insolente e caluniosa asseveração, que elle aí fazia, de que « elle, por attenções ao Sr. Sinimbú, não se interessaria por seus amigos. » Como cavaleiro pagou com usura essa divida de honra. O Sr. Aragão vingou-se como um heroe, e crei que, se elle mostrasse serios desejos, chegaria a *arrancar-lhe as orelhas*, como lhe prometeu *perante testemunhas*....

Concebo a alegria de que vão possuir-se os bons Parahybanois, isto é, a maioria immensa de meus patrios, e eu sinto, degradado neste Indostão, não poder acompanhá-los nas manifestações de seu legitimo prazer.

Sei que não é somente essa a noticia agradável, de que é portador o *Cruzeiro do Sul*....

A Parahyba tem jus a uma reparação solemne, e el-la começa.

Tenho cumprido o encargo de honra, que me impuz, de noticiar-lhe dia por dia as phases diversas e alteradas dessa questão, cujo resultado nunca foi para mim duvidoso.

LITTERATURA.

Lê-se na Cruz o seguinte:

AMEMOS NOSSA MÃE

I

O coração do homem foi feito para amar.

Privado das consolações da pátria, cada um de nós tem necessidade de uma alma que responda à sua, de um amigo que partilhe suas alegrias, ou que o ajude a conduzir a cruz de suas atribulações.

Esta necessidade é tão imperiosa, que a Divina Providencia approuve relacionar-se com os homens, a fim de ser as nossas vivas complacências. Mas é tão difícil encontrar um amigo verdadeiro, que o espírito nos declara, que acha-lo, é ter um tesouro.

Onde acharemos esse tesouro?

Será na inconstância das criaturas, ou no meio da infelicidade das coisas que passam?

A experencia nos mostra que os amigos da terra são quasi sempre infíciis.

E por isso a palavra do poeta latino será sempre a verdade: em quanto fôres rico, contareis muitos amigos; mas quando a fortuna vos for contraria nem um só acharás.

Elevemos os nossos olhos mais altos, que o nada deste mundo.

O verdadeiro amigo sabeis vós onde riside?

ANNUNCIOS.

Na madrugada do dia 14 de março corrente fugiu da casa de seu senhor a escrava Josephina, com os signaes seguintes: estatura alta, cabellos carapinhos, que se prestão a amarrar, cara hexigosa, boca regular, cor preta, idade 30 annos, pouco mais ou menos. Andava com chales encarnado; levou consigo toda roupa que possue. Supõe-se ter seguido para o Cariri em procura do lugar Boa-Vista, donde é natural, e onde norava os antigos possuidores.

Roga-se ás autoridades policiais, e a todas aquellas pessoas que da referida escrava tiverem conhecimento, juízão ter a bondade de faze-la appreender e mandar levar à casa do Sr. Antonio Vicente de Magalhães no Varadou-se desta cidade, certos de que, além do agracimento, serão generosamente recompensados.

Parahyba 15 de março de 1864.

Nós abaixo assignados fazemos sciente ao respeitável publico, que ninguem faça negocio com o Sr. José Antonio Martins Leal sobre a escrava mulata de nome Maria, e uma casa sita à rua do Tanque n. 10, visto estarem ditos bens hypothecados aos mesmos abaixo assignados por dividas contraihidas em nossa casa comercial.

Parahyba 12 de março de 1864.

Frederico Beuttenmuller & Filhos. (2)

Vende-se na casa de Frederico Beuttenmuller & Filhos alguns livros em muito bom uso por preços comodos.

1 Dicionario frances, de Fonseca.
1 Romance—A cabana de tio Thomaz.
1 Methodo da Flauta por Dorus.
1 Selecta francesa, de Roquette.
1 Grammatica inglesa.
1 Mestre de ingles.
1 Atlas geographic o com 36 cartas corographicas.
1 Romance—A Vigia ou a noite do castello.

Procissão do Senhor Bom Jesus da Pobreza.

Cypriano Antonio Rodrigues, escrivão ezelador perpetuo da irmandade do Senhor Bom Jesus da Pobreza, convida ás irmandas e devotos para comparecerem no dia 20 do corrente ás 3 horas da tarde, na igreja do Rosario, afim de acompanharem a procissão, que tem de haver naquelle dia, ao recolher da qual haverá Misericórdia e sermão pregado pelo Rvn. Dr. Moura. A todos os devotos da mesma imagem pede a coadjuvação de suas esmolas, que serão procuradas antes e depois do dia da procissão. Igualmente pede áquellas devotas que tem de dar anjos, que os mandem para a igreja á hora marcada, afim de que saia cedo aquella procissão, como costume; e recomenda a limpeza das ruas por onde tem de percorrer a mesma procissão.

O administrador deste jornal pede ao Sr. presidente da camara municipal, secretario, procurador, ou quem a isto seja obrigado, o favor de mandar satisfazer a importancia da publicação do edital para convocação do jury em sua ultima sessão do anno passado, cuja conta foi dada em dezembro e até esta data ainda não houve quem informasse de quem se deve receber essa divida.

Vende-se farinha de mandioca em sacas e a retalho no Varadouro, armazem n. 24.

Cal de Lisboa.

Na rua da Ponte n. 48 vende-se cal de Lisboa. (1)

Comprase um quartão castrado que tenha andares; quem tiver e quizer vender nesta typographia se dirá quem compra.

Attention.

Os bilhetes da 1.ª loteria de N. S. do Rosario, já estando expostos á venda, na rua do Varadouro em casa do Sr. Fernando Antonio de Menezes, na rua Direita no Bazar Barahybanio e na casa do thesoureiro abaixo assinado.

Marinho da Silva Medeiros.

LOTERIAS.

Aos 5:000\$000.

Bilhetes garantidos.

Adriano José Lucas	recebeu novos bilhetes da 1.ª parte da 1.ª a beneficio da igreja da Conceição dos Milares que se extrairá quarta-feira 16 de março, em Pernambuco.
Bilhete inteiro.	68000
Meio.	38000

Na loje de Marcolino Tavares vende-se tafetá rouxo fino.

(1)

Parahyba do Norte—Tyr. de J. R. da Costa, rua Direita n. 20.

Veja-se que o anúncio de fuga acima é maior do que outros anúncios da página, como o anúncio da loteria e de outras vendas. Note-se também que, assim como o anúncio da fuga aparece junto a outras vendas de produtos, como farinha de mandioca e cal, pessoas escravizadas também eram ofertadas nesses espaços. Cativas e cativas eram tratados nos jornais como “peças”, expostos ao lado de materiais escolares, tecidos, charutos, casas, numa clara alusão a coisificação das(os) escravizadas (os).

De acordo com Schwarcz (1987), até o início de 1880, a maioria dos anúncios presentes nos periódicos da época se referia aos escravizados (as) e constituíam a maior parte da renda dos periódicos. Foi válido ressaltar o tipo de linguagem (escrita) utilizada nos anúncios, diferente da usada no resto do jornal, isso porque, provavelmente, quem redigia o texto era o “dono” do anúncio, ou seja, o anunciante, que muitas vezes era iletrado, e por isso, utilizava uma linguagem mais “simples” para divulgar a fuga, e constituíam a maior parte da renda dos periódicos.

Agora, note-se como geralmente era noticiada a fuga de uma pessoa escravizada por meio do anúncio de fuga da cativa Antonia. Viu-se no *Jornal da Paraíba*, 22 de abril de 1882,

Escrava fugida. Ausentou-se no dia 17 do mez de desembro proximo passado da povoação de Araçagy, termo da cidade de Mamanguape, **a escrava Antonia, cor cabra, pes e mãos grandes, uma cicatriz na testa, braços cabeludos, em uma das pernas signal de goma, andar baseiro, um talho na mão direita, estatura regular, idade de 30 annos aproximadamente.** Recommenda-se por tanto a todas as authoridades ou a qualquer pessoa a sua captura, e conduzil-a a mesma povoação; entregada ao seu con-senhor Felipe Rodrigues de Lima, que bem gratificará (LIMA (s/d) apud p.4. IHGP. Grifos nossos).

Percebeu-se, assim, como geralmente era publicado o anúncio de fuga do(a) escravizado(a). Relatava-se primeiramente o dia em que a pessoa escravizada fugiu e de qual localidade, e logo são descritas as características dos(as) mesmos(as), como: a cor, idade, altura, sinais, existência de cicatrizes, entre outras aparências físicas, além do comportamento, como o jeito de falar ou andar. Em seguida, recomendava-se a captura do(a) fugitivo(a) e para onde este(a) deveria ser encaminhado(a), e por fim, ressaltando a que quem o fizer, “será bem gratificado”. No anúncio de fuga de Antonia, em 1882, percebeu-se que o anunciante detalhou minuciosamente suas características físicas, especificando do tamanho das mãos e pés até sua forma de andar. Quando relatou que “em uma das pernas signal de goma”, quer indicar que Antonia tem um sinal oriundo de algum tipo de lesão, provavelmente de alguma doença. No entanto, o anúncio também relatou que a dita cativa possuía uma cicatriz na testa, sem notificar

de que era proveniente. Sendo assim, será que a marca na perna era mesmo “signal de goma”? Sabia-se que nos últimos anos de escravidão a maioria dos jornais passou a recriminar atos de violência contra pessoas escravizadas. Pôde-se supor, então, que alguns senhores, ao anunciar a fuga, possam ter omitido a real procedência das cicatrizes dos(as) seus(suas) escravizados(as). Quanto a Antonia, o que se pôde afirmar é que com ou sem castigos físicos, encontrou na fuga uma tentativa de construir ou reconstruir sua vida longe do cativeiro.

Abaixo, segue o anúncio publicado no *Jornal da Parahyba*, 26 de fevereiro de 1875, de Joaquina, já ao longo de seus 50 anos, com corpo fiazinho, rosto magro, e com cicatrizes nas costas, mas também conhecida por ser “alegre e risonha quando fala”,

Escravo Fugido. Fugio do abaixo assignado a 25 de outubro de 1874, **Joaquina, com 50 annos, crioula, côr preta**, estatura baixa, corpo fiazinho, rosto magro, nariz chato, **com falta de alguns dentes na frente**, cabelos carapinhos e já pintados com alguns brancos, **alegre e risonha quando falla**, andar apressado, **uma cicatriz em cima da pá do hombro direito proveniente de um antraz¹¹¹, e outras pequenas pela costa**. Presume-se que tenha ido para Pernambuco, donde é natural. Quem apreendel-a e entregar ao mesmo abaixo assignado, em sua casa á rua da Ponte desta capital, será bem recompensado. Minervino Ribeiro Pessoa Lins (LIMA (s/d) apud p. 3. IHGP. Grifos nossos).

Pelo anúncio foi possível elaborar algumas questões. Primeiramente, é de se refletir em relação ao estado de Joaquina, aparentemente frágil, com marcas de violência, porém caracterizada como alegre e risonha. Não se acreditava que o anunciante esteja mentindo em relação ao estado de “sempre risonha” de Joaquina, uma vez que a exatidão das características eram essenciais para que a captura da fugitiva fosse realizada com sucesso. Assim, foi possível perceber que Joaquina poderia ser uma mulher alegre, e também forte, não necessariamente do ponto de vista físico, já que possuía 50 anos de idade, que é uma idade considerada avançada para uma escravizada no século XIX, mas ainda em condições de realizar uma fuga, talvez, para ir para a sua terra natal, em Pernambuco.

Em segundo, buscou-se analisar o que poderia significar algumas dessas características físicas de Joaquina. De acordo Freyre, a dentição dos(as) escravizados(as) podiam ser um elemento de identificação de origem da população escravizada, pois havia povos africanos que extraiam dentes ou os tornava pontudos por motivos rituais ou estéticos (FREYRE, 2010 [1966], p. 15). No entanto, os dentes, ou a falta deles, continuaram sendo citados nos anúncios

¹¹¹ 1- Tumor gangrenável e inflamatório. 2- Inseto díptero. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/antraz>. Acesso em: 04 de maio. 2016.

de jornais como meio de melhor caracterizar o(a) escravizado(a), para que este seja encontrado, como consta no anúncio de Joaquinna. “Com falta de alguns dentes na frente”. Para Freyre (2010[1966], p.15), enquanto na África a população possuía uma dentição “limpa e perfeita”, no Brasil, os africanos, e os descendentes desses, tinham seus dentes estragados pelo excesso de açúcar. Acreditou-se que a falta de dentes atingia não só a população negra, como a branca, devido aos “problemas de higiene” no Império. Além disso, dentes estragados e a falta deles, podem indicar uma má alimentação, ou seja, uma dieta baseada em alimentos pouco nutritivos¹¹².

Outra questão relacionada ao anúncio de Joaquina dizia respeito a “outras pequenas cicatrizes nas costas”. Percebeu-se, assim, que os sinais de castigos e maus tratos também poderiam ser citados nos anúncios de fuga de cativos(as). No caso de Joaquina, acreditou-se que o anunciante pode ter tentado minimizar essa característica em questão, na medida que citou a existência de tal cicatrizes, mas não citou o porquê das mesmas, como fez com “uma cicatriz em cima da pá do hombro direito”, explicando que era “proveniente de um antraz”. Além disso, afirmou ser “pequenas” tais cicatrizes, fazendo-nos desconfiar se realmente o eram de fato. Além das cicatrizes relacionadas a possíveis maus tratos, os anúncios também podiam citar deformações ocasionadas pelo tipo de trabalho que o escravizado(a) realizava, como no caso de Antonio publicado em *Liberal Parahybano*, 1 de maior de 1883,

Escravo Fugido. Ausentou-se no dia 18 deste mez, **o escravo Antonio**, conhecido como carrapato com os signaes: pardo, de 58 annos de idade, mais ou menos estatura mediante, cabellos não muito carapinhos e já bem pintados de branco, **dois dedos da mão direita cortados, um pulmão em um dos pés, no qual tem uma cicatriz, produzido por um golpe de machado em occasião de trabalho no officio de carpina, que é sua profissão, uma pequena fistula no lado esquerdo do rosto, prosista e amante a bebidas esperituosas** [...] Parahyba, 15 de março de 1883. Claudino do Rego Barros (LIMA (s/d) apud .p. 4. NDIHR. Grifos nossos).

Como foi visto, Antonio perdeu dois dedos da mão, e tinha uma cicatriz nos pés devido a um golpe de machado que pode ter recebido enquanto trabalhava. A profissão de Antonio está entre as profissões mais encontradas por Freyre (2010[1966]) em jornais pesquisados por ele¹¹³. São elas: catraeiro, lenhador, talhador de carne, sapateiro, padeiro, pescador, sangrador, cozinheiro, cambiteiro, alfaiate, caiador, **carpina**¹¹⁴, marceneiro e pajem (FREYRE, 2010

¹¹² Pesquisas recentes, na área de nutrição, afirmam que existe uma relação entre a alimentação e a condição bucal imediata e futura de crianças. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000200008>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

¹¹³ Os jornais pesquisados por Gilberto Freyre (1966) eram na sua maioria do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e alguns do sul do Império.

¹¹⁴ De acordo com Santana (2014), Carpina é um especialista na arte da madeira (p. 98).

[1966], p. 125. Grifos nossos). Ao analisar as profissões das pessoas escravizadas nos anúncios de aluguel da província da Paraíba, Dias (2013) não encontrou nenhum escravizado com a mesma profissão de Antonio, apenas como cozinheiro, vendedor de tabuleiro, todo serviço, copeiro, sapateiro e refinador (DIAS, 2013, p. 41). Em relação as mulheres, Freyre (2010[1966]) encontrou: engomadeira, lavadeira, costureira, doceira, ama-de-Leite, marisqueira, enfermeira e mucama (FREYRE, 2010[1966], p. 125). Estranhamos o fato de não conter a profissão de “vendedora de tabuleiro” entre as profissões apresentadas por Freyre, uma vez que, como já comentamos, esse era um trabalho comum entre as mulheres negras escravizadas durante o Império. Na província da Paraíba, encontramos o anúncio de fuga da quitandeira Ellaria publicado em *A Regeneração*, 24 de agosto de 1861,

Fugio do engenho Oiteiro do Sebastopol no dia 1 de agosto do corrente anno a escrava Ellaria, criola, representando a idade 40 annos pouco mais ou menos, com os signaes seguintes, estatura regular, cheia de corpo, côr preta, rosto um pouco descarnado com algumas marcas de bexigas pouco perceptiveis, olho vivos, nariz bem feito, bocca regular, dentes perfeitos, e alimados os do lado superior, pés secos, tendo os calcanhares muito salientes: tem n'uma das espaduas um pequeno botão proveniente de uma cicatriz; a falla é descansada e um pouco cerrada, e fanhoza. Andava vendendo taboleiro quando evadiu-se e é de presumir, que esteja acoutada pela capital de seus suburbios. Roga-se às autoridades policiaes e capitães de campo a sua captura; e qualquer pessoa que a aprehender e leval-a a seu senhor Cypriano de Arroxellas Galvão no supradito engenho será generosamente, gratificado (LIMA (s/d) apud p. 4. IHGP. Grifos nossos).

O anúncio acima se repetiu mais quatro vezes em outros números do mesmo jornal¹¹⁵, inclusive, em 28 de agosto de 1861 é oferecida uma gratificação no valor de 100\$000. Esse valor muitas vezes equivalia a um quarto do valor de um escravizado com idade superior a 40 anos, e até mesmo de um terço de uma escravizada com a mesma idade de Ellária, como aponta a documentação referente aos impostos de meia sisa do tráfico intraprovincial de cativos(as) da província da Paraíba. Encontrou-se o registro da venda de Rita, de 41 anos de idade, que foi vendida no dia 17 de fevereiro de 1869 para João Leopoldino Vireira Flores por Marcelino Gomes de Leiros pelo valor de 300\$000¹¹⁶. Assim, pelo preço da gratificação e pela idade já avançada da escravizada, percebeu-se que além do valor, enquanto “bem”, a mesma também parecia ser valiosa devido aos serviços que prestava, ou seja, provavelmente garantia uma boa renda para seu proprietário. Nas pesquisas de Dias (2010), a mesma encontrou tais profissões referentes às mulheres negras: cozinheira, lavadeira, **vendedora de tabuleiro**, engomadeira,

¹¹⁵ O anúncio se repete no jornal *A Regeneração*, nos dias: 28/08/1861; 31/08/1861; 04/09/1861 e 07/09/1861.

¹¹⁶ Livro de Meia Sisa – 1869. APMA.

todo serviço, costureira, ama, ama-de-Leite, para pentear cabelo, e para comprar (DIAS, 2013, p.41. Grifos nossos).

Voltando ao anúncio de Antonio, viu-se que o anunciante também relata que o mesmo era “amante a bebidas esperituosas”. Não se sabe se essas bebidas são relacionadas a bebidas alcoólicas, a práticas religiosas, ou relacionada às bebidas de fumo. De acordo com Freyre (2010), havia nas senzalas homens e mulheres “cachimbeiros inveterados” e até “bebedeiras de fumo” (FREYRE, [1966]2010, p. 121). Em relação à bebida alcoólica, Freyre destaca ainda ser “vício comum entre os escravos do tempo do Império foi também a cachaça, que vamos encontrar frequentemente alusões nos anúncios de negros fugidos” (FREYRE, [1966]2010, p. 122). Encontramos também o anúncio no *O Despertador*, 21 de abril de 1866, de outro cativo, com o mesmo nome “Antonio”, com a informação que este também gostava de tomar “bebidas alcoolicas”.

Fugirão do engenho Conceição do Pacaré dous escravos com os signaes seguintes: **Cypriano, cabra avermelhado, com 22 annos de idade**, corpo cheio, altura regular, pernas finas, pés seccos e limpos, e quando assenta no chão não abrem os dedos, rosto redondo e sem barba, dentes limados, e junto ás nadegas deve ter signaes de relho; e **Antonio, cabra avermelhado, idade de 40 annos pouco mais ou menos**, cheio de corpo, rosto descarnado, olhos vermelhos, pés pequenos, **gosta de andar com alpargatas ou chinellos, e de tomar bebidas alcoolica**. Recomenda-se a captura dos mesmos ás autoridades policiaes e aos capetaes de campo; e quem os pegar pode mandar entregar-los a seus senhores o Dr. Felisardo Toscano de Brito e Ignácio do Rego Toscano de Brito, que pagaráo, qualquer despezas que se fizer com a captura. Parahyba 9 de abril de 1866 (LIMA (s/d) apud.p. 4. NDIHR. Grifos nossos).

Nesse anúncio outro fato também chamou a atenção: dois escravizados fugindo juntos. Talvez, essa tenha sido uma estratégia de sobrevivência utilizada por eles, para que, um com a ajuda do outro pudessem alcançar êxito na sua jornada. Percebeu-se, então, como os anúncios encontrados nos jornais retratavam a população escravizada, na qual pessoas estavam sendo descritas como objetos, ao lado de livros, papeis, tecidos, aulas. Nesses anúncios as pessoas eram descritas enquanto produtos, ressaltava-se sua aparência física, como por exemplo, a cor, sinais, cicatrizes. No entanto, além dos jornais atribuírem características físicas das escravizadas fugitivas, conforme mencionamos, os anúncios também apresentavam hábitos comportamentais, a maneira de falar ou andar, os serviços que prestavam, se sabiam ler e escrever, e outras informações que se podia perceber nas entrelinhas que se tratavam de estratégias de sobrevivência. Desta maneira, destacaram-se alguns artifícios utilizados pelas cativas no momento de sua fuga.

4.3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: as cativas fugitivas na província da Paraíba do Norte

Os anúncios de fuga, além de constarem características físicas e comportamentais dos(as) escravizados(as) fugitivas, também podemos perceber nas entrelinhas, que algumas atitudes da população escravizada no momento de fuga podem sinalizar estratégias de sobrevivência, uma vez que tais atos podem contribuir para que a fuga seja realizada com sucesso, e para que o fugitivo, a fugitiva ou ambos, permaneça em liberdade, mesmo que na ilegalidade e de forma precária.

Através das análises dos jornais foi possível perceber que além de se encontrarem cativos, tanto do sexo masculino, quanto do feminino realizando fugas na Paraíba oitocentista, havia também uma diversidade em relação à idade dos(as) escravizados(as) em questão. De acordo com os estudos de Schwarcz (1987) nos anúncios de fuga de cativos dos jornais paulistas, a maioria dos escravizados que fugiam eram do sexo masculino, com idade entre 15 e 40 anos e que normalmente trabalhavam na lavoura. Os estudos de Dias (2013) apontaram que na província da Paraíba também houve a predominância de escravizados fugitivos homens, numa proporção de 75% de homens e 25% de mulheres, e de idade entre 21 e 30 anos (DIAS, 2013, p. 113-114). A maior proporção de homens em relação às mulheres não indicava que elas teriam resistido menos à escravidão, mas apontam alguns indícios, como perceber que na relação entre os escravizados e as escravizadas, a maior responsabilidade a respeito dos filhos era da mulher, assim, muitas delas, provavelmente, “pensavam duas vezes” antes de tentar uma fuga. No entanto, como viu-se, isso não quer dizer que muitas delas não teriam adotado tal prática. Até o momento, encontraram-se 12 escravizadas que tiveram sua fuga anunciada em jornais paraibanos, demonstrando assim, que existiam mulheres escravizadas que também compartilhavam da estratégia de fuga como meio de busca pela liberdade, como Agostinha publicada em *O Publicador*, 10 de agosto de 1864,

Fugio desta cidade no mez de abril do corrente anno **a escrava Agostinha, velha**, pertencente à Affonso de Almeida e Albuquerque. **Jualga-se ter seguido para o Piancó desta Província donde veio, por que já foi encontrada em caminho.** Rogase ás autoridades e capitães do campo que conhecimento dela tiverem prender e remeter à cidade de Arêa em casa de Santos da Costa Gudim que serão generosamente pagos. Cidade da Paraíba (p. 4. Grifos nossos).

Por meio desse anúncio, foi possível perceber que a cativa Agostinha, apesar de ser indicada como “velha”, fugiu do seu senhor e seguiu “donde veio”, ou seja, utilizou dessa

estratégia, de fugir para a cidade de onde era proveniente e na qual poderia ter ajuda de possíveis familiares ou/e onde poderia ainda estabelecer laços de solidariedade. Essa parece ter sido uma estratégia de sobrevivência comum entre a parcela da população escravizada que fugia, pois aparecia em vários anúncios de fuga, seja de homens ou de mulheres escravizadas. Assim, como Agostinha, quando outras escravizadas fugiam, elas precisavam se manter ocultas, para não serem aprisionadas e voltarem para o cativeiro. A escravizada Josepha, provavelmente, também procurou fugir para a cidade de onde era natural, como demonstra o anúncio do jornal *A Opinião*, 29 de novembro de 1877,

Attenção! Acha-se fugida a escrava mulata acabocolada “Josepha” altura regular, cheio do corpo, cabellos um pouco estirados, e suppõe ter falta de um dente na frente. **Segundo informações recebidas, consta que ella se acha na villa do Pillar, d’onde é natural.** Roga-se sua captura, a qual será recompensada, podendo ser entregue na cidade da Parahyba ao Sr. Augusto Gomes e Silva (LIMA (s/d) apud .p. 4. NDIHR. Grifos nossos).

O anúncio acima também apontou que caso Josepha fosse encontrada deveria ser entregue ao Sr. Augusto Gomes e Silva. Acreditou-se que o dito senhor pode ter sido algum dos negociantes de pessoas escravizadas da província, uma vez que, o anúncio do jornal *O Publicador* notificou que “Compra-se escravos tratar com Augusto Gomes e Silva”¹¹⁷. Ou seja, Augusto Gomes e Silva não queria comprar apenas um cativo para esse ou aquele serviço, como geralmente aparecia em jornais, mas, sim, comprar cativos, no plural. Assim, analisando o anúncio de fuga de Josepha foi possível entender a princípio levantar duas questões. A primeira é que sendo Augusto Gomes e Silva um negociante de cativos, possivelmente, não só comprando como vendendo pessoas escravizadas, a cativa Josepha, então, pode ter fugido do seu cativeiro para que futuramente não fosse vendida para outra cidade ou outra província. Em segundo, como veremos ao longo do capítulo, Josepha e Agostinha foram duas de muitas escravizadas que utilizavam dessa estratégia, não só para tentar obter sucesso na fuga, mas também pelo “simples” fato de poder retornar para seu convívio familiar.

Relembrando os aspectos apontados no capítulo 1 desse estudo, em consonância com Pires (2009) quando afirmou que, “ao vê-los em seus encontros, sambas, cocos, batuques, cantando modinhas em animadas chulas, ou na vizinhança partilhada com os amigos e parentes, vemos porque muitos deles, apesar do contínuo fluxo migratório presente em suas vidas, voltaram para ‘o lugar onde nasceram’” (PIRES, 2009, p. 15).

¹¹⁷ LIMA (s/d) apud *O Publicador*, 7 de junho de 1879, FCJA.

O anúncio de fuga de Josepha constava que além de suspeitar-se que tenha seguido para “onde é natural”, a dita escravizada também levou “toda roupa que possui”. Vê-se no anúncio do *O Publicador*, 16 de março de 1864,

Na madrugada do dia 14 de março do corrente fugiu da casa de seu senhor a escrava Josepha, com os sinais seguintes: estatura alta, cabelos carapinhos, que se prestam a amarrar, cara bexigosa, boca regular, cor preta, idade 30, pouco mais ou menos. Andava com chalés encarnado; **levou consigo toda a roupa que possui. Supõe-se ter seguido para o Cariri em procura do lugar Boa-Vista, donde é natural, e onde moram os antigos possuidores.** Roga-se as autoridades paliciaes, e a todas aquellas pessoas que da referida escrava tiverem conhecimento, queirão ter a bondade de faze-la apprender e mandar levas à casa do Sr. Antonio Vicente de Magalhães no Varadou-se desta cidade, serão generosamente recompensados (p. 4. Grifos Nossos).

No anúncio percebeu-se que além de Boa-Vista, no Cariri, ser o local de onde Josepha era natural, nesse local também residiam os antigos donos da escravizada. Assim, pôde-se supor tanto que Josepha buscasse tal localidade pelos familiares e amigos, como também pode ter ido atrás de seus antigos donos, para que esses a recebessem de volta. Sabemos que essa era uma prática comum no século XIX. O caso do Marcelino apresentado no primeiro capítulo, apontou que o dito escravizado fugiu de seu atual senhor, e ficava pelas redondezas do engenho do seu antigo dono, pois conforme já comentado, lá ele possuía uma rede de sociabilidade e solidariedade. Além disso, poderiam ir em busca de seus antigos donos, pois julgavam que esses eram melhores senhores do que os atuais. Além de, provavelmente, fugir para “onde é natural”, Josepha levou toda a roupa que possuía em sua fuga.

Acreditou-se, que, apesar do anunciante relatar que a cativa levou “toda” sua roupa, essas poderiam ser duas mudas, ou pouco mais que isso. No entanto, o importante é compreender que o ato de fugir com as roupas pode demonstrar que Josepha tomou o cuidado de confundir as autoridades que estivessem à sua procura. De acordo com Lima (2013), nas últimas décadas da escravidão no Brasil era pouco provável que se descobrisse a condição jurídica da pessoa negra apenas por suas vestimentas, uma vez que, o número de pessoas mestiças e de condição livre e liberta na província da Paraíba já alcançava um grande número. Apesar disso, essas atitudes da escravizada em questão demonstram algumas das formas de estratégias das fugitivas para se manterem livres. Percebeu-se nos anúncios de fuga da província da Paraíba, que muitas cativas fugiam com roupas extras, ou com instrumentos de trabalho, ou seja, como meio de garantir sua sobrevivência longe do cativeiro e como medidas para dificultar sua captura. Sabia-se que muitas delas podem ter fugido sem se programar, num momento em que perceberam que era oportuno para tal feito e, por isso, não puderam levar consigo vestimentas, ou materiais de trabalho.

A fuga de Josepha, aparentemente, pode ter tido sucesso, pelo menos por certo período, uma vez que, o anúncio de sua fuga foi publicado mais de 40 vezes ao longo do ano de 1864, tendo aparecido pela primeira vez em 16 de março e a última vez em 1 de agosto, do referido ano. Em 8 de abril de 1865 encontramos o dono de Josepha comprando uma nova escravizada, Antonia, de 19 anos, por um valor de 1:400\$00, do Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcellos¹¹⁸. Pode Antonio Vicente de Magalhães ter desistido de encontrar Josepha e ter comprado uma nova escravizada? Não se podia afirmar que sim, mas, como era percebido, é possível supor que Josepha obteve êxito na sua fuga, e se isso ocorreu foi, provavelmente, pelas estratégias que utilizou para não ser capturada pelo seu dono, demonstrando assim, como as mulheres escravizadas podiam resistir às condições impostas a elas.

Aproximadamente um ano após a fuga de Josepha, a cativa Vicência, também pertencente a Antonio Vicente de Magalhães, realizou sua fuga. De acordo com *O Tempo*, 14 de dezembro de 1865,

Fugio no dia 7 de dezembro corrente da casa do abaixo assignado a **escrava parda de nome Vicência**, de idade de 22 annos pouco mais ou menos com os signaes seguintes: altura regular, côr parda clara, secca de corpo, cabellos carapinhos, rosto redondo, bocca regula, com todos os dentes da bocca. **Levou vestido preto de chita e chalés tambem preto**. Roga-se as pessoas que d'ella tiverem conhecimento facão o favor manda-la prender, e levar á casa do abaixo assignado que recompensará o trabalho com generosidade. **Previne-se que talvez esteja n'esta capital ou em seus suburbios, ou então que tenha tomado o caminho de Itabaiana, ou de Campina Grande d'onde é natural e tem parentes**. Parahyba 9 de dezembro de 1865. Antonio Vicente de Magalhães (LIMA (s/d) apud .p. 4. IHGP).

Como viu-se no anúncio citado, tais estratégias coincidem com as utilizadas por Josepha. Ambas levaram consigo roupas. É válido destacar que, o senhor de Josepha e Vicência, Antonio Vicente Magalhães, era um comerciante na capital da província, proprietário da Loja de Fazendas, na rua do Varadouro, sua loja vendia chapéus, sapatos, tecidos além de outros produtos¹¹⁹. Diferentemente de Josepha que levou “toda sua roupa”, Vicência levou “vestido preto de chita e chalés tambem preto”, talvez essa roupa fosse da loja de Antonio Vicente Magalhães. Percebeu-se a astúcia de Vicência ao escolher levar uma roupa preta, de cor discreta, com chalé preto, para que pudesse esconder seu rosto. Além da estratégia de fugir com roupas, os anúncios também destacam que Josepha e Vicência possivelmente fugiram para onde eram naturais. Vicência pode ter seguido o “caminho de Itabaiana, ou de Campina Grande d'onde é natural e tem parentes”. Teria Vicência constatado que Josepha obteve sucesso em sua

¹¹⁸ Livro de Meia Sisa, 1866, número:23. APMA.

¹¹⁹ LIMA (s/d) apud *O Publicador*, 03 de setembro de 1869, p. 4. FCJA.

fuga, mesmo que por certo período, e se encorajou a tomar os mesmos cuidados? Diferentemente dos anúncios de Josepha, o de Vicênciia, nos jornais pesquisados até o momento, só apareceu uma vez nos jornais, tal situação pode demonstrar que Vicênciia talvez tenha sido capturada, mas também que Antonio Vicente Magalhães, uma vez que não teve sucesso com os mais de 40 anúncios de Josepha, poderia não querer repetir as mesmas tentativas frustradas.

O anúncio do *O Publicador*, 27 de julho de 1864, alerta para a fuga de uma outra escravizada, chamada Vicênciia, também chamou atenção.

Ausentou desde o dia 8 de maio da casa do abaixo assignado a **escrava, parda, Vicênciia**, acha-se omesiada nas visinhas das Marés, **sob o auxílio de um escravo do Sr... e por que esse escravo é a isso acostumado**, protesta o mesmo abaixo assignado haver os dias de serviço. Antonio Camillo de Hollanda (p. 4. Grifos nossos).

Conforme apontou o anúncio, Vivênciia havia fugido do seu cativeiro com o auxílio de outro escravizado, que de acordo com o próprio senhor da dita cativa, Antonio Camillo de Hollanda, “é a isso acostumado”. Assim, pode-se pensar que Vicênciia poderia ter alguma relação afetiva com o tal escravizado, do senhor que ele preferiu não citar o nome, e que não seria a primeira vez que ela fugiria com o auxílio dele, ou que o dito cativo já teria auxiliado outras escravizadas ou escravizados em fugas. Ambas possibilidades demonstraram que as pessoas dessa localidade sabiam que o escravizado era a isso “acostumado”, mas mesmo assim, o dito cativo insistia com suas práticas. Talvez Vicênciia, sabendo da fama do escravizado, tenha se aproximado do dito para que pudesse realizar sua fuga com maiores possibilidades de sucesso.

À medida que se analisaram outros anúncios de fuga foi possível notar que outros escravizados e escravizadas também buscavam fugir na companhia de outra pessoa, sendo ela escravizada ou não. Conforme publicado em LIMA (s/d) apud *O Conservador*, 3 de dezembro de 1881, p. 4. NDIHR.

Na noite do dia 10 do corrente **desapareceu do engenho Jardim, d'esta comarca de Bananeiras, a escrava Dionisia**, preta, gorda estatura regular, feições grosseiras, olhos apertados, matriculada neste município em 1872 com a idade de 25 annos; **um filho da mesma escrava de nome Fernando**, cabra escuro, cabelhos carapinhos, nariz muito chato, gago, com uma cicatriz de queimadura que apanha do estomago ao meio das costellas. **Estes escravos forão furtados por Manoel Joaquim Baptista, cabra claro**, de idade de 50 á 60 annos. **Do mesmo engenho desapareceu no dia 25 de dezembro de 1877 o escravo Candido, cabra, cabellos carapinhos, estatura regular, dentes limados, fallador e risão, toma tabaco**. Quem aprehender os referidos escravos e leval-os ao seu senhor, o abaixo assignado, no mesmo engenho, será generozamente recompensado. O mesmo abaixo assignado apresentou em juízo sua queixa contra o referido Manoel Joaquim pelo crime previsto no art. 257 do Cód.

Criminal, combinando com o Decreto de 15 de outubro de 1837.Engenho Jardim 28 de outubro de 1881.Felinto Florentino da Rocha (Grifos nossos).

O anúncio mencionado não relatava que se tratava de uma fuga, mas do desaparecimento da escravizada Dionísia e de seu filho, também escravizado, Fernando, e de um terceiro cativo chamado de Candido. Em relação aos primeiros, Dionísia e Fernando, o proprietário Felinto Florentino da Rocha denunciou que foram roubados por Manoel Joaquim Baptista. Não se sabia ao certo se o roubo de fato ocorreu, apesar de constar no anúncio que o proprietário tenha registrado queixa contra o suspeito. Como vimos no capítulo 1, a prática de sequestrar pessoas escravizadas ocorria na província da Paraíba, no entanto, podemos também supor que se a escravizada Dionisia e seu filho Fernando partiram com Manoel Joaquim Baptista, pode ter sido pela sua própria vontade, isso porque, como vimos, muitas pessoas escravizadas quando não satisfeitos com o tratamento recebido de seu dono, seja por maus tratos, ou por ruins condições de negociações no seu cotidiano, fugiam em busca de “novos proprietários”, ou seja, procuravam muitas vezes “abrigo e proteção” de um outro senhor.

O anúncio de fuga do escravizado “Agricola” pareceu indicar uma rede de solidariedade entre o mesmo e a escravizada Margarida, ambos propriedades de Francisco Manoel Carneiro da Cunha. A edição do *Jornal da Parahyba*, 9 de julho de 1874 trazia,

Escravos Fugidos. **Fugirão do poder do abaixo assignado o escravo agricola, criôla, de 30 annos, e seu filho Manoel, de 10 annos, côr fula, e Themoteo, pardo, com 16 annos, filho de Margarida, todos pertencentes á Francisco Manoel Carneiro da Cunha**, de quem o abaixo assignado é curador. Quem os apprehender e entregar ao mesmo abaixo assignado so sitio – Biquinha – da freguesia de Santa Rita, será recompensado (LIMA (s/d) apud p. 4. IHGP Grifos nossos).

De acordo com o anúncio, o escravizado “Agricola” teria fugido com seu filho Manoel, de 10 anos e com Themoteo, de 16 anos, filho de Margarida, todos escravizados, ou seja, a fuga foi realizada por três escravizados. Já foi apontado, anteriormente, que as mulheres escravizadas que eram mães, possivelmente tinham maior dificuldade em fugir, pois muitas delas não queriam se separar de seus(suas) filhos(as), e sabiam que se tentassem fugir com eles(as), era provável que não tivessem êxito na fuga, seja pela dificuldade em carregá-los, ou pela luta de sobrevivência diária, como o “simples” fato de alimentar a si, e alimentá-los(as). Assim, foi possível supor que Margarida não tenha fugido com o filho, por talvez ter outros filhos. Lembre-se também que Themoteo, filho de Margarida, tinha idade preferencial para ser comercializado para outra cidade ou província, conforme vimos no capítulo 2. Diante da conjuntura do tráfico interno, não é difícil imaginar que Margarida tenha, junto ao filho, programado a fuga do mesmo, talvez por uma ameaça de venda efetivada, ou pelo perigo eminente. Nessa situação,

Margarida que, provavelmente, mantinha algum tipo de laço de sociabilidade ou solidariedade com o cativo “Agricola”, pode ter influenciado na fuga de seu filho com o mesmo.

Percebeu-se que algumas mulheres cativas ou não, fugiam com um escravizado, conforme demonstrou o anúncio publicado em LIMA (s/d) apud *Liberal Parahybano*, 1 de maio de 1883, abaixo.

Escravo Fugido. Ausentou-se no dia 18 deste mez, o escravo Antonio conhecido como carrapato com os signaes: pardo, de 58 annos de idade [...] Consta que seguirem direcção a provincia de Pernambuco, **fazendo-se seguir** de outro individuo de cor preta e **uma mulher da mesma cor, reputados escravos, e conduzindo consigo instrumentos de carpinteiro**. Quem o apprehender e levar ao abaixo assignado, seu senhor: no engenho SS. Reis, será generosamente recompensado, protestando-se proceda-se criminalmente contra quem o houver acoutado. Parahyba, 15 de marzo de 1883.Claudino do Rego Barros (p. 4. NDIHR. Grifos nossos).

No anúncio acima denotou-se que a mulher, “reputada” de escravizada, foge do seu cativeiro na companhia de dois escravizados, sendo um deles Antonio. Não é mencionado o nome nem da cativa e nem do cativo, apenas relata que são “pretos”. Ao certo não são de propriedade de Claudino do Rego Barros, uma vez que o anúncio era apenas sobre a fuga de Antonio. Outro fato que se devia levar em consideração é que a escravizada e os escravizados levaram consigo os instrumentos de carpinteiro de Antonio. Tal informação nos permitiu perceber mais uma tentativa de estratégia por parte da cativa fugitiva, uma vez que, além de fugir com outros cativos, ou seja, formando uma rede de solidariedade, um deles, Antonio, ainda levou consigo os instrumentos de trabalho, o que possibilitaria um meio de sobrevivência na província de Pernambuco.

Ainda havia mulheres com condições jurídicas distintas que seguiam na companhia de escravizados fugitivos, conforme encontramos nos anúncios de Clementino e Thomaz. Em 27 de novembro de 1860, na Vila do Pillar, província da Paraíba, a liberta Paulina fugiu com Clementino, escravizado de Luiz Correia de Queiroz Barros, com quem “se amasiou”. O anúncio de fuga relata que Paulina estava “bastante ébria”¹²⁰. É válido destacar que as mulheres também ingeriam bebida alcoólica na província da Paraíba, inclusive algumas também tinham o costume de mascar fumo, bem como afirmou Freyre (2010[1966], p. 121-122). Talvez o anunciante tenha ressaltado essa informação para indicar que a liberta fugiu com Clementino por estar nesse estado. No entanto, apesar de escravizado, Clementino tinha habilidades: “tem muito uso de serviço doméstico. É oficial de sapateiro, e levou os instrumentos do ofício”. Além disso, de acordo com o anunciante, “é natural que queira passar por forro e casado e mesmo

¹²⁰LIMA (s/d) apud *O Imparcial*, 15 de fevereiro de 1861, p. 4, IHGP.

que tenha mudado de nome". É provável que o casal tenha seguido para os sertões desta província, especialmente os de Piancó e Souza¹²¹. Lá, ou para qualquer localidade para onde seguiram, o casal buscava refazer suas vidas num lugar mais seguro, no qual Clementino estivesse distante das ameaças que o tráfico interno impunha na segunda metade do século XIX. Assim, entendeu-se que a fuga parece bem planejada. Paulina seguiria com seu companheiro para outra localidade, onde alegariam que eram casados, e que Clementino era forro, como sua mulher, e onde poderia trabalhar como oficial sapateiro, uma vez que, levaram com eles os instrumentos necessários.

No dia 27 de julho de 1878, na freguesia de Santa Rita, Maria, livre, fugiu com o escravizado Thomaz, com quem era casada segundo orientação do catolicismo e pela sociedade Oitocentista. Thomaz pertenceu ao Sr. Luiz Carlos de Mello, morador na vila do Ingá, antes de ter sido vendido e enviado para o engenho Munguengue, na dita freguesia de Santa Rita. Assim como Clementino, Thomaz também possuía um ofício, era fogueteiro, segundo o anunciante, "por cujo ofício tem grande paixão"¹²². É entendimento da pesquisa que Thomaz tinha "grande paixão" pelo ofício de fogueteiro, o anunciante indica que o leitor fique atento caso encontrasse algum homem negro, que não se soubesse da procedência, realizando tal tarefa. O que mais nos chama atenção na fuga de Maria e Thomaz é que o casal levou consigo sua filha menor, Mariana que, possivelmente, era livre, uma vez que a criança herda a condição da mãe, que nesse caso é livre. Tal situação pode demonstrar que Maria buscava a possibilidade de manter sua família unida, pois, assim como Thomas foi vendido da vila de Ingá para a Freguesia de Santa Rita, poderia também ser vendido para outras localidades, nas quais Maria e sua filha Mariana poderiam não seguir, como por exemplo, para os proprietários das províncias do sul, que constantemente anunciavam a necessidade de adquirir novos braços escravos, conforme viu-se nesse estudo.

Ao serem analisados esses dois casos, foi possível perceber que Paulina e Maria não precisariam fugir, e se fizeram, foi por quererem que seus companheiros alcançassem a liberdade, mesmo que pela via ilegal. Paulina e Maria fugiram com homens que não tinham a mesma condição jurídica que elas, eram escravizados, no entanto, eram homens que tinham ofício, e que poderiam contribuir para sobrevivência da família através do seu trabalho. Paulina e Maria podem ter seguido ao lado de seus companheiros na tentativa de viver com sua família na liberdade, mesmo que ilegal, e sobrevivendo com a ajuda do trabalho dos mesmos, que poderiam oferecer os seus serviços como se fossem homens libertos ou livres. Além disso, não

¹²¹ LIMA (s/d) apud *O Imparcial*, 15 de fevereiro de 1861, p. 4, IHGP.

¹²² LIMA (s/d) apud *Liberal Parahyba*, 14 de agosto de 1879, p. 4, NDIHR.

se podia deixar de lado a relação dos casais, ou seja, em prol da família, nas quais as atitudes também são tomadas a partir de sentimentos de proteção, afeto e amor, no entanto, discussões que não vamos nos adentrar.

Outra estratégia adotada por cativas fugitivas era a procura ou organização de quilombos. Embora se tenham poucas informações sobre sua existência na Paraíba imperial, foi possível encontrar alguns indícios que apontam pelo menos a formação de um quilombo em 1851¹²³ - Nos Relatórios de província observou-se o seguinte trecho: “Foi dissolvido hum quilombo de **negros fugidos** nas matas do Engenho Espírito Santo. Morrêo em rezistencia hum escravo que atirou no Inspector. **Forão encontrados signaes de furtos de gado, e outros objetos roubados**”¹²⁴. Por meio desse relato percebeu-se que ainda existia mais essa possibilidade de estratégia por parte da população escravizada para não serem apreendidos. Enfatizamos também a existência de gado e de outros objetos no quilombo que teriam sido roubados pelos (as) escravizados (as), sugerindo então que os mesmos tentavam buscar meios para sobreviver quando foram surpreendidos pelas autoridades. Além disso, entendeu-se que os quilombos só existiam dentro das matas. É possível perceber a existência de alguns dentro das cidades, os chamados quilombos urbanos¹²⁵. Assim como os que haviam nas matas, nestes se criavam e recriavam seus laços.

4.4 À PROCURA DE UM COMPRADOR: o caso de Rozalina

Rozalinda, 25 anos de idade, mais ou menos, solteira, e cativa do tenente Antonio José de Sá Barreto, residente no Sítio Sanhóa na mesma cidade “d’onde” era natural, a cidade de Souza. Souza era formada por duas Freguesias em 1872, a de Nossa Senhora dos Remédios de Souza e a da Nossa Senhora do Rosário de São João de Souza. Juntas, tinham uma população de 28.355 pessoas livres e 1.376 de pessoas escravizadas, ou seja, cerca de 4,8% da população. Entre essas últimas, 637 do sexo masculino e 739 do sexo feminino¹²⁶, portanto, maioria de mulheres escravizadas.

¹²³ Durante o período colonial, houve notícias nas documentações da Paraíba sobre a existência de quilombos, sendo o Mocambo do Cumbe o mais importante e conhecido. Este aparece pela primeira vez em documentos de 1701, e é comunicada sua destruição em 1731 (LIMA; HONOR, 2010, p. 1-2).

¹²⁴ Relatório de Presidente de Província, 1851, p. 5. Grifos nossos. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu.br/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

¹²⁵ Ver GOMES, 1992.

¹²⁶ Censo da província da Paraíba do Norte, 1872, p. 104-120. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf. Acesso em: 02 de nov. 2017.

A cidade de Sousa ficava situada numa área do sertão, na qual era predominantemente baseada na cultura de criação de gado (LIMA, 2013, p.34). Nesta região, a maioria das mulheres cativas eram do serviço doméstico. Entre as profissões das mulheres cativas da cidade de Sousa, temos: três artistas, duas como “criados jornaleiros”, quatro trabalhando “em tecidos”, 31 costureiras, 126 como lavradoras, 325 do serviço doméstico e 248 “sem profissão”¹²⁷. Rozalina, provavelmente fazia parte do grupo das 126 cativas matriculadas como lavradoras, uma vez que consta no *Auto de Perguntas* publicado no Jornal *O Conservador*, do dia três de dezembro de 1881¹²⁸, como do serviço do campo. O senhor de Rozalina vinha de uma das famílias mais importantes da cidade de Souza, como mencionado, numa região onde predominava-se a cultura de gado, o proprietário de Rozalina, o tenente Antonio José de Sá Barreto, era senhor de engenho (LIMA, 2002, p. 67).

Rozalina foi mais uma, entre outras escravizadas, que tentaram fugir do cativeiro do seu senhor. A dita cativa tentou fugir não apenas uma vez, mas no mínimo duas, no entanto, diferente dos outros casos apresentados até aqui, Rozalina, aparentemente, não buscava fugir do cativeiro, mas sim das mãos do seu senhor. A primeira vez ocorreu entre o período de seca de 1877 e 1879, quando Rozalina havia “sahindo da casa de seu senhor com destino a esta cidade **procurando os italianos que negociavam com escravos para a comprarem**, foi voltada do caminho, amarrada em um banco e açoitada por seu senhor”¹²⁹. Veja-se que nessa tentativa de fuga, Rozalina seguiu para cidade de Souza, uma vez que mora no sítio, provavelmente afastado da cidade, com o intuito de encontrar negociantes que estivessem dispostos a negociar com seu senhor, para comprá-la.

A cativa Rozalina destacou que essa não foi a primeira vez que tentou fugir. Declarou que na sua primeira tentativa de fuga, conforme explicitado na edição de *O Publicador*, 03 de dezembro de 1881,

[...] quando seu senhor morava ainda no Tacotaco, tendo ella interrogada **sahido a procurar um comprador de escravos, que se achava nesta cidade**, foi alcançada no caminho por Pedro Rosa e um irmão, que a este tempo eram moradores de seu senhor, e, conduzida para casa, foi açoitada por Appollonia, no banco, e amarrada, como acima declarou, e do mesmo modo cortada à navalha pela mesma Appollonia, e recebeu igual môlho nas feridas; e que logo depois estando amarrada com as mãos para cima em um armador (p. 4. IHGP. Grifos nossos).

¹²⁷ Censo da província da Paraíba do Norte, 1872, p. 104-109. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf. Acesso em: 02 de novembro. 2017.

¹²⁸ LIMA (s/d) apud Jornal *O Conservador*, 03 de Dezembro de 1881, p. 4, IHGP.

¹²⁹ LIMA (s/d) apud Jornal *O Conservador*, 03 de Dezembro de 1881, p. 4, IHGP. Grifos nossos.

Nessa primeira fuga Rozalina morava em outra fazenda, porém, na mesma cidade, e pertencente ao mesmo senhor. Mais um vez a dita cativa não obteve sucesso na sua empreitada, e foi encontrada por moradores das propriedades do senhor, e levada de volta, onde foi duramente castigada. Uma questão pode a princípio parecer emblemática. Essa não foi a primeira vez que Rozalina procura por negociantes que pudessem a comprar. Então, por que, ao fugir, Rozalina preferiu procurar outro senhor, ao invés de ir para outras regiões, onde poderia tentar viver como livre ou liberta? Pode-se supor que Rozalina de fato buscasse pela liberdade quando fugiu, mas preferiu falar em depoimento que queria apenas mudar de senhor, para que as autoridades não a julgassem como uma escravizada que estava se opondo ao cativeiro. No entanto, outros casos como o de Marcelino comentado no capítulo 1 desse trabalho, demonstra que realmente escravizados e escravizadas partiam dessa estratégia, ou seja, de fugir para tentar procurar outro senhor. Mas ainda se podia persistir nas indagações. Porque Rozalina queria fugir do cativeiro do qual já possuía laços de sociabilidades, e certamente com pessoas das quais convive desde que nasceu, já que era natural dessa Freguesia, para ir exatamente contra o que muitas outras escravizadas resistiam, à venda?

Primeiramente, é preciso estar atento ao contexto da primeira tentativa de Rozalina para trocar de senhor. O período foi entre 1877 e 1879, o período da seca, como mencionado. De acordo com Lúcia Ferreira (1993), em fevereiro de 1877 se deu o primeiro alarme de seca, e em maio do mesmo ano a fome já estava assolando a população. A imprensa divulgava o estado de calamidade da província, criticando o posicionamento das autoridades diante da gravidade da situação, como vemos na notícia do jornal *A Opinião*: “Se o governo tivesse, aos nossos primeiros gritos nos enviado socorros, o mal seria menor, porém com o suor do povo ostentava a esse tempo os bailes na Corte e os festins em palácio, enquanto que, **o povo escravo morre!**”¹³⁰. Sabia-se que a população escravizada era uma das parcelas mais afetadas da sociedade durante a seca. A notificação de tal percepção por parte dos jornais aumentava ainda mais a circulação dessa percepção, enfatizando para a sociedade paraibana que a seca estava matando o povo escravizado de fome.

Voltando-se, então, à Rozalina, decidida a não mais pertencer ao tenente Antonio José de Sá Barreto, mesmo no período de seca, talvez pensasse no que poderia lhe acontecer caso partisse em fuga. Além da fome, a seca também intensificava o banditismo nas áreas do sertão. “Chegavam à capital notícias de depredações e assaltos feitos por grupos de bandoleiros, que

¹³⁰ *A Opinião*, 24 de maio de 1877. *Apud* FERREIRA, 1993, p. 61-62. Grifos nossos.

atacavam coletorias de renda, fazendas e tropeiros" (FERREIRA, 1993, p. 62). Tais notícias também eram repassadas para pessoas escravizadas, assim, Rozalina pode ter julgado ser menos perigoso, e de melhor garantia para sua sobrevivência, se encontrasse um novo senhor.

Um segundo ponto a se pensado é que “a insensatez de Rozalina em optar por continuar em cativeiro é apenas aparente” (LIMA, 2002, p. 68). Analisando o caso de Rozalina, Lima (2002) constatou que ao escolher por ser escravizada de um novo senhor, Rozalina opta por uma nova conjuntura no seu cotidiano, por novos espaços nos quais ela poderá ter uma vida melhor do que levava com seu senhor, o tenente Antonio José de Sá Barreto. Retome-se, então, ao seu depoimento, no qual aponta que quando foi alcançada na primeira tentativa de fuga, “foi açoitada por Appollonia, no banco, e amarrada, como acima declarou, e do mesmo modo cortada à navalha pela mesma Appollonia, e recebeu igual mólho nas feridas; e que logo depois estando amarrada com as mãos para cima em um armador”¹³¹. Appollonia era outra cativa do senhor de Rozalina, que consta no depoimento da mesma como uma espécie de feitora, sempre sendo ela que castigava os(as) escravizados(as) de Antonio José de Sá Barreto. Rozalina então foi castigada por tentar fugir, mas esse não foi o único castigo do qual Rozalina declarou no *Auto de Perguntas*.

Rozalina foi ainda perguntada sobre dois castigos que ocorreram no sítio de Sanhóá. O primeiro, sobre a morte do cativo Vicente. Filho da escravizada Josephá, Vicente foi açoitado, deixado sem comer e beber, e quando não suportou mais trabalhar, “o senhor, tenente Antonio José, mandou vir o “chicote”, que era um pedaço de “córda” de laçar gados, e dizendo que Vicente não trabalhava era porque estava fazendo pouco, passou a açoita-lo com o “chicote”, e açoitou-o até Vicente não poder mais levantar-se”¹³². O filho da cativa Josephá foi então encontrado morto. O motivo do forte castigo? Comer um pedaço de queijo que encontrará dentro da casa do seu senhor.

O castigo, que levou à morte de Vicente, não foi o único citado pelo *Auto de Perguntas* do jornal *O Publicador*, de dezembro de 1881. A cativa Fortunada, pertencente ao referido senhor, Antonio José de Sá Barreto, como Rozalina, também saiu “à procura de senhor”, e por isso, foi duramente castigada.

[...] por ter Fortunata sahido para o lado desta cidade procurar senhor, foi amarrada nos pés e mãos, deitada de barriga no chão, foi açoitada nas nádegas núsas, por ella respondente, á mandado de seu senhor com o mesmo chicote de rêlho, de que a cima já fallou; e que tendo ficado com o corpo azul, a respondente botou-lhe

¹³¹ LIMA (s/d) apud Jornal *O Publicador*, 03 de dezembro de 1881, p. 4. IHGP.

¹³² LIMA (s/d) apud Jornal *O Publicador*, 03 de dezembro de 1881, p. 4. IHGP.

môlho de sál para não arruinar; que em seguida a esta surra, o seu senhor Antonio José passou a dar bolos em Fortunata (LIMA (s/d) apud.p. 4. IHGP. Grifos nossos).

Percebeu-se que Fortunata foi castigada por ter ido para a cidade “procurar senhor”, ou seja, assim como Rozalina, Fortunata também tinha o anseio de encontrar um novo senhor. No entanto, o castigo foi ainda mais profundo, pois por causa desses açoites, Fortunata abortou o filho que estava esperando. Por meio dos castigos apresentados foi possível visibilizar melhor como a ideia de ser vendida para um novo senhor poderia ser uma boa saída para Rozalina. Certa que encontraria um lugar e um senhor menos cruel que o seu, Rozalinda tentou fugir duas vezes. Se obtivesse sucesso, mas se mais uma vez não ficasse satisfeita com seu novo cativeiro, poderia tentar fugir novamente, para um novo senhor, ou quem sabe dessa vez para tentar se passar por livre.

Diferentemente dos anúncios de fuga de pessoas escravizadas, outros casos como de Rozalina passaram a ser incorporados nos jornais no final do século XIX. Como dito anteriormente, a partir da década de 1880, há uma diminuição de anúncios de fuga nos jornais. No entanto, como Elaine Dias (2013), acreditamos que os escravizados e as escravizadas não tenham deixado de fugir, mas provavelmente, os jornais tenham passado a se recusar a publicar esses anúncios, devido, em parte, à campanha abolicionista que à medida que se “intensificava”¹³³, possivelmente pela própria deslegitimização da escravidão, alguns jornais tenderam a não publicar mais anúncios relacionados, principalmente, a fuga ou desaparecimento de cativos(as). Talvez, alguns desses jornais pudessem estar realmente engajadas no movimento abolicionista, mas é certo que havia aqueles que não o faziam para não enfrentarem a parte da população crescente que se posicionava contra o sistema escravista na província, e em todo Império brasileiro.

Nos últimos anos do século XIX, a historiografia paraibana aponta um declínio da escravidão na Paraíba. Dias (2013) atribui esse declínio ao aumento de concessão de alforrias, mas também ao tráfico interprovincial de escravizados(as). Apontou-se que os próprios escravizados e escravizadas tenham tido papel fundamental nesse declínio, uma vez que resistiam, criavam e recriavam estratégias para aumentar e/ou assegurar sua autonomia no momento de escolher como queriam viver. Viu-se que cativas como Agostinha, Josepha, Vivência, e tantas outras, fugiam, se não almejando a liberdade pelo menos com a premissa de

¹³³ De acordo com Silva (2013), a província da Paraíba do Norte seguiu os modelos de atuação de associações e organizações que ocorreu no restante do Império, relacionadas a libertação dos escravizados. Além disso, o autor também percebeu que a sociedade foi afetada pelo Movimento Abolicionista, pelas associações criadas com finalidades abolicionistas, e também pelos discursos construídos pelos jornais paraibanos vinculados diretamente ou não a tais associações.

que se passariam por livres ou libertas, haviam também as escravizadas que fugiam para não serem vendidas, mas também as que queriam ser vendidas, como Rozalinda e Fortunata, mas todas motivadas pela possibilidade de conquistar melhores condições de vida. O caso de Rozalina vem afirmar como todas essas questões estavam relacionadas e entrelaçadas: escravidão, tráfico e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1850 sem dúvidas foi um divisor de águas no Brasil Imperial. A partir do fim do tráfico Atlântico ocorreram mudanças significativas na economia, cultura e na sociedade Oitocentista. O tráfico Interno de pessoas escravizadas, que já ocorria antes do fim do tráfico Atlântico, se intensificou por ser a alternativa de mão de obra cativa, uma vez que a força de braços africanos esgotou, e também, pela ascensão do café no sul do, que se tornou o produto mais importante para exportação do Império brasileiro (MOTTA, 2012). Nessa conjuntura, as provinciais do norte se tornaram a principal fonte de mão de obra cativa para outras regiões do país, principalmente, para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Diante desses acontecimentos, o presente trabalho buscou apresentar experiências e vivências de mulheres escravizadas da província da Paraíba. A princípio, buscou-se demonstrar que apesar da repetida queixa sobre a “falta de braços”, realizada pelos presidentes de província paraibanos, tal afirmação só tem sentido se compararmos o número de escravizados(as) com o das províncias como de Pernambuco ou da Bahia, uma vez que, a província da Paraíba possuía em 1874, a porcentagem de pessoas escravizadas, superior à província do Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas (CONRAD, 1978, p. 345). Destacou-se ainda que homens e mulheres negros, independentemente de sua condição jurídica (livre, liberto ou escravizado), fizeram-se presentes e foram essenciais para o desenvolvimento da economia, da cultura, e da sociedade paraibana como um todo.

A população negra fez parte e conquistou muitos espaços dentro da província da Paraíba do Norte. Nesse sentido, foi opção deste estudo iniciar esta pesquisa retratando aspectos socioculturais, apresentando os espaços negros, a participação das negras nos batuques, e irmandades religiosas. Nesses espaços, homens e mulheres negras encontraram formas de luta e resistência, procurando se integrar em uma sociedade que os excluía de todas as atividades coletivas. Além disso, foi importante ressaltar que as mulheres das irmandades negras, escravizadas ou livres, tinham maior participação do que nas confrarias de brancos, uma vez que nas irmandades de brancos a participação feminina era impedida.

Abordou-se também a temática do trabalho, entendendo que a depender da região, estes poderiam ser mais ou menos intensos em determinada atividade, como as quitandeiras, que estavam mais presentes no meio urbano. Já os serviços domésticos eram ocupados por cativas em todas as regiões em que houvesse pessoas escravizadas.

A mulher cativa, oprimida por ser mulher, negra e escravizada, teve que construir espaços para se inserir na sociedade, encontrando brechas para manter suas práticas sociais e culturais, mas também para sobreviver, pois, estiveram expostas a vários tipos violência física, simbólicas e psicológicas, reescravização. As mulheres escravizadas também corriam o risco de serem vendidas para outras cidades ou províncias, rompendo seus laços familiares, de sociabilidades e de solidariedades.

Para se observar a dinâmica do comércio interno, optamos por separar os dados referentes ao tráfico intraprovincial (dentro da província), e o tráfico interprovincial (para outras províncias). Tanto os impostos de meia sisa, quanto as taxas de cativos(as) despachados(as) para outra província variaram ao longo do século XIX, a depender da conjuntura, e das novas leis que eram sancionadas, mas também pela conjuntura de determinada época.

No comércio do âmbito provincial da Paraíba, percebemos equivalência entre escravizados e escravizadas comercializados, o que demonstra o papel econômico das mulheres cativas dentro da sociedade. No entanto, quando foi analisado o comércio para outras províncias, há uma superioridade masculina nas vendas. Isso porque, provavelmente, ao comercializar cativos para outras províncias, os homens eram os mais procurados para serviços de lavoura, como por exemplo, para fazendas de café. Foi preciso salientar que, apesar de serem vendidas em menor proporção no tráfico interprovincial, as mulheres ainda assim foram vendidas, principalmente, para a província do Rio de Janeiro. Em relação à idade, foi observado que tanto no tráfico intraprovincial, quanto no interprovincial, a faixa etária procurada correspondia dos 15 aos 39 anos, ou seja, numa idade de maior produtividade e capaz de reproduzir, confirmando assim, o que apontam outros estudos, que afirmam que a maioria das pessoas escravizadas traficadas eram vendidas com esta idade.

Na tentativa de realizar um perfil das cativas vendidas no tráfico inter e intraprovincial, foram identificados que em ambos os comércios a faixa etária preferencial também correspondia dos 15 aos 39 anos. Em relação a cor, “parda” e “crioula” respectivamente. Constatou-se também, a presença de mulheres comerciantes no tráfico intraprovincial, e que elas, seja comprando ou vendendo, preferiam comercializar pessoas escravizadas do sexo feminino.

Foi importante perceber que a população escravizada tinha sua própria leitura acerca do tráfico interno e que, quando possível, tomou suas decisões acerca das negociações que eram pré-estabelecidas com seu senhor(a), que podiam ocasionar

diversas formas de se opor a condição imposta a elas, como insubordinações e fugas, afinal, o fato é que as escravizadas sabiam perfeitamente para onde não queriam ir.

Desta maneira, demonstrou-se como mulheres cativas resistiram à escravidão, por meio da fuga, na província da Paraíba, entre os anos de 1860 e 1888. Apesar de não terem sido encontrados relatos de fuga motivadas pela negação de transferência por meio da venda, entendemos que esse pode ter sido um motivo real, embora não aparecesse explícito na fonte, devido à própria conjuntura de intensificação do tráfico interno. Assim, foi considerado relevante elaborar uma narrativa histórica das ações de resistências das cativas que recorreram à fuga para obter liberdade.

Para isto, primeiramente, foi necessário perceber que no Brasil oitocentista, a população escravizada poderia buscar distintas maneiras para alcançar a liberdade. Conforme visto, tais caminhos para a liberdade poderiam ser percorridos por intermédio de ações ilegais (assassinato, violência, fugas), ou de maneiras legais (alforrias e ações de liberdade). As alforrias eram obtidas de três maneiras: por meio de cartas, testamentos ou em pia batismal, e podiam ser gratuitas, sob condição ou com ônus. Neste último caso, a escravizada e/ou escravizado deveria pagar determinada quantia em dinheiro de uma vez ou parcelado, ou ainda comprando outro escravizado para seu(sua) senhor(a). No entanto, quando essas negociações falhavam, ou nem mesmo chegavam perto de ocorrer devido à severidade do(a) senhor(a), e do próprios sistema escravista, ocorriam os conflitos. Assim, a fuga tornou-se um significativo ato de resistência por parte das pessoas escravizadas que fugiram por distintos motivos, como violência física e psicológica, separação de familiares e amigos, pelo desejo de ser livre, e/ou pelo perigo eminente de serem vendidos para outras regiões, na qual, provavelmente teriam uma vida mais dura, uma vez que, estariam distantes de seus familiares e de suas redes de sociabilidades, que podem ter criados por longos anos de convivência e conveniência.

Analiso-se, então, os anúncios de fuga, que além de constarem características físicas e comportamentais dos(as) cativos(as) fugitivos, apresentam outros aspectos que pode-se perceber nas entrelinhas dos registros, como por exemplo, que algumas atitudes dos fugitivos podem sinalizar alguma de suas estratégias para sobrevivência. Tais estratégias puderam contribuir para que a fuga fosse realizada com sucesso, e para que a fugitiva ou fugitivo, ou ambos, permanecessem em liberdade, mesmo que na “ilegalidade” e de forma precária. Fugir para a cidade de onde era natural, ir em busca de seus antigos donos, pois julgavam que esses eram melhores senhores do que os atuais, fugir com o companheiro ou amigo, levar consigo os instrumentos de trabalho, são

algumas das estratégias adotadas pelos cativos e cativas ao realizar a fuga. Especificamente sobre as mulheres cativas que fugiram na província da Paraíba, percebemos que muitas escravizadas parecem ter seguido para “d’onde era natural”, além de disso, encontramos também fugitivas que optavam por outras estratégias de sobrevivência. Para isto, apresentamos, por exemplo, o caso de Josepha, que ao fugir com todas as roupas, demonstrou que tomou o cuidado de confundir as autoridades que estivessem à sua procura. Cativas como Agostinha, Josepha, Vivência, e tantas outras, que fugiram, se não almejando a liberdade, pelo menos com a premissa de que se passariam por livres ou libertas, e teriam uma vida melhor. Havia também as escravizadas que fugiam para não serem vendidas, mas também as que queriam ser vendidas, como Rozalinda e Fortunata,

Ao longo desse trabalho teve-se o intuito de demonstrar que as escravizadas, mesmo que em muitos casos, provavelmente, tivessem deixado de fugir pelos seus(suas) filhos(as), tiveram papel fundamental no declínio da escravidão da Paraíba, uma vez que, resistiam, criavam e recriavam estratégias de resistência para aumentar e/ou assegurar, minimamente, sua autonomia no momento de escolher como queriam viver. Entendeu-se que existem lacunas a serem preenchidas por novos estudos acerca das mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista. Os processos criminais são registros que podem possibilitar que o(a) historiador(a) revele as tensões entre negociações e conflitos referentes às transferências de pessoas escravizadas, dando “voz” ao sujeito social, no entanto, ainda nada sabemos acerca do seu paradeiro. Acreditou-se que talvez essa documentação esteja nos acervos da Paraíba e de Pernambuco. No estudo de Maciel Silva (2016, p. 61), referente às domesticas de Recife e Salvador, na virada do século XIX para o XX, o autor indica a presença de uma escravizada da província da Paraíba em processos criminais localizados no Memorial de Justiça e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Deste modo, acreditou-se que com a localização dessa documentação, que ainda pode estar “intacta” e à espera de um(a) historiador(a) que possa, enfim, encontrá-las, será possível demonstrar embates mais diretos do cotidiano de mulheres escravizadas na província da Paraíba, resultando assim, em várias experiências de resistência, como, fugas, assassinatos, suicídio, ações de liberdade, contribuindo efetivamente no declínio da escravidão na província.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO NACIONAL

Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 7 (1875-78).

Suporte: Papel (encadernado)

Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 8 (1878-82).

Suporte: Papel (encadernado).

Fundo: 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Livro de Compra e venda de escravos- n. 8 (1878-82).

Suporte: Papel (encadernado).

RAMOS, Adauto. **Testamento e Inventário**. Paraíba: Sal da Terra Editora, 2011.

ARQUIVO PRIVADO MAURILIO DE ALMEIDA

Livros de Meia Sisa (1857, 1859, 1865, 1868, 1869, 1870, 1871, 1875, 1880, 1881, 1882).

Suporte: Papel (encadernado).

Listas de escravos despachados - Livros de Meia Sisa (1857, 1859, 1865, 1868, 1869, 1870,

1871, 1875, 1880, 1881, 1882). Suporte: Papel (encadernado).

Livro de Regulamento da Província da Paraíba de 1849. Suporte: Papel (encadernado).

ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA – AEAPB

Livros de Batismo – 1861-1864. Suporte: Papel (encadernado).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba: Livros de Batismo. Disponíveis em: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

FONTE DIGITAL

Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província. Ano: 1863. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: 10 setembro. 2015.

Jornal *O Publicador*. Anos:1864, 1865 e 1869. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em : 03 abril. 2016.

Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>. Acesso em: 26 Janeiro. 2017.

Censo de 1872 da Província da Paraíba do Norte. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf. Acesso em: 02 de novembro. 2017.

LIMA, MARIA DA VITÓRIA B. TRANSCRIÇÃO DE JORNAIS DE PARAIBANOS. JOÃO PESSOA: DIGITADO, S/D.

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO/FCJA.

Jornal *O Publicador*. Anos:1879 e 1883. Suporte: Papel.

Jornal *Diário da Parahyba*. Anos:1884. Suporte: Papel.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO – IHGP.

Jornal *O Independente*. Ano:1887. Suporte: Papel.

Jornal *O tempo*. Ano: 1865. Suporte: Papel.

Jornal *O Imparcial*. Ano:1861. Suporte: Papel.

Jornal *A Regeneração*. Anos: 1861 e 1862. Suporte: Papel.

Jornal *Jornal da Parahyba*. Anos:1874, 1875, 1882 e 1888. Suporte: Papel.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – NDIHR.

Jornal *O Despertador*. Anos: 1866 e 1874. Suporte: Microfilme Rolo I.

Jornal *A Opinião*. Ano:1877. Suporte: Microfilme Rolo I.

Jornal *O Conservador*. Ano: 1881. Suporte: Microfilme Rolo I.

Jornal *Liberal Parahybano*. Anos:1879,1883 e 1884. Suporte: Microfilme Rolo IV.

Jornal *O Sorriso*. Ano:1887. Suporte: Microfilme Rolo IV.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé**: irmandades negras na Paraíba do século XIX. 2006. 115p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio**: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB – Campus I, 2011.

BARBOSA, Josué Humberto. **Um êxodo esquecido**. O porto de Recife e o tráfico Interprovincial de escravos no Brasil: 1840-1871. 1995. 240p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba, 1995.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Muad X, 2010.

- BARBOSA, Edson Holanda Lima. “Ela diz ser cearense”: escravos e retirantes contra as correntes do tráfico interprovincial entre fronteiras do norte (1877-1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. P. 105-126.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p.141-172.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. **A Construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 29-60.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45- 59.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Tumbeiros**: O tráfico escravista para o Brasil. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Valéria Gomes. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, *status* e redes sociais no Recife Oitocentista. In: FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p.98-111.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 13-105.
- CURY, Cláudia; FLORES, Elio; BARROSO, Raimundo. **Cultura histórica e historiografia**: legados e contribuições do século XX. João Pessoa: Universitária /UFPB, 2010.
- DIAS, Elainne Cristina Jorge. **Retrato Falado**: O perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888). 2013. 167p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Resistir e sobreviver. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-381.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.
- ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1993.

- FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. 2006. 203p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.
- GALLIZA, Dianna Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPb, 1979.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias Quilombolas**: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. 1992. 639p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. Uma certa liberdade. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 134-148.
- GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Famílias e laços de solidariedades negras**: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Paraíba do Norte (1833-1860). João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. **Sobre História**: Ensaios. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 216-231.
- KARASCH, Mary. Rainhas e juízas- as negras nas irmandades dos pretos no Brasil Central (1772-1860). In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p.52-66.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. À vovó Vitorina, com afeto. Rio de Janeiro, cerca de 1870. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p.186-198.
- LARA, Silvia Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista Projeto História**: Diálogo com Thompson. São Paulo, 1995.
- LIMA, Igor de, SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. In SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica**. São Paulo: Humanistas, 2010.
- LIMA, Maria da Vitoria B. **Liberdade Interditada, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Brasília: FCP, 2013.
- _____. **Crime e castigo**. A criminalidade escrava na Paraíba (1850 – 1888) 2002. 177p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- MACHADO, Maria Helena P. T.. Entre dois beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 199-213.
- _____. “Teremos grandes desastres, se não houver providências energéticas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In GRINBERG, Keilla; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**- vol. III-1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014, p. 368-399.
- MARIANO, Serioja R. C. **A Paraíba no século XIX**: sociedade e culturas políticas. João Pessoa: UFPB, 2014.

- _____. Culturas Políticas, administração e redes familiares na Paraíba. In: **Revista Saeculum**, João Pessoa, n° 24, p. 11-24, jan./jun. 2011.
- MARTINS, Maria Fernanda. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e Negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.
- MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Lúcia Neves (Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização, 2009, p. 351- 391.
- MATTOS, Ilmar Roloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense s. a., 1982.
- MEDEIROS, Coriolano. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A União, 1994.
- MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além**: O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista. São Paulo: Alameda, 2012.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988, p. 216-231.
- NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro; ROCHA, Solange Pereira da. Inventário das fontes do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e suas virtualidades para o estudo da população negra da Paraíba oitocentista. In: **Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-PB**, 12., 2006, Cajazeiras. **Anais...Cajazeiras**: UFCG, 2006. p.1-7.
- NEGRO, Antonio Luigi; Silva, Sergio. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2012.
- PEIXOTO, Thayná C. **Circulação de livros, compêndios, e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na Cidade da Parahyba (1822-1888)**. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB – Campus I, 2013.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**: Tráfico interprovincial e alforrias nos *sertoins* de Sima- Ba (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala insurgente**: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas: UNICAMP, 2011.
- REIS, João José Reis. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. De escravo a rico liberto: A trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia Oitocentista. **Revista História**. São Paulo, 2016.
- REIS, João José; GOMES Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M., **O alufá Rufino**: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822- c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, João José; SILVA; Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia Oitocentista. In: FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p.172-185.
- ROCHA, Solange Pereira. **Na trilha do feminino**: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888.2001. 111p. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- _____. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.
- _____. Mulheres escravizadas na Paraíba Oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade. In: FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs.).

- Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 84-97.
- SCHWARCZ, Lilia M. R – **Retrato em Branco e Negro:** Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011, p.65- 98.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011, p. 39-63.
- SILVA, Lucian Souza da. **Viva a liberdade! Viva o abolicionismo! Viva a Parahyba!:** discursos e práticas abolicionistas na paraíba do norte (1880-1888). João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB, 2013.
- SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra:** vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX(1840-1870). Recife: E. Universitária da UFPE, 2011.
- _____. **Nem mãe preta, nem nega fulô:** Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910). Jundiaí: Paço Editorial, 2016.
- SLENES, Robert W. **Na Senzala, Uma Flor:** As Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil.** A Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 233-290.
- SOUZA, Thiago Oliveira. **A instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889).** João Pessoa. Trabalho de conclusão de curso (Monografia), Licenciatura em História (UFPB), 2010.
- SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flammarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n.54, p. 281-300, 2007.
- THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade:** libertos em Campina na segunda metade do século XIX. Campinas: Áreas de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

TEXTOS DISPONÍVEIS EM FORMATO DIGITAL

- BARROS, Surya Pombo. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos:** negros nas legislações educacionais do XIX. Educ. Pesqui. [online]. 2016, vol. 42, n.3, p. 591-605. ISSN 1517-9702.
- DEMETRIO, Denise Vieira. **Assentos de Batismo de escravos:** crítica às fontes e metodologia. Disponível em <<http://www.historiahistoria.com.br/materia>> Acesso em: 28 abr. 2013.
- Dicionário Aurélio. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/antraz>> Acesso em: 04 de maio. 2016.
- GRAHAM, Richard. **Nos Tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil.** Disponível em <<http://www.afroasia.ufba.br>> Acesso em: 30 maio. 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Escravos de Marc Ferrez**<<http://www.blogdoims.com.br/ims/escravos-de-marc-ferrez>> Acesso em: 31 jul. 2014.

SILVA, Sidney Pereira. **Os registros de batismo e as novas possibilidades historiográficas.** Disponível em < <http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/sites> > Acesso em: 26 abr. 2013.

Lei do Ventre Livre- 1871. Disponível em < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos> Hist%C3%B3ricos-BrasiLeiros/Lei-do-ventre-livre.html> Acesso em 16 mar.2016.

VÍDEOS

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre cantos e chibatas. Aula sobre a escravidão no Brasil a partir de fotos do acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=oJ-oWxKDhW0> > Acesso em: 04 abril. 2016.